

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Geovani Leonardo Doratiotto da Silva

CONSELHOS POPULARES E OPERÁRIOS: Estado, Democracia e Socialismo.

SÃO PAULO

2021

Geovani Leonardo Doratiotto da Silva

CONSELHOS POPULARES E OPERÁRIOS: Estado,
Democracia e Socialismo.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Drº Eduardo Tadeu Pereira

São Paulo

2021

Ficha Catalográfica

DA SILVA, Geovani Leonardo Doratiotto

Conselhos populares e operários: Estado, Democracia e Socialismo / Geovani Leonardo Doratiotto da Silva. São Paulo: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas f.:158.il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador: Prof. Drº Eduardo Tadeu Pereira

Geovani Leonardo Doratotto da Silva

CONSELHOS POPULARES E OPERÁRIOS:

Estado, Democracia e Socialismo

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 09 de Dezembro de 2021

Prof. Drº Eduardo Tadeu Pereira
Faculdade latino-americana de Ciências Sociais -FLACSO Brasil/FPA

Prof. Drº. Ivan de Oliveira Silva Durães
Centro Universitário Brás Cubas

Profa. Drª. Marilane Oliveira Teixeira
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Prof. Drº. Greiner Costa
Faculdade latino-americana de Ciências Sociais -FLACSO Brasil/FPA

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado fundamentalmente à classe trabalhadora, as minorias sociais, frações da classe trabalhadora: negros (as), mulheres, LGBTTQIA+, povos originários, marginalizados dos centros urbanos. Aos companheiros (as) da turma 07 (sete) do curso de Maestria em “Estado Governo e Políticas Públicas” (FLACSO-FPA), que me acompanharam nessa jornada de conhecimento e muitos debates, também ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira, que em vários momentos ajudou a corrigir as rotas teóricas e a encontrar o melhor caminho para conclusão deste trabalho, aos companheiros (as) do Partido dos Trabalhadores de Atibaia que, com muita força, constroem um partido de base em uma cidade eminentemente conservadora. Dedico ainda a todas as vítimas de violência perpetradas pelas forças policiais do estado de São Paulo, estatística da qual, infelizmente como militante de esquerda, faço parte. Aos resistentes militantes da esquerda brasileira, que se opõe de maneira contumaz contra o estado conservador e neoliberal que se instala degradando as conquistas da classe trabalhadora. A Dra. Sonia Novaes, amiga e companheira que muito contribuiu nessa trajetória.

Primavera nos dentes

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa contra a mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera*

(Secos & molhados)

Janelas sobre as ditaduras invisíveis

*A mãe abnegada exerce a ditadura da servidão.
O amigo solícito exerce a ditadura do favor.
A caridade exerce a ditadura da dívida.*

*A liberdade de mercado permite que você aceite os preços que lhes são impostos.
A liberdade de opinião permite que você escute aqueles que opinam em seu nome.
A liberdade de eleição permite que você escolha o molho com o qual será devorado.*

(Eduardo Galeano).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise dos conceitos de democracia, estado e socialismo, orientados pela auto-organização da classe trabalhadora como estratégia de superação da sociabilidade capitalista por meio da autodeterminação e autogoverno desta classe, o que se denominou de conselhos populares ou operários, conforme cada país e suas funções específicas, assim percebesse a importância dessas ferramentas em distintos e importantes momentos históricos. Procurasse analisar o comportamento de outras ferramentas de organização da classe trabalhadora como os partidos políticos e mais recentemente alguns apontamentos com relação a ditadura do proletariado e o socialismo democrático, numa perspectiva de apontar as possibilidades da consecução da luta de classes no interior e fora do estado. Enfatizamos a distinção entre democracia burguesa e democracia operária ou socialista como um horizonte possível de superação não somente das crises enfrentadas pelo capital, bem como de sua superação como modo de produção e reprodução social em sua totalidade.

Palavras-chave: Transição, estado, socialismo, conselhos, democracia direta.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar los conceptos de democracia, estado y socialismo, guiados por la autoorganización de la clase trabajadora como estrategia para superar la sociabilidad capitalista a través de la autodeterminación y el autogobierno de esta clase, a la que se denomina consejos popular o obrero, de acuerdo a cada país y sus funciones específicas, dándose cuenta de la importancia de estas herramientas en diferentes e importantes momentos históricos. Se trató de analizar el comportamiento de otras herramientas de organización de la clase obrera como los partidos políticos y más recientemente algunas notas sobre la dictadura del proletariado y el socialismo democrático, en una perspectiva de señalar las posibilidades de lograr la lucha de clases dentro y fuera. el estado. Destacamos la distinción entre democracia burguesa y democracia obrera o socialista como un posible horizonte de superación no solo de las crisis que enfrenta el capital, sino también de su superación como modo de producción y reproducción social en su totalidad.

Palabras clave: transición, estado, socialismo, consejos, democracia directa.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the concepts of democracy, state and socialism, guided by the self-organization of the working class as a strategy to overcome capitalist sociability through self-determination and self-government of this class, which is called popular or workers' councils. , according to each country and its specific functions, thus realizing the importance of these tools in different and important historical moments. It tried to analyze the behavior of other tools of organization of the working class, such as political parties and, more recently, some notes regarding the dictatorship of the proletariat and democratic socialism, in a perspective of pointing out the possibilities of achieving the class struggle inside and outside the state. . We emphasize the distinction between bourgeois democracy and workers' or socialist democracy as a possible horizon of overcoming not only the crises faced by capital, but also its overcoming as a mode of production and social reproduction in its entirety.

Keywords: Transition, state, socialism, councils, direct democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A QUESTÃO DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO	15
1.1 Marxismos, Estado, Política e democracia.....	18
1.2 Limites da democracia representativa	21
1.3 Socialismo: o que é e o que não é?.....	33
1.3.1. Socialismo e trabalho livremente associado	46
1.4 Relação entre Democracia e Socialismo	48
2 TEORIAS DA TRANSIÇÃO	54
2.1 Transição e marxismo: alguns aspectos.	67
2.2 Crises e o fenecimento do Estado moderno	76
3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PARA A TRANSIÇÃO	86
3.1 Os Conselhos operários e de Fábrica	88
3.2 Organizações Partidárias e seus limites	108
3.2.1 Origens dos Partidos Políticos modernos	123
4. DITADURA DO PROLETARIADO OU SOCIALISMO DEMOCRÁTICO?	127
5 DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA SOCIALISTA	142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a correlação entre Estado, Democracia e socialismo, orientados por formas de autogoverno da classe trabalhadora, especificamente algumas experiências com conselhos populares e operários, bem como suas características singulares. Utilizaremos como método de análise o materialismo histórico-dialético com intuito de desvelar a realidade e destacar o posicionamento teórico marxista, comprometido com a perspectiva do proletariado, em suas diversas leituras em períodos históricos importantes, o que nos leva a observar o passado e o presente, objetivando a transformação do futuro.

A história é “[...] a história da luta de classes”, conforme nos aponta Marx em sua obra O Manifesto comunista, portanto, em diversas épocas a luta de classes foi a força motriz dos processos sociais, impulsionando não só o desenvolvimento das forças produtivas como também das relações de produção, e ainda, como resultado dessa relação dialética e conflituosa demonstrando a viabilidade de superação dos diversos modos de produção. Nenhum modo de produção é perpétuo, mesmo que algumas teorias intentem naturaliza-los, igualmente o capitalismo, com toda sua capacidade de adaptação não está isento de crises e contradições, que evidenciam a sua verdadeira natureza: um modo de produção que dissimula a exploração com sofisticadas teorias e falsas promessas de ascensão social, maximizando o potencial acúmulo de capital criando a necessidade de sua transformação e superação, ou como expresso pelo próprio Marx criando “seu próprio coveiro”.

Desde sua origem o modo de produção capitalista encontrou resistência em estabelecer-se, seja pelas classes sociais dominantes no regime que se pretendia superar (modo de produção feudal), ou ainda pela nascente classe trabalhadora, o que forçou que incorporasse as estruturas sociais e política, tais como o Estado-nação, a democracia liberal, para que se tornasse ideologicamente dominante, não sem que criasse também seu antípoda um movimento operário organizado que questionaria não somente o Estado e suas funções como também as limitações da democracia liberal.

A tarefa que objetiva este trabalho é encontrar nas formas de resistência ao modo de produção capitalista, como os conselhos populares e operários, um questionamento crítico ao

Estado, seja interno ou externo e ainda questionar criticamente o processo de tomada de decisões na democracia liberal, demonstrando a viabilidade de outras formas de democracia e de Estado. Nesse sentido a autogestão, autogoverno possibilitadas pelos conselhos populares e operários podem ser uma ferramenta de transição que possibilite superar o estreito horizonte do modo de produção capitalista.

O materialismo histórico-dialético nos permite observar a realidade com maior assertividade, a partir das relações entre os seres humanos e destes com a natureza, superando a falsa dicotomia do sujeito e objeto, possibilitando sua utilização como método de interpretação científico de fenômenos sociais e políticos que não existem por si mesmos mas se imbricam. É a relação lógica dialética que se estabelece entre o “todo” e a “parte” no movimento concreto que dá possibilidade de uma melhor observação teórica da realidade, sem falseamentos ideológicos. Só é possível vislumbrar as correlações entre Estado, Democracia e Socialismo e os conselhos populares e operários como forma de superação do modo de produção capitalista se a realidade for observada sob o ângulo de uma teoria marxista que possibilite conciliar a totalidade social com cada fenômeno particular.

O primeiro capítulo trata de analisar o denominado fenômeno social da “radicalização da democracia” observando apontamentos do jovem Karl Marx em dissonância com seus contemporâneos, consistente com o aperfeiçoamento da democracia. Pode-se observar assim o comportamento do Estado com o modo como exercita o poder e seus desdobramentos políticos e, ainda, a sua vinculação com o modo de produção capitalista. É evidenciado o papel da *democracia representativa* como uma adaptação à reprodutibilidade do capital, impondo deste modo limites que só podem ser superados por um novo modo de produção com características que remanescem do modo de produção capitalista, coexistindo com novas formas de organização do trabalho. Analisa-se, portanto, o que se trata como *socialismo* e os pressupostos teóricos-sociais de um modo de produção que não mantenha as relações de sociabilidade capitalista, pautadas assim no livre trabalho associado.

O segundo capítulo apresenta questões teóricas a respeito do processo de transição: sua gênese e desenvolvimento, partindo da análise sobre o processo de transição da sociedade feudal à sociedade capitalista, destacando-se abordagens não reducionistas, que demonstram a realidade de um processo de transição, apontando a inviabilidade de sustentação do modo de produção capitalista, o que cria condições para sua análise e sua superação. O capítulo ainda

aponta o fenecimento do Estado como consequência dessa possibilidade de superação, sendo o Estado importante ferramenta de manutenção do capital, não deve ter continuidade, a não ser por um momento no processo de organização real da classe trabalhadora. Após a fase de transição, portanto no comunismo, segundo a literatura marxista, tendo sua existência vinculada ao modo de produção capitalista, e uma sociabilidade própria, a superação do capitalismo vai demonstrar que o estado e suas formas correlatas tendem a deixar de existir.

No terceiro capítulo buscamos o sentido prático-teórico de algumas ferramentas de organização da classe trabalhadora. Apresentam-se assim como alternativa de superação das formas clássicas de organização os conselhos populares e operários, em que a participação se dá de forma direta, se impondo no início do século XX como uma importante ferramenta de enfrentamento e superação do modo de produção capitalista. Analisa-se o partido político e sua consequente adaptação institucional, bem como seus objetivos e a criação do que foi denominado de “*partido político moderno*”, demonstrando os limites de atuação e a necessidade de superação das barreiras impostas pela democracia burguesa-representativa.

Já no quarto capítulo a intenção é observar a importância dos conceitos de *ditadura do proletariado* em contraposição a proposta de *socialismo democrático*, suscitados pela análise do declínio nas experiências socialista e a ascensão de uma estratégia parlamentar burguesa, elevando a democracia a um valor universal, excluindo para tanto dos programas dos partidos comunistas o termo “*ditadura do proletariado*”. No interior do debate travado entre reformistas e revolucionários no início do século XX houve a capitulação de muitos partidos em um movimento denominado “eurocomunismo”. Era um debate sobre a estratégia que objetivava um ataque externo ao Estado ou um embate interno e externo, cuja a finalidade era demonstrar as contradições do modo de produção capitalista na estrutura do aparelho estatal em desacordo com um movimento de lutas por reformas e adaptação ao parlamentarismo burguês.

O quinto capítulo encerra este trabalho demonstrando a viabilidade de instauração de uma *Democracia-direta*, a *democracia socialista*, associando a tomada do Estado e seu modo de governo a um período de transição, que não pretende a manutenção do modo de produção capitalista, mas, ao contrário, que estende ao máximo suas contradições evidenciando a possibilidade de superação; um modo de governo intermediário, entre a democracia-burguesa e a sua superação. Abre-se espaço para que o debate sobre a posição do governo e do Estado em momentos de crises cíclicas do capitalismo e mesmo de sua crise estrutural.

Os conselhos populares e operários podem ser uma ferramenta de transição ao socialismo, se apropriando do Estado interna e externamente (como duplo poder), com a finalidade de extingui-lo, qualificando o processo decisório, por meio da democracia direta e instituindo novas formas de organização próprias da classe trabalhadora. Observaremos nos capítulos que seguem questões que são cruciais para entender a hipótese de superação do modo de produção capitalista pela tomada do poder por meio e para além do Estado, colocando os conselhos populares e operários no centro do debate acerca da democracia direta e da transição ao socialismo.

1 A QUESTÃO DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO

O autor alemão Karl Marx (1818-1883), em sua juventude, ao desvelar a dualidade entre os conceitos de *Estado* e *Sociedade Civil* em Hegel, ainda que imbuído do idealismo feuerbachiano (1843-1844), reitera a inconciliável cisão entre as duas esferas, não existe, para aquele, uma identificação imediata entre ambas. Como indica Karl Marx referindo-se ao Estado como “[...] Estranho e exterior ao ser da sociedade civil” (FREDERICO, 1995, p. 75).

O autor quando procurou alguns referenciais, como por exemplo, a propriedade fundiária com intuito de fundamentar a base do aparelho estatal, confusamente ancorou sua concepção, em conformidade com a formação do jovem Marx, na teoria da alienação feuerbachiana, o que faz com que o Estado aparecesse como *a essência alienada da sociedade civil*, isto por si só vai além dos excertos de Feuerbach no campo da teoria política. Este, na obra *Necessidade de uma reforma da filosofia*, contrapõe o sistema religioso ao Estado. Portanto a religião dá importância a “Deus”, como uma figura paterna, que supre todas as necessidades humanas. Criticamente há aqui um comparativo ao substrato do Estado, instintivo e prático, que assumiria essa função política, sobrepondo-se à religião, lugar onde os homens se encontrariam e uniriam suas forças.

Segundo Celso Frederico, Feuerbach afirma em outra passagem, na qual faz menção ao Estado, em um dos parágrafos das *Teses provisórias para a reforma da filosofia*, que:

O estado é a totalidade realizada, elaborada e explicitada da essência humana. **No estado, as qualidades e as atividades essenciais do homem realizam-se nos ‘estados’ particulares, para serem de novo reconduzidas à identidade na pessoa do chefe de estado [...]** O chefe de estado é o representante do homem universal. (FREDERICO, 1995, p. 77).

Encontramos historicamente três perspectivas teóricas sobre o Estado que, naquele momento, em determinado contexto teórico, se entrecruzam para depois se afastarem: a de Hegel, Feuerbach e Karl Marx. Hegel tratava o Estado como o terceiro momento do silogismo, onde a sociedade civil encontra-se superada e mantida, ao mesmo tempo, inserindo-se nas entranhas de um ser que é um Universal-concreto. Em contraposição, Feuerbach salienta que o Estado aparece como a tentativa de concretização da consciência do ser genérico do homem, ainda como uma abstração, de modo subjetivo, a projeção da essência humana, uma forma de

afastar a individualidade religiosa na solidariedade entre os homens. Marx, ainda distante da perspectiva de um Estado associado ao capitalismo e dividido em classes, em 1848, aponta na obra de sua juventude a proposição de superação desse ser ainda abstrato – o Estado – em suas raras teorizações sobre a democracia e por meio desta.

A proposição de uma radicalização da democracia, no jovem Marx, como podemos observar em Celso Frederico (1995), por curiosidade, se desenvolve na extinção do Estado e não das classes sociais. Mesmo porque, até o momento ainda não esmiuçara as relações internas da sociedade civil, somente assim pôde afirmar Marx: “O Estado é um abstrato. Somente o povo é concreto”. (FREDERICO, 1995, p. 86). Contrariando as afirmações de Hegel, em *Filosofia do Direito*, enquanto uma formulação do poder do monarca que se consumaria na formação do Estado, o jovem Marx, utilizando-se do método crítico-idealista de Feuerbach, pôde subverter as afirmativas hegelianas dando ênfase ao homem antes do Estado.

Na Democracia como superação de uma abstração do Estado, as representações são aquelas as quais os homens pertencem, sem se diferenciar delas. Elas são elementos da totalidade do “*Demos*” (Povo). Esta proposição compreende-se, enquanto crítica à monarquia, em que uma única parte pode determinar o todo. Por seu turno, em uma democracia se parte do indivíduo como espécie e pode nele perscrutar a objetivação do Estado. Podemos aqui despendar nas primeiras proposições marxistas a *unidade do universal com o particular*. Figuras deixam de existir de maneira fendidas, como homem-político e homem não-político, Estado e sociedade civil, conteúdo e forma, universal e particular como existências diferentes e apartadas por uma modalidade de antagonismo inconciliável.

Marx em sua maturidade teórica escrutinando termos como “atividade humana”, “vida popular” e “atividade empírica”, observará e desenvolverá em sua teoria, conceitos como *práxis* e, posteriormente, socialismo, identificando nesse aglomerado de indivíduos que até então constituía a sociedade civil, a divisão de interesses em um complexo econômico do capitalismo em sua primeira fase associada à instauração do Estado-nação e ao processo de industrialização, em que observará a participação política dos trabalhadores na constituição da possibilidade/necessidade de um modo de transição das formas sociais, especialmente em seus apontamentos realizados após a experiência da Comuna de Paris (1871), registrada na obra “*Guerra civil na França*”, culminando em um sistema transicional denominado socialismo.

Durante o século XX, houve um aprofundamento da luta de classes entre o trabalho e o capital, alcançando enormes proporções. Este foi o século em que a classe trabalhadora experimentou importantes experiências históricas, como a revolução russa (1917) e a revolução alemã (1918-1923), sem mencionar as duas grandes guerras mundiais. Também foi o século das tentativas de revisão da teoria marxista, impetradas especialmente por Bernstein, igualmente marcado pela grande influência de certas reformas no interior dos movimentos dos trabalhadores.

Aqui podemos realizar a análise de como a socialdemocracia alemã dá início a concessões numa perspectiva de acomodação parlamentar, ainda durante a vida de Marx, mesmo assim, propunha continuar com a promessa de: “[...] uma transformação social radical pela implementação de reformas estratégicas [...]” (MELO, 2012, p. 29). Posteriormente à primeira Grande Guerra, Mészáros assevera que a socialdemocracia alemã retrocedeu “[...] abertamente às demandas do expansionismo nacional burguês” (MELO, 2012, p. 30). Rosa Luxemburgo e posteriormente Mészáros, analisam que esse posicionamento político ocorreu por determinações objetivas do sistema capitalista. As transformações implementadas nas instituições políticas do capital, com reflexo na luta dos movimentos do trabalho, colocadas em marcha por meio da classe trabalhadora, estão associadas às mudanças formuladas pelo próprio desenvolvimento geral do capital.

Edivânia Melo observa que:

[...] Rosa Luxemburgo e Mészáros fundamentam a sua tese sobre a inviabilidade das tentativas da socialdemocracia ocidental, desde os tempos de Bernstein, de implementar o socialismo por meio de reformas graduais no interior do sistema socio-reprodutivo vigente.[...] a relação de complementaridade entre o sistema do capital e sua estrutura de comando político, o Estado, chamando atenção para a importância de a crítica radical da política ser uma condição essencial para avaliarmos as reformas com elas compatíveis. (MELO, 2012, p. 30.)

A história do movimento operário está associada às análises relativas aos limites das reformas, impondo avanços e retrocessos aos trabalhadores(as). Entendendo o sistema político instituído pelo capital, se pode analisar com clareza a limitação de algumas espécies de reforma, implementadas necessariamente pelo Estado. Conhecer e reconhecer esses limites é essencial para a criação de uma alternativa socialista, que tenha a capacidade de desafiar o poder político e econômico do capital, e ainda, a classe trabalhadora adquirindo essa capacidade epistemológica, poderá aquilatar, criar e reavaliar seus instrumentos de lutas. O eixo que deve

orientar o processo revolucionário e a necessidade de uma alternativa socialista é a observação crítica do presente e do passado.

1.1 Marxismos, Estado, Política e democracia

Não podemos cumprir o objetivo como enunciado sem que antes enfatizemos a inexistência de uma doutrina marxista pronta e acabada sobre a temática aceita de modo consensual por todos os intelectuais, ao contrário, pode-se vislumbrar a existência de uma tradição de estudos que ora se complementam ou se distanciam e ainda mesmo se imbricam em um número variado de interpretações do pensador alemão Karl Marx.

Partimos, para tanto, de um ponto de observação menos amplo, ou seja, restringindo o objeto, trazendo reflexões do próprio pensador, que não são simplificadas numa questão fundamental: era Karl Marx favorável ou contrário à democracia? Encontramos isoladamente elementos que sustentem ambas as posições teóricas, porém, o que nos interessa é correlacionar a temática ao conjunto de interpretações que compõem o complexo da totalidade do pensamento do autor, pois dessa maneira podemos observar heurísticamente o desenvolvimento do modo que o autor e seus intérpretes realizaram diversas abordagens sobre o objeto teórico.

O momento histórico em que se pode observar aquela colocação simplificada, e que irá gerar controvérsias entre as diferentes correntes teóricas marxistas, é justamente o da *Revolução Russa* de 1917, em que aflora o caráter crítico à socialdemocracia e a contraposição de um processo social que possa extinguir o capitalismo, como processo sociometabólico, bem como suas formas associadas (jurídica, mercantil e estatal), sem, entretanto, recorrer às vias reformistas – modo de ação sustentado até então no seio da socialdemocracia em diversos países, inclusive tema de embates durante a II Internacional Comunista, frente à necessidade de substituição/superação da sociabilidade burguesa, não somente em sua base material, como também em suas diversas objetivações. Trotsky, líder revolucionário, salientou em seus escritos críticos a *ditadura* sobre a classe operária e a ditadura da cúpula stalinista sobre o partido.

Todo complexo de instituições que comporiam uma superestrutura jurídica, política-estatal, bem como as garantias da democracia liberal, naquele momento histórico seriam sublevados por uma forma de sociabilidade mais avançada, todavia, não foi o que se pôde

observar durante desenvolvimento daquele específico processo histórico, verificando-se a manutenção da exploração do homem pelo homem, protagonizada por uma espécie própria de capitalismo, o *capitalismo de estado*, e ainda a permanência do aparato de repressão estatal.

Como observa Márcio Naves:

Só começamos a ver melhor nesse terreno se nos referirmos à crise que se instaura com a denúncia do stalinismo. [...] **Ao invés de se buscar uma resposta na análise das relações de produção e das relações de classe,** ao invés de examinar-se o processo contraditório da transição socialista. **Remetia-se ao direito transformando-se todo o problema em uma questão jurídica** [...] (NAVES, 1981, p.111)

É um fato, quase incontroverso, que o marxismo não dispõe de uma teoria, entendida aqui como um conjunto epistemológico, própria sobre a democracia. Todavia, oferece elementos importantes para sua fundamentação conceitual. Sua análise encontra-se em estágio de incubação, tendo referenciais em diversas obras, não constituindo, todavia, um complexo teórico organizado.

Pode-se observar a mudança de posição política adotada até então pelos partidos denominados de esquerda – aqui entendemos um aspecto amplo e variado de organizações, tendo como ponto nodal a transformação de posição dos Partidos Comunistas pelo mundo, decorrentes dos processos de críticas. De modo exemplificar, observamos a declaração de Enrico Berlinguer (Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano) em 1977, que enfatizou a valorização universal da democracia como *locus* de onde os inimigos não podem retroceder, segundo o líder italiano, em que se fundaria a sociedade socialista.

O conceito de democracia varia conforme a produção material e a conformidade da luta de classes, o que na história contemporânea está correlacionada ao desenvolvimento da sociabilidade burguesa, sua reprodução e seu gradual desenvolvimento. Desse modo, a relação dialética entre estruturação e desenvolvimento do estado guarda singularidades próprias de seu tempo histórico, que não nos remete mais à uma conceituação de democracia como simples regime de governo, mas como resultado político da luta entre as classes sociais que disputam o poder político, encontrando-se no aparato estatal, contrapondo a *ideia de democracia* e a *democracia realmente existente*. Para entendermos melhor essa assertiva, recorreremos ao

método marxista, que trabalha com os conceitos como expressão da realidade ou projeção do futuro, aqui temos a relação entre ideia e realidade.

A democracia não poderia ser tomada como algo futuro, pois então não existiria e, ainda, nos colocaria uma problemática ainda maior, nos fazendo recorrer ao idílico fundamento etimológico grego – o que observamos é uma definição conceitual híbrida entre uma forma de Estado e um regime de governo. É, nesse sentido, uma forma histórica de sua relação com os membros alvos de execução das políticas instituídas no interior do estado, com suas diversas ramificações e modos de atuação política com as diversas classes sociais e suas divisões internas. Essas considerações demonstram que, sendo uma espécie de regime político com características híbridas e, emanando da relação de classes, pode ser considerada, dependendo da conjuntura política, uma forma de dominação de classe, desde que qualificada, por exemplo, democracia-liberal, em que a participação das demais classes é restringida com um verniz de participação popular nos limites dos marcos jurídicos.

Temos dessa forma duas características distintas sobre o mesmo conceito, a da realidade que desvela as regras do jogo democrático, evidenciando a luta de classes, interna e externa ao aparato estatal, e, ainda, a universalização que pode ocultar – ou ainda lhe imputar a busca de uma nova realidade – o caráter de classe (o da classe dominante) exercido pelo Estado. Dessa forma, Nildo Viana afirma:

A democracia é um regime político onde se permite uma participação restrita das classes sociais e frações de classes na constituição das políticas estatais, sob formas que variam historicamente [...]. (VIANA, 2003, p. 35)

O que confluirá no modo como as classes sociais exercerão a participação nos regimes de governos democráticos, até o momento com restrições, e devem ser qualificadas segundo a maneira que as classes em antagonismo conseguem participar de fato na produção de políticas sociais e legislações.

Historicamente, a democracia se apresenta de variadas formas, as mais discutidas são a *democracia escravagista* e a *democracia burguesa*, essas mesmas se desenvolvem de modos variados e distintos. Há teóricos que denominaram aquela, como *mais democrática* (“antiga” ou “grega”, o que oculta seu caráter classista), outros preferem legar tal honra a esta. Dizendo de outra forma a democracia escravista permitia uma participação *menos restrita*, restrição que

atingia parte da população, já na democracia burguesa existe uma participação *mais restrita*, que, entretanto, alcança toda a população.

Se entendermos o conceito de *Democracia* desta maneira, poderemos analisar a Democracia Burguesa como um regime específico de governo, com características híbridas e imbricadas com outras formas sociais, tais como a forma econômica ou mercantil, estatal e a forma jurídica, onde existe uma restrição de participação imposta pela condição de dominação de classe. Ou seja, as classes dominantes no capitalismo, burgueses, sejam eles associados ao sistema produtivo ou financeiro, constroem a participação do proletariado e suas formas assemelhadas (assalariados, pequeno-burgueses e/ou classe média). A restrição de participação ocorre concretamente por meio de uma espécie de mediação burocrática entre as diversas classes em conflito e o estado como representação, por isso também denominamos a democracia burguesa de democracia representativa.

1.2 Limites da democracia representativa

O modo como a restrição ou a limitação à participação (mediação burocrática) se dá varia segundo o tempo histórico. Três formas consecutivas de democracia se destacam nesse processo de desenvolvimento da democracia burguesa: a) A forma democrática censitária (também chamada de “democracia parlamentar” e “estado constitucional”) e “liberal” que vai até meados do século 19; b) A democracia partidária liberal que predominou do final do século 19 até a Segunda Guerra Mundial; c) A democracia partidária burocrática, que se instaurou após a Segunda Guerra Mundial (VIANA, 2003, p. 37).

A cada forma histórica equivalem forças produtivas e reprodutivas, tais como a estrutura estatal e seus aparelhos ideológicos. No capitalismo a democracia burguesa lhe corresponde, dialeticamente, como uma forma ideológica e sua conseqüente sobredeterminação. À democracia censitária corresponde a judicialização política, os juristas interpretaram a transmissão de poder, legada do eleitor ao eleito, de sua representatividade real para sua representatividade meramente formal, em que o parlamento será o mandatário, exprimindo, desse modo, a soberania nacional.

As ideologias da classe dominante aqui adquiriram seu equivalente jurídico, se encobrendo de ideologia jurídica, da representação do real, dissolvendo a necessidade de uma democracia direta, exercida pelos próprios trabalhadores (as) ou grupos/coletivos, sem a necessidade de oferecer a outrem, por mandato, a solução de problemas reais. Observamos aqui um grupo selecionado, por sufrágio, de representantes formais, que necessariamente não correspondem à diversidade real social daquele período. Especificamente no período histórico analisado – democracia censitária liberal –, os eleitos não representam indivíduos ou grupos de eleitores, mas sim a “nação”. A principal forma de evitar a atuação de grupos contrários aos interesses da classe dominante era a exclusão do sufrágio, ou seja, existia uma restrição aos indivíduos que poderiam participar do processo eleitoral e as que, por ameaçarem a hegemonia da classe dominante, eram sumariamente excluídos – em sua grande maioria a classe operária em formação.

Houve uma transformação gradual da democracia censitária em democracia partidária a partir do século XIX. A democracia foi paulatinamente ampliando o potencial de participação para grupos de indivíduos, divididos em gênero, qualificação educacional e etc. Simultaneamente, houve a aparição dos partidos políticos, tudo sob as garantias de que essa extensão estivesse sob o controle da classe dominante, sem que pudessem mudar substancialmente a realidade histórica. Havia uma permissão tácita da burguesia, parcela dessa garantia se dava pela criação de novas instituições que realizassem a mediação entre o estado e os eleitores. O sistema eleitoral partidário foi o principal responsável pela execução desta mediação, entretanto, observamos que em alguns momentos de crises agudas do sistema capitalista foi instrumento de oposição ao próprio sistema eleitoral partidário liberal. Podemos aqui citar como exemplo a experiência alemã, que fez surgir grupos de oposição aos partidos da ordem e mesmo aos pretensos partidos reformistas socialdemocratas, dando origem inclusive ao movimento dos conselhos populares alemães. O mesmo ocorre no caso espanhol, como exemplo, onde a derrota da Frente Nacional (aliança de partidos de Direita) para a Frente Popular (aliança de organizações e partidos da classe trabalhadora) desencadeou um movimento de massas que viria a ser conhecido como guerra civil espanhola.

Assim é importante salientar a necessidade da classe dominante não permitir que a democracia burguesa possibilitasse o desenvolvimento e organizações de ações anticapitalistas. Logo após a segunda guerra mundial a burguesia alçou significativo acúmulo de poder para transformar a democracia partidária liberal em democracia partidária burocrática.

Já a alteração da democracia partidária liberal em democracia partidária burocrática, no século XX, ocorre por influência de três fatores determinantes, apontados, dessa maneira, por Nildo Viana: a) A expansão da acumulação de capital após a Segunda Guerra Mundial e a constituição de um novo regime de acumulação; b) O intervencionismo estatal e a reorganização legal da democracia burguesa; e) O processo de crescente burocratização e mercantilização das relações sociais. (VIANA, 2003 p. 41).

É, de maneira geral e amplamente reconhecida, a correlação entre acumulação capitalista (ou segundo a burguesia “desenvolvimento econômico”) e o processo de estabilização da democracia burguesa. Entretanto, existiram transformações estruturais no modo de produção e reprodução capitalista que poderiam ser consideradas abismais à democracia que, porém, foram ocultadas pela “onda” de prosperidade gerada no pós Segunda Guerra Mundial. A mudança do regime de acumulação interferiu diretamente no modo como a democracia burguesa poderia ser considerada protetora do *status quo*. A expansão de acumulação ocorreu devido à destruição em massa das forças produtivas no processo da segunda guerra mundial, associado pela transferência de mais-valor dos países capitalistas subordinados aos países de capitalismo superdesenvolvido. Outro efeito dessa expansão é a invasão da produção capitalista em setores que eram dominados pela produção “não capitalista”, provocando outras consequências que afetaram indiretamente a democracia burguesa.

É assim que se torna possível o aumento do nível de renda populacional, a diminuição do desemprego e outras melhorias sociais e, como sua consequente, o fenômeno de legitimação de um estado capitalista, limitando a função do estado à estabilidade econômica, correlacionando às duas formas sociais: estado e o modo de produção capitalista. O desenvolvimento nos países mais desenvolvidos desencadeia o denominado “Estado de bem-estar”, tornando os problemas com características proeminentemente políticos, em problemas técnicos. A intervenção estatal, sob o domínio do keynesianismo, e a reorganização da ordem jurídica sob a democracia, impediu que houvesse qualquer lapso de ação revolucionária no interior da democracia burguesa. A reorganização jurídica da democracia burguesa é um elemento que restringe ainda mais a participação das classes exploradas em processos políticos-

decisórios institucionais. A reorganização constitui-se na elaboração de um conjunto de leis, variando de país para país, que tem como finalidade regularizar o processo eleitoral e o sistema partidário, de tal modo que aumentam as dificuldades de participação das classes trabalhadoras e grupos revolucionários no interior da democracia burguesa.

O estado passa a intervir em outras esferas, como em instituições jurídicas e sociais, agindo também em sua própria expansão, em serviços e infraestruturas, tais como: escolas, universidades, hospitais, meios de comunicação, sistema prisional e etc., colaborando também com as instituições de caráter privado, por meio de relações jurídicas entre entes públicos e privados, convênios, recursos específicos. Dessa maneira, garantiu que exercesse um controle social maior e no mesmo diapasão incentivou o desenvolvimento do processo de burocratização.

Sendo assim a regulamentação jurídica do processo eleitoral, de maneira a criar um sistema de regras no pós Segunda Guerra Mundial, dificultou que todos os partidos participassem dos processos eleitorais, inclusive os auxiliares da burguesia, os reformistas de modo geral, o que gerou uma série de descontentamentos.

O processo de mercantilização e burocratização das relações sociais também contribuiu sobremaneira para que a democracia partidária burocrática fosse instalada. Desde o nascedouro do modo de produção capitalista encontramos reminiscências a este processo, entretanto no pós-segunda-guerra ele se desenvolve em extensão e intensidade. O capitalismo, assim, invade o cotidiano transformando tudo em uma relação mercantil, em forma-mercadoria – podemos exemplificar isto se observarmos os serviços, o lazer, ampliando a produção de bens de consumo, ambos os processos (mercantilização e burocratização) são complementares e simultâneos. O processo que observamos fortalece a burocracia como fração de classe, em detrimento do movimento operário em sua atuação na sociedade civil, reforçando a hegemonia burguesa, que se espraia, inclusive, sobre as classes oprimidas e exploradas.

Nildo Viana resume desse modo:

Portanto, **temos a partir do pós-guerra a transformação da democracia burguesa de democracia partidária liberal para democracia partidária burocrática.** A democracia censitária já era ‘liberal’, mas a democracia partidária em sua primeira fase deixa de ser censitária e produz os partidos políticos como mediadores da participação restrita das classes sociais, mas mantendo alguns elementos da época em

que predominava na prática a ideologia liberal. **A nova transformação significa a superação do liberalismo político e o surgimento de novas formas de participação, marcadas por um amplo processo de burocratização. Ou seja, aqui temos a permanência da democracia partidária, mas sob nova forma, agora burocrática.** Esta transformação da realidade ocorreu juntamente com uma transformação na esfera ideológica” (VIANA, 2003, p. 44).

O processo de burocratização e sua conseqüente mercantilização foram teorizadas pelo economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950), que correlacionou democracia à uma perspectiva mercantil, sendo um entre tantos produtos do mercado, dessa forma, acomoda-se o sistema político-eleitoral ao modo de produção capitalista.

Há que se revelar aqui uma importante distinção entre democracia burguesa e ditadura burguesa. Ambas são formas de relacionamento entre estado e classes sociais antagônicas, aquela é caracterizada pela restrição da participação na constituição do estado, e ainda pela regulamentação jurídica do processo que impede grandes movimentos de transformar qualitativamente o processo. Enquanto nesta, a participação é mais restrita ainda, incluindo tão somente o conjunto/grupo dominante, que busca articulações satisfatórias aos interesses de classes ou fração de classes, na relação com as classes exploradas, excluídas do processo, o meio utilizado para impedir que as classes possam exercer pressão é a repressão.

Na democracia burguesa, para a restrição da participação, bem como na sua correspondente legitimidade ideológica-jurídica, é necessário que se permita amplamente as denominadas “*liberdades civis*” e, ainda, uma relativa autonomia entre os três poderes: legislativo, executivo e judiciário, para sustentar o estado capitalista. Todavia, há elementos secundários que amparam esse processo, como exemplo tem-se a cooptação de dissidentes, a corrupção de movimentos sociais e, ainda, a repressão, que aqui é utilizada, não exclusivamente, mas para combater àqueles que rompem a legalidade burguesa.

Por seu turno, a ditadura burguesa, para garantir sua dominação, que tem como característica principal a exclusão das classes sociais exploradas, arbitrariamente, deve assegurar para si a dominação do processo de elaboração e execução legislativo-judiciária, descompensando, dessa forma, a relativa autonomia entre os três poderes. O que, de certo modo, realiza uma tendência pelo uso exclusivo da força, e ainda termina por deslegitimar o estado capitalista, aumentando-se o descontentamento bem como se utilizando também de elementos secundários. A cooptação de segmentos sociais, bem como de movimentos, dá-se, na

democracia, “através da integração nas instituições estatais ou nas instituições privadas ligadas ao regime democrático (partidos, por exemplo)” (VIANA, 2003, p. 46).

A escolha entre democracia ou ditadura, pela burguesia, envolve uma série de fatores e elementos, tais como a existência de frações e grupos de classe que são favoráveis tanto a esta como àquela. Portanto, a opção vai variar dependendo da posição que cada país ocupa na economia mundial e suas contradições daí decorrentes, de maneiras internas e externas. Para alguns, há predominância da opção pela alternativa da democracia burguesa, sendo esta considerada a mais aceitável ao modo de produção capitalista. Todavia, vale lembrar que o que interessa à classe dominante no modo de produção capitalista é a sua própria manutenção, seja sob qualquer forma. Democracia e ditadura são, assim, formas circunstanciais utilizadas pela classe dominante conforme a dinâmica da luta de classes.

O colapso da hegemonia da burguesia acontece em períodos de crises (cíclicas e permanentes), levando-se em consideração diversos fatores, como: taxa relativa de acumulação do capital em queda, bem como a necessidade de intensificação da exploração para tentar reverter este processo; E como consequência destes dois processos, pode-se observar então a taxa crescente de desemprego. Outros fatores também determinam essas crises, como a crise específica de legitimidade do estado capitalista, devido a fatores internos, como a corrupção, e externos, como arbitrariedades. Também contribui para que essa crise se instaure, a ascensão do movimento operário e dos movimentos sociais de um modo geral.

A estabilidade da democracia burguesa nos países do capitalismo central se deve justamente a essa posição de dominação internacional, enquanto em países que estão à margem do capital internacional, satélites ou dependentes, oscilam entre um regime e outro com maior frequência, ou seja, são instáveis pelas condições internacionais.

Dessa maneira, é necessário que se reconheça que a construção da democracia, bem como da ditadura burguesa, são históricas e consequência direta das crises que o capitalismo enfrenta, tanto no regime político-estatal, quanto na economia. Observamos aqui a necessária superação das crises do capitalismo por uma via alternativa de sociabilidade, o socialismo, como forma de transição e autodeterminação da classe trabalhadora como classe dominante deste processo de desenvolvimento histórico.

Uma das contradições históricas contemporânea mais evidente é aquela entre a generalização do regime democrático liberal (representativo) e sua subsequente crise. Como se sua expansão fosse um dos pressupostos para seu próprio esgotamento histórico-social. A maneira de organização liberal de um estado teve seu nascimento como oposição ao regime absolutista de governo, assim, o liberalismo político foi avançando conforme foram se instituindo formas de organização política, bem como formas de organização parlamentares, conjuntamente com a expansão do processo de mercantilização capitalista (liberalismo econômico), este processo foi legitimado pela Revolução Burguesa na França e ainda pela declaração dos direitos do homem (SADER, 2002).

As mutualidades, contradições e solidariedade entre liberalismo político e econômico-devidamente diferenciados pela teoria política italiana como *Liberalismo* para aquele e *liberismo* para este- ocasionou diversas ambiguidades, não evitando, entretanto que ambos fossem acometidos quando da crise econômica de 1929. Três alternativas se colocaram ante a crise cíclica enfrentada, são elas, segundo Emir Sader (SANTOS [Org.], 2002, p.651): **“O socialismo soviético, o fascismo e o Keynesianismo”**. Cada alternativa, todavia, demonstrou a seu modo uma espécie de fracasso ao longo das décadas seguintes, o que possibilitou a reorganização do liberalismo político e econômico, se colocando novamente como projeto hegemônico, associando, desta vez, estado mínimo e expansão mercantil, sob o signo do *neoliberalismo*.

As tradicionais democracias ocidentais europeias somaram-se nas últimas décadas regimes similares também no oriente. Aos poucos substituíram as denominadas *“democracias populares”*, enquanto na América latina passaram a substituir os diversos regimes militares, inclusive chegando a países africanos, cujo maior exemplo é a África do Sul, estendendo-se a outros países sob o fundamento da adoção de critérios gerais de classificação dos sistemas de democracia liberal. O panorama que se apresenta é de um suposto avanço, ao quais poucos países resistiram e passaram a ser caracterizados como *“antidemocráticos”*, por suas posições antiliberais. Alguns deles denominados de não-democráticos pela ausência do pluralismo político, na acepção liberal do termo, tais como Cuba, China, Coreia do Norte, outros por não serem países ricos e não realizarem a separação formal entre *religião e política*, são aqui tratados como *fundamentalistas*, são exemplos: Irã, Iraque e Líbia entre outros (SADER, 2002).

Em seu afã o liberalismo proclamava, no caso latino-americano, por exemplo, um continente habitado pela democracia liberal, excetuando-se o caso cubano, um ponto vermelho ao longe no mapa latino-americano. Sobre esse mapa geográfico e ideológico a democracia liberal, torna-se o horizonte histórico contemporâneo, seja nas versões de Fukuyama, Huntington ou mesmo a de Dahendorf, em que se identifica o conceito de *democracia* com o conceito de *democracia liberal*. Essa perspectiva reducionista tomou aparência de universalização, instituindo-se como uma espécie de canonização reconhecida por variadas instâncias, quase sem qualquer tipo de contestação.

A naturalização da democracia liberal se constrói sob sua variante norte-americana, assim como as campanhas eleitorais, diferenciação cada vez menor entre os diversos partidos políticos, financiamentos multimilionários, a substituição dos espaços públicos (rua, praças, entre outros) pela privacidade das propriedades privadas. Ideologicamente o que se pretende desse modo é a conversão do cidadão em consumidor e o processo eleitoral em uma variável do mercado. A opinião pública se forma cada vez mais pela prática dos grandes meios de comunicação, condicionados ao mercado midiático que busca audiência e publicidade. Nesse mesmo diapasão foi sendo realizada a naturalização da economia capitalista, como forma de excelência de organização econômica. Portanto, a democracia liberal e a economia liberal constituem o cerne da hegemonia contemporânea.

Todavia após a euforia de 1989, as décadas posteriores presenciaram uma deterioração dos sistemas políticos. Podemos citar alguns fatores internos desse processo, tais como os enunciados por Emir Sader (SANTOS [Org.] 2002, p.653): “[...] **perda de legitimidade dos governos, dos legislativos, e da justiça, enfraquecimento das organizações sociais, desmoralização das ideologias dos partidos, desinteresse eleitoral e político geral, ausência quase total de debates políticos relevantes.** Tudo isso acontece dentro do liberalismo, sem que ocorresse sua ruptura. Assim, de modo a exemplificar, podemos citar os casos dos regimes de Fujimori ou Carlos Menem, na América latina, no primeiro observamos a esta deterioração nos seguintes processos: houve fechamento do parlamento, dissolução do judiciário, a imposição de uma nova constituição, com a diferenciação da possibilidade do “presidente” do Peru de nomear a totalidade dos membros dos tribunais de justiça. Isto evidencia a elasticidade do termo democracias liberal e conjuntamente o seu processo de desgaste, a própria Europa ocidental observou o aumento significativo da abstenção eleitoral.

O que se observa é a generalização desse fenômeno histórico-social, as bases da democracia liberal estão assentadas sobre a extensão, sem precedentes, do processo de mercantilização, universalizando a hegemonia neoliberal como paradigma social para a totalidade concreta. Consequentemente a “*desmoralização*” do que é político e política, as privatizações exageradas das relações sociais e ainda do próprio estado, são processos que culminam inevitavelmente em uma crise política, influenciadas pela erosão das relações sócio-culturais sem nenhum balanceamento regulador pelo estado.

Especificamente na América Latina, um continente que sentiu gravemente a crise da democracia liberal nas últimas duas décadas, o neoliberalismo se transforma em uma espécie oficial das denominadas “*novas democracias*”, analisadas sob a ótica da maior ou menor presença do estado na economia, de um mercado de trabalho semi-regulado, por sua abertura, maior ou menor, da economia. A mercantilização das relações sociais alçou tal nível que o tema “reforma do estado” está associado estritamente a sua finalidade econômica. Reformar deixa de ser sinônimo de democratizar, para ser sustentáculo da diminuição das ações reguladoras orientadas pelo estado, adequando-se o seu objetivo ao mero ajuste fiscal. Esta perspectiva passou a balizar as políticas de determinados governos, analisadas como positivas ou negativas conforme contribuíssem ou não para o equilíbrio das contas públicas e, também, para estabilidade monetária. Os diversos projetos encaminhados aos vários parlamentos passam agora pela agora pela mensuração do quanto se quer “*economizar*” nos gastos estatais e quantos *cortes* em direitos sociais serão necessários.

Existe um evidente confronto paradoxal entre os parâmetros de racionalidade do sistema capitalista, o liberalismo econômico enquanto corrói o “*estado democrático de direito*” acaba por destruir um dos componentes do liberalismo político. O liberalismo econômico enquanto promotor da mercantilização de todas as relações sociais desconhece qualquer espécie de *garantia de direitos*. Por outro lado, as reformas trabalhistas contribuíram para uma enorme fragmentação social, diminuindo propositadamente a capacidade associativa dos indivíduos, enquanto a ofensiva neoliberal continua a atacar seus principais adversários: os movimentos sindicais e os movimentos sociais. Esse entrecruzamento (liberalismo político e econômico) acaba por esmorecer a capacidade reivindicatória desses movimentos impulsionando cada vez mais as soluções individuais, explicando de certa forma o aumento da adesão religiosa e de literatura de autoajuda. O comportamento a ser observado como de “*sucesso*” passa a ser o da

figura do “grande empresário”, como um reflexo da busca individualizada pela solução das problemáticas de cada um (SADER, 2002).

Duas décadas sob o domínio histórico e social do neoliberalismo (1980 e 1990) desarticularam grande parte da capacidade produtiva dos países do hemisfério sul, fragilizando, desta forma, suas próprias economias em detrimento do capital financeiro, estabelecendo a dependência do capital especulativo. Enfraqueceram assim as potencialidades desses estados em conceber políticas fundadas em direitos sociais e ainda garantir e dirigir processos de *democratização social*, aumentando dessa forma a mercantilização social e enfraquecendo os elementos que compõem a política - para além do estado e do governo - os parlamentos, a própria política *em si* e os partidos políticos, assim como contribuiu para fomentar o desinteresse social pelo futuro. A corrosão nas relações sociais produzidas pelo neoliberalismo foi tal que os regimes políticos produzidos por estas transformações talvez não possam ser classificados como liberais, já que alguns deles têm como tendência a concentração de poder (governados por decreto), com seus respectivos parlamentos dissolvidos, associado à descaracterização ideológica dos partidos políticos. Ainda saliente-se que os processos eleitorais deixam de apresentar alternativas, uma vez que corrompido pelo processo de mercantilização da própria política. Assim ressalta Emir Sader (SANTOS [Org.] 2002. P.655), tratar-se de “[...] Uma versão bastarda dos modelos liberais [que] foi se impondo, fragilizando a política de Estado, em favor da financeirização e do primado da economia sobre toda vida social”.

A década de 1980 não representou para os países *periféricos ou semiperiféricos* do capitalismo apenas uma década desperdiçada, no sentido econômico, mas sim a entrada em décadas perdidas, na perspectiva de rompimento com projetos de desenvolvimento que, muito embora de maneira desigual, representaram avanços sociais imediatos para uma grande parte da classe trabalhadora, inclusive no que se refere a mobilização e organização. Nessa década foi também um marco de desenvolvimento, como contracorrente, dos movimentos sociais, formas organizacionais e de políticas locais e regionais, ações de luta *por direitos* (entendemos que se trata da identificação primária da classe trabalhadora de suas necessidades imediatas), apontando deste modo para a superação da conjuntura descrita acima. Assim se agruparam em torno do tema *democracia participativa ou semidireta*, representando um contraponto a alguns pressupostos da *democracia liberal*, como aquela colocada em ação por estados e governos neoliberais.

A característica altamente destrutiva da hegemonia neoliberal, já na década de 1990, teve como consequência a existência prática, por um tempo, apenas de movimentos de resistência a esta ofensiva, seja sindical, comunitária ou política. Essa ofensiva era exitosa em corroer as bases sociais e políticas dos movimentos alternativos, mais profundo ainda: introduziu a ideia de que “*não há alternativa*” às suas práticas políticas, alterando mesmo o cenário social de reação cindindo entre as formas de lutas meramente defensivas e aquelas consideradas com possibilidade de dar respostas distintas às problemáticas colocadas pelo neoliberalismo- tais como as políticas de ajuste fiscal. Teoricamente podemos observar a ausência de análises abrangentes, como se as grandes narrativas fossem um modo arcaico de realizar a crítica científica. O auge desse período se deu em meados dos anos de 1990, como consequência da queda do muro de Berlim, a derrota do regime sandinista e os rumos apontados pela China (SADER, 2002).

As variadas formas de resistência incorporaram características *locais*. Os protestos localizados nos territórios encontravam terreno que foram particularmente atingidos pela reestruturação neoliberal, aglomeração de um contingente de trabalhadores (as) vitimizados de variadas maneiras, Emir Sader (SANTOS [Org.], 2002, p.656) cita como exemplo: “[...] [aquelas pessoas] atingidas pela perda do emprego formal, pela deterioração dos serviços públicos, pelos atrasos de salário, pela violência policial, entre outros temas [...]”. A consciência da *precarização* da vida fez surgir o sentimento de “*exclusão social*” o que tendeu a se fazer necessário pensar novas formas de organização, protesto e de conscientização de pertencimento a uma determinada classe social. De outra feita, temos as políticas de ajuste fiscal impostas do alto da estrutura do estado, que encontram nos espaços locais, com maior frequência nos governos municipais, os vínculos mais fortes de resistência e que, posteriormente, foram atingidos por essas políticas neoliberais. Normalmente os municípios são responsáveis pela prática das políticas sociais o que fundamenta a resistência e mobilização popular, porque são as primeiras a serem colocadas em xeque pelas políticas de *ajuste fiscal*.

Os fatores convergentes foram apontando para uma ideologia de apologia do *local*, expressão na disseminação do lema “*pensar global, agir local*”, fazendo assim da limitação uma virtude, abandonando os espaços (globais) de realização do neoliberalismo e suas políticas, muito embora perscrutassem com intuito de atingir a máxima força permitida. Assim a globalização avançava por cima, no plano de internacionalização do capital e nos estados-nação

que vinham aderindo a essa prática política, enquanto nos planos *locais* (governos, movimentos sociais e políticas setoriais), buscavam uma renovação das formas de luta, prática social e política, quando as formas tradicionais demonstravam impotência, tais como a luta parlamentar, eleições e luta sindical tradicional.

É preciso, para compreender melhor a conjuntura do complexo social, que se esmiúce dois conceitos fundamentais abordados indiretamente até aqui, são eles: o de *democracia participativa* ou *semidireta* e o conceito de *semiperiferia* do capitalismo. As experiências que adotam a denominação de democracia participativa são opostas, ou tem como intuito complementar a denominada democracia representativa. *In casu* tratam-se de experiências de afirmação do “estado de direito”, organização e planejamento territorial, de “responsabilidade social” empresarial, inserção das mulheres na luta política, *democracia participativa* ou *semidireta* em suas clássicas formas ou, ainda, em forma de orçamento participativo e de afirmação de direitos sociais.

A *democracia participativa* ou *semidireta* é ferramenta utilizada por movimentos sociais que tem por objetivo influir sobre esse círculo vicioso rompendo algumas de suas amarras, evidenciando o caráter *público* da política. As iniciativas têm como tendência acontecerem em alguns sentidos diferentes: o primeiro deles diz respeito a mobilização de setores e movimentos sociais em torno na execução-realização de políticas públicas, tais como saúde, saneamento básico, educação, segurança pública, entre outros, levando ao poder executivo algumas reivindicações, pressionando, controlando, mantendo uma constante mobilização como forma de concretizá-las, buscando a melhor maneira de retomar a relação entre quem reivindica e a política.

Vale aqui salientar outro tipo de ação política que não tem como intuito revigorar uma já debilitada democracia liberal, apontando para alternativas do próprio sistema político. Remonta as análises de Nico Poulantzas sobre um modelo híbrido entre democracia representativa e democracia direta, sem, todavia, encontrar uma forma material correlata, até que a experiência do orçamento participativo apontou para essa direção, introduzindo no sistema representativo tensões internas, questionando mesmo sua existência, ao mesmo tempo que formulam reformas radicais do estado, as quais representam as mais valiosas experiências de *democracia participativa* ou *semidireta* nas últimas décadas.

O revolucionário russo Vladímir Ilitch Lenin (2017) em sua obra “*O Estado e a revolução*” afirmava que a luta da classe operária pela supressão do Estado, utilizado até então como ferramenta de opressão de uma classe dominante (burguesia) sobre uma classe oprimida (o proletariado), deveria preceder a alternância da forma democrática liberal por uma democracia consolidada pela mudança qualitativa em seu conteúdo, deixando de cumprir a função de proteger o interesse de uma minoria passando a cumprir a função de “administração e registro” em favor da maioria sobre a minoria, a este fenômeno, denominava o autor, de modo exemplificativo, de “ditadura do proletariado”, e a este período, em que ainda seria necessário tomar o poder político que emana do Estado e sua consequente forma político-social a “república democrática”, como fase inferior do socialismo.

Ao analisar as observações prefaciais de Engels com relação a obra “*Guerra civil na França*” de 1871 de Karl Marx afirmava Lenin (2017, p. 102) o “[...] interessante limite em que a democracia consequente, por um lado, *transforma-se* em socialismo e, por outro lado, reclama o socialismo [...]”. E ainda de maneira contumaz afirma a incompatibilidade do comunismo com qualquer forma de democracia, nos seguintes termos (2017, p.102): “[...] porque um democratismo até as últimas consequências é impossível no capitalismo, e no socialismo toda democracia *definhará*”. Assim de modo consequente podemos observar que não existe uma real necessidade de manutenção de toda e qualquer forma democrática, senão aquela que seja uma ferramenta momentânea da classe operária a superação do modo de produção capitalista, suas formas estatais e políticas decorrentes, ou seja, a superação do Estado como ferramenta sistêmica do exercício de violência de uma minoria social sobre a grande maioria de trabalhadores, também deixará de ser necessária e desaparecerá quando o modo de produção e suas correlatas relações sociais forem suprimidas por novas formas de organização.

1.3 Socialismo: o que é e o que não é?

A máxima “*socialismo ou barbárie*”, exarada pela economista e militante alemã Rosa Luxemburgo (1871-1919), nunca foi tão atual na história, quando as experiências de socialismo realmente existentes parecem ter fracassado e as mudanças no mundo do trabalho parecem ter tirado de cena o principal sujeito revolucionário, o proletariado, limitando o horizonte ao aperfeiçoamento do modo de produção capitalista. Entretanto, a desigualdade continua

impondo divisas de classes e as contradições se ampliam e se desenvolvem, nos legando cada vez mais um futuro obscuro sob a permanência do capitalismo. Se trata, pois, da própria continuidade de existência da humanidade, a sua superação e substituição por uma forma mais avançada de sociabilidade.

O que Karl Marx definiu como comunismo e/ou socialismo sofreu uma série de distorções e reinterpretações e convém, por esse motivo, que se observe as variadas interpretações, asseverando, a princípio, o que não é socialismo. De qualquer modo, devemos aqui evitar a comparação entre *socialismo* e *socialismo realmente existente*: as experiências devem ser observadas em seus contextos históricos e contradições internas, sendo que é uma ideia falseada dizer que o que houve nessas experiências, em suas fases finais principalmente, equivale ao que é socialismo.

Trata-se, portanto, não de antecipar um juízo ideológico de valor, mas de observar, atenciosamente, o processo histórico em desenvolvimento, lembrando que o centro desse processo histórico é um sujeito concreto (não-abstrato) e, como em cada momento histórico, encontra diversas soluções e limitações para sua própria concretização e sua reafirmação na história. É importante qualificar a questão e considerar a inexistência do socialismo e, sim, de experiências socialistas e, ainda, que o futuro não é pré-determinado, ou seja, é impossível redigir detalhes do que será o socialismo, todavia existe uma linha geral de continuidade histórica, o que nos possibilita delinear as linhas gerais e essenciais de uma forma superior de sociabilidade ao capitalismo.

Essas linhas gerais e essenciais não são produto de qualquer imaginário ou ideário, é observado no processo histórico real e imediatamente na fase atual de desenvolvimento que as forças produtivas e reprodutivas se encontram, o modo de produção capitalista. Partindo deste ponto podemos de maneira concreta observar a necessária superação desse modo de produção e pensar em uma totalidade socialista.

O projeto socialista não significa uma ideia abstrata, mas uma perspectiva de construção, a partir da realidade, de outra forma de organização da sociedade. Não se trata, portanto, de meras alterações no capitalismo, mas de uma sociedade fundada em outras bases.

Analisaremos a partir de agora as raízes do processo social, que segundo Karl Marx, tem o trabalho como seu ponto fundamental da origem existencial humana. É por este ato que se passa do ser natural (ser da natureza) para o ser social, donde se pode construir a totalidade da realidade social. Trabalho que é acompanhado de seus elementos essenciais: teleologia, finalidade, consciência e causalidade. As práticas que articulam esses elementos são o que, por meio da atividade prática, caracterizam a origem da realidade, não mais natural, mas sim social.

É pelo trabalho que a humanidade passa a transformar a natureza, segundo suas finalidades e simultaneamente constroem-se como seres sociais, diferindo-se das demais espécies. Resulta desse processo, que tudo o que constitui sua natureza mais essencial é derivada de si mesmo por intermédio de sua prática, o trabalho, como prática social. Por isso não existe, como querem nos fazer crer outras correntes de pensamento como o liberalismo, por exemplo, um núcleo imutável que nos constitui como indivíduos egoístas por essência, a transformação nesse sentido é a natureza do desenvolvimento histórico e social dos indivíduos como sociedade. Assim sendo, não nascem as pessoas condicionadas a um termo da dicotomia bom/mau, egoísta/solidário, pois são condicionadas pela realidade social construída pela luta de classes. Deriva daí que mesmo que se distanciem da natureza, o intercâmbio com ela jamais poderá ser suprimido inteiramente, o caráter radicalmente histórico e social é, como afirma Ivo Tonet, “[...] la base para afirmar que el capitalismo puede ser superado y que el socialismo es una posibilidad real”. (TONET, 2013, p. 17).

Por sua vez o trabalho passa a ser uma atividade social, sendo que sua realização implica sempre a relação com os que o realizam. Se assim considerarmos, a sua forma concreta será sempre a base fundamental de qualquer tipo de sociabilidade, não obstante a isto, a realidade social não se esgota no trabalho. As dinâmicas complexas das necessidades que surgem da realidade social não podem ser solucionadas apenas no âmbito do trabalho, assim, as novas dimensões que derivam dele tais como a arte, o direito, a política, a educação, dentre outras, cada qual tem a sua própria função e especificidade.

Três são os fatores marcantes na história da humanidade, originando grandes avanços, bem como enormes problemas: o surgimento da propriedade privada, da divisão social do trabalho e das classes sociais.

Ivo Tonet considera que:

[...]Todo esto tuvo origen en el momento en que el desarrollo de las fuerzas productivas permitió que los hombres produjesen más de lo necesario para su subsistencia inmediata. Con aquellos elementos comienza la explotación y la dominación del hombre por el hombre. En la comudad primitiva, las fuerzas de todos los indivúdos eran puestas en común. En la sociedad de clases, estas fuerzas colectivas son privatizadas y puestas al servicio de la explotación y la dominación de los que producen por los propietarios de los medios de producción [...]. (TONET, 2013, p. 19).

A partir da divisão social do trabalho e, portanto, do surgimento das classes sociais, o motor da história passa a ser a luta de classes, o que, em última instância, significa que está associada ao modo de produzir e distribuir as riquezas socialmente produzidas. Todas as demais dimensões sociais mencionadas acima são transpassadas pela luta de classes. Desde o seu surgimento até a contemporaneamente, a sociedade experimentou um variado número de sociabilidades, no ocidente, grosso modo, tivemos a comunidade primitiva (durou alguns milênios), com suas diferenças internas, sucedida pelo modo de produção escravista. O modo de produção escravista é caracterizado por serem os produtores propriedade total de seu senhor, foi esse modo de produção – grande miséria para a maioria e riqueza concentrada – que permitiu o desenvolvimento de tecnologias, científico e artístico-cultural, pelo ócio de uma pequena oligarquia.

Todavia, ao largo da história antiga, fatores específicos foram se agrupando, por exemplo, um exagerado número de escravos, crescimento significativo do aparato estatal e seus exércitos, bem como, os custos de sua reprodução. Ainda, temos aqui que enfatizar a debilidade do poder do estado, também associado às diversas invasões de povos considerados “bárbaros”, que tornou o sistema de produção e reprodução antigo insustentáveis. Como decorrência desse processo, temos uma transformação complexa no modo de produção, agora fundado na servidão do trabalho, no denominado modo de produção feudal. Demonstrou-se, de certa maneira, uma forma de trabalho diferente (desenvolvido) do fundado na escravidão antiga, e ainda uma maior produção, levando-se em consideração que o servo não era simplesmente um instrumento e até mesmo possui alguns instrumentos e possibilidades de produção.

Alguns fatores se acumularam no desenvolvimento do modo de produção feudal, como salienta Ivo Tonet: “Aumento de la población, intensificación de los intercambios comerciales y avances científicos y técnicos y otros fatores acabaron por tornar problemático también este

modo de producción. Y en el interior de él se fue generando el capitalismo”. (TONET, 2013, p. 20).

A transformação-transição do modo de produção feudal ao capitalismo representa um marco histórico, diferenciando-se dos anteriores, incluindo um elemento de transformação fundamental: a revolução social. Um processo que explicita uma intervenção política consciente, que teve como consequência a tomada do poder político por meio da força. O Renascimento e o Iluminismo são correntes de pensamento que marcam a contestação do modo de produção feudal, em vários aspectos: econômicos, políticos, sociais e ideológicos, por uma nova concepção de mundo em sua totalidade. Dessa forma, as revoluções burguesas são elas próprias provas inequívocas que os homens conseguem mudar radicalmente sua realidade social.

Observamos aqui o surgimento das estruturas sociais que serão as bases fundamentais de um novo modo de produção social e seu conseqüente modo de reprodução, o capitalismo, incorporando e modificando um conjunto de categorias, em que um de seus pilares é a compra e venda de trabalho, pelos capitalistas, em sua forma assalariada. As categorias, que emergem ou são modificadas historicamente com o capitalismo, tratam-se, segundo Ivo Tonet:

[...] de la plus-valía, del capital, de la propiedad privada, del valor-de-cambio, del trabajo asalariado, de la mercadería (com su fetichismo), de la división social del trabajo, de las clases sociales burguesas. También, tiene origen ahí la división entre lá esfera privada y la esfera pública, así como el Estado, com todo su aparato jurídico-político, para garantir la reproducción de ese orden social. (TONET, 2013, p. 20).

Essa forma de trabalho (trabalho assalariado), necessariamente, por sua essência, vai gerar desigualdades sociais. Porque quando o capitalista compra força de trabalho, não toma pra si apenas uma coisa, mas expropria também a vida do trabalhador, isto porque o capital, sob esta forma, é trabalho acumulado privadamente, e trabalho, em seu significado extremo, é sempre o dispêndio de energia física de quem produz. Dessa forma, é inerente ao desenvolvimento e dinâmica do capitalismo a produção de desigualdades sociais, não sendo um simples “defeito” na produção e reprodução. É pressuposto de sua própria natureza, especificamente por isso existe uma impossibilidade sobredeterminada de fundar uma sociabilidade igualitária assentada sobre as bases do capitalismo.

Ao mesmo tempo que o capitalismo proporciona desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente avanços e evoluções tecnológicas, bem como aumento da produção de riqueza e formação do ser social, também engendra contradições inconciliáveis.

Observando as condições materiais de desenvolvimento do capitalismo, podemos analisar que é um modo de produção que no seu desenvolvimento cria crises cíclicas, ou estruturais, como vivenciamos hodiernamente, que, como consequência, tem como características a autodestruição, não no sentido de superação, mas de colocar em risco a sobrevivência da espécie humana.

Pelo exposto acima podemos levantar questões relevantes acerca da terminologia “socialismo” e do seu uso histórico-social. Em tempos antigos já se podia imaginar uma sociedade livre de desigualdades e prospera em liberdade, o que era comum se designar como “comunismo”, o século XIX trouxe consigo como equivalente o termo “*socialismo*”. Tentando alcançar o mesmo objetivo, diferentes grupos políticos optaram por diferentes caminhos, com aproximações e afastamentos ao longo do processo histórico, avançando nos métodos que visam construir uma nova sociabilidade.

Analisando as sociedades antigas, por exemplo, o filósofo Platão já anunciava uma sociedade primitiva fundada num “*estado de natureza*” de igualdade. Não são poucos os exemplos de pensamentos e preocupações como estas de igualdade, durante o Império Romano, no princípio do cristianismo, nas revoltas camponesas da Idade média, e ainda, de modo mais elaborado por alguns escritores, dos quais o exemplo mais pujante talvez seja Thomas More com sua obra *Utopia* (1516). Todavia, o que entendemos como socialismo, se apresenta em meados do século XVIII, a princípio sem a mesma relevância teórica dos dias atuais, sendo o que dominava o processo social era a revolução industrial, jornadas exasperantes de mais de 14 (quatorze) horas de trabalho, pilhagem e expulsão de camponeses de suas terras, salários de sobrevida, exploração extrema de mulheres e crianças, e a inexistência das mínimas condições que se difere a condição de vida humana da condição de vida animal. As ideias socialistas surgem dessa necessidade e procura por dignidade humana.

As ideias de transformação social a princípio foram apropriadas de modo auspicioso por uma classe que buscava a alteração do modo de produção e do modo de organização política em uma crescente econômica, a burguesia, contra uma Aristocracia, que embora decadente,

ainda mantinha em mãos o poder político. É neste contexto que a luta social vai perdendo a característica de sonho, utopia, para se tornar uma importante ferramenta de crítica e luta social. A palavra socialismo foi utilizada pela primeira vez (1827), em um artigo da denominada revista *Cooperative Magazine* (SPINDEL, 1991), já designando uma forte corrente política que propunha ser necessário radicalizar o modelo de democracia proposto pela burguesia para substituir o regime monárquico despótico. Outros partidários dessa corrente eram denominados também de “*democratas radicais*”, “*cooperativistas*” e ainda “*comunistas*”.

As correntes socialistas de meados do século XVIII e início do século XIX foram denominadas por Engels de “socialismo utópico”, considerando-as não amadurecidas. O marxismo realiza, assim, um corte epistêmico na história do socialismo, introduzindo o que Engels chamou de “socialismo científico”.

Os momentos de mudanças estruturais da sociedade contribuem sobremaneira para o afloramento de ideias radicais de transformação. Da mesma forma os ideais socialistas também enriqueceram nesses momentos. Ainda na Inglaterra do século XVI, há o amadurecimento da luta da burguesia comercial, vinculada as grandes navegações e contra o domínio da sociedade de modo absoluto, caracterizado por uma monarquia obsoleta e uma igreja corrupta. As obras que destacamos desse período, mesmo propondo a inexistência da propriedade privada para a “*felicidade*” do ser humano, são as de Thomas More e Francis Bacon. Em *Utopia* More inicia sua tessitura apontando criticamente os problemas da sociedade em sua época, para, em seguida nos apresentar uma ilha imaginária de modelo comunista. As personagens com perspectivas políticas distintas discutem a melhor forma de governo, em uma ilha que se constitui em uma República Federativa, com uma jornada de trabalho de apenas seis horas, terras férteis e plena liberdade de expressão. As diversas abordagens despontam em uma questão, que reapareceria mais tarde na história: reforma ou revolução, intercalando em seus debates a ruptura ou melhoria daquele regime social ideal.

Thomas More foi o escritor precursor desse tipo de narrativa, que motivou outros escritores a trilharem o mesmo caminho, no século XVI na Itália, por exemplo, com o fito de libertar a nação de um jugo estrangeiro surge uma obra como a de *Tomás de Campanella*, “*O Estado do Sol*”, com características absolutistas; descreve como um supremo magistrado toma as decisões, sejam elas temporais ou espirituais, onde essa sociedade de tipo novo seria

aprimorada pela educação física e intelectual, bem como uma reprodução controlada o que garantiria a constituição de “*homens mais aptos*”.

Na medida em que alterações e transformações sociais aumentam, o que acontece no final do século XVII e início do século XVIII, as manifestações literárias de uma sociedade ideal vão cedendo lugar a críticas políticas concretas a uma sociedade que perpetuava uma situação de crise de magnitude catastrófica. Dois fatores são decisivos nesse processo, a primeira revolução industrial na Inglaterra e a inadequação da monarquia à nova sociedade daquele momento, que exigia críticas e proposições contundentes para que se alterasse o *status quo social*. Nesta fase margeiam o processo obras dos que são considerados *críticos sociais*, como serão observados adiante. Os críticos franceses por sua vez centralizavam suas produções críticas à monarquia, ao absolutismo e à religião, identificando nesse conjunto os responsáveis pela miséria da maior parcela da população. Os escritores dessa linha tinham concepções divergentes com relação as soluções a serem adotadas, isto somado à falta de profundidade. Um dos escritores, Meslier, por exemplo, argumentava que a solução estaria na união do povo contra a tirania e a compreensão das “*leis da natureza*”. Por outro lado, Morelly propunha que nenhuma forma de Estado, nem mesmo a democrática, poderia ser considerada como solução aos conflitos sociais, a *paz social* somente seria alcançada pelo retorno do homem ao seu estado de natureza. E ainda Mably defende que uma série de reformas sociais acabaria com o egoísmo das pessoas, causa das mazelas sociais (Spindel, 1991).

Como exemplo de críticos sociais ingleses, destacamos alguns, como Winstanley, que teve em sua biografia a tentativa de desenvolver, sem sucesso, uma experiência de trabalho comunitário na agricultura, escreve em sua obra como a sociedade era constituída por classes antagônicas, propondo, para a *felicidade humana*, o trabalho coletivo e a propriedade comum das terras. Charles Hall é teoricamente o mais importante, em sua obra *Os efeitos da Civilização (1805)*, tenta explicar o que são *lucros*, afirmando que os trabalhadores criam valores, mas só recebem salários; o valor, segundo ele que produzem é, todavia, maior que o salário que recebem, o excedente que fica com o patrão é denominado pelo autor de lucro. Ainda analisando sua obra afirma ele que a diferença entre ricos e pobres tende a aumentar dessa maneira, o que acirra as disputas entre grupos sociais até o limite da instauração de uma guerra civil, entretanto, limita-se a propor uma série de reformas sociais como a *nacionalização do solo*, a “*simplicidade de costumes*” entre outros.

A revolução francesa sem sombra de dúvidas traz consigo muito das ideias socialistas, dando definitivamente a estas um caráter concreto de transformações sociais, modificando assim as estruturas sociais em vigor. O processo revolucionário desencadeado tinha como objetivo apossar-se do poder político, até o momento nas mãos da *nobreza e do clero*, contando com o apoio da maior parte da população francesa. Todavia, há uma contradição entre a burguesia que se associou à nobreza na disputa pelo poder e as outras camadas sociais que não gozavam dos mesmos privilégios. Os burgueses aceitavam lutar e cerrar fileiras lado a lado com outros setores sociais contra a nobreza e o clero, mesmo não tendo a intenção de que essa conquista fosse compartilhada por todos.

Classes sociais como pequeno-burgueses, artesãos, operários, e uma grande massa de pessoas empobrecidas percebem o equívoco em apoiar incondicionalmente a revolução francesa, pois não traria transformações objetivas significantes em seu modo de sociabilidade. Disso advém o, então denominado, republicanismo de esquerda, bem como o revolucionarismo proletário, como réplica às proposta desta vitoriosa burguesia entre uma monarquia constitucional ou uma república moderada. Em sua fase inicial (do processo revolucionário burguês Francês), aparece claramente essa divisão no seio deste processo, A primeira Constituição promulgada nesse período, a de 1793, foi considerada pela burguesia privilegiada como excessivamente *democrática*, enquanto para os trabalhadores e demais classes que nada possuíam, deixava, por óbvio, muito a desejar.

As sequencias históricas desse fenômeno não deixa dúvida de seu caráter antipopular quando um de seus líderes, *Robespierre*, desencadeia um processo de repressão que não dá margens à participação das demais classes no processo revolucionário burguês. Após a morte deste e a vitória da contrarrevolução, os revolucionários de caráter popular lançam-se a uma conjuração que tinha como pretensão instalar um governo de características socialistas. Historicamente conhecida como Conspiração dos Iguais, o movimento foi inspirado e dirigido pelo francês *Baboeuf* e um italiano radicado na França chamado *Buonarroti*. A conspiração não obteve êxito, culminando na morte de *Baboeuf*, mais tarde foi registrada em um livro organizado por *Buonarroti* intitulado *A Conspiração de Baboeuf*. A obra mencionada é responsável pela memória que a conjuração teve nos processos que seguiram durante o século XIX. O que há de relevante nas ideias de ambos os conspiradores franceses é que pela primeira vez na história se apresenta uma *técnica* revolucionária. Partem da constatação que os ricos não

dividiriam seu poder econômico e político com o proletariado de maneira livre e espontânea, por esse motivo os proletários deveriam tomá-lo pela força.

A crença simplista baseada em meros argumentos filosóficos, em que nada seria mais racional que a ideia de igualdade e liberdade, alçados como lema das revoluções burguesas do século XVIII e XIX, leva à falsa referência teórica que a burguesia poderia por si mesma prover o *bem-estar comum*, o que é deixada a margem pela primeira vez, histórica e socialmente, rompendo com este paradigma. Igualdade, liberdade e fraternidade, começaram a ter diferentes significados para a burguesia e para o proletariado, que para obter essas conquistas deveria se organizar e lutar. *Buonarroti* afirmava que quando o proletariado assumisse o poder seria abolida a propriedade privada e assegurado a todos educação e trabalho. Nessa fase se constituiria uma ditadura para assegurar as conquistas operárias. Essas características inspirariam mais tarde o socialismo científico ou moderno de Marx e Engels.

De Babeuf a Marx, houve uma série de movimentos revolucionários, fazendo surgir um número expressivo de pensadores socialistas, bem como diversas ideias de socialismo eram por eles defendidas. Um exemplo destes movimentos foi o *cartismo* na Inglaterra (1830) pela *Carta do Povo*, representando o processo de tomada de consciência do proletariado inglês, que até então era utilizado como massa no processo de luta contra a nobreza e apesar de heterogêneo o movimento foi propulsor das ideias socialista na Inglaterra. Inspirado por essas lutas o operariado Inglês se lança em diversas frentes, realizando passeatas, petições e, algumas vezes, uma tímida revolta, na busca por melhores condições de vida. No *cartismo*, todavia, havia uma variedade enorme de posições internas do movimento: reformistas e revolucionários associavam-se, os que se satisfaziam com a adoção do sufrágio universal com aqueles que acreditavam estar dando os primeiros passos rumo a uma transformação social radical. A repressão do governo inglês e a divisão que se acentuava cada vez mais entre dois grupos internos levaram à derrota do movimento por volta de 1840 e a um desinteresse pelas ideias socialistas.

Analisaremos três predecessores do socialismo científico que merecem a devida atenção, são eles: Saint-Simon, Fourier e Owen. A importância desses três primeiros autores já fora enfatizada por Engels em sua obra *Anti-Dühring* (que fora publicado separadamente também sob o título *Do socialismo utópico ao socialismo científico*).

Saint-Simon foi, realmente, um liberal avançado, escreveu a maior parte de suas obras durante a primeira fase da revolução Francesa, ainda sob a ótica dos “ociosos” e dos “produtores”. Em sua noção de governo dos trabalhadores não incluía somente os operários, como também os banqueiros, comerciantes e industriais. O que objetivava como proposta era a livre empresa, com a manutenção do lucro dos capitalistas, desde que admitissem assumir determinada responsabilidade social. Nas obras últimas propunha um *novo cristianismo*, para que a sorte dos menos favorecidos fosse “melhorada”, uma doutrina social à frente do seu tempo, o que hoje, todavia, não acrescenta nada teórica ou praticamente à vida da classe trabalhadora. Apesar de seu caráter liberal, Engels afirma que várias de suas conclusões foram excelentes (SPINDEL, 1991), sua percepção, por exemplo, que o que ocorria na França era resultado de uma luta entre duas classes distintas, pela primazia da economia sobre a política e da conversão desta em uma “*gestão das coisas*” e processos produtivos. Seus seguidores, operando algumas adaptações transformaram suas teorias em críticas socialistas ao capitalismo.

Outro Francês que se destacou foi Charles Fourier, excepcional em suas críticas ao mundo e ideologia burguesa, sendo considerado pelo próprio Engels o *mais satírico* de todos os tempos (SPINDEL, 1991), avançava no sentido de compreender a história da humanidade, buscando embasar sua crítica numa espécie de dialética, sem, entretanto, apresentar a mesma excelência em suas observações sobre qual seria o processo de transformação social. Sua teoria estava assentada basicamente na ideia de que o associativismo e o cooperativismo possibilitariam que todas as pessoas pudessem desenvolver integralmente suas habilidades. Segundo sua concepção a humanidade em sua última fase seria a “*socialista*”, denominada por ele de “*socientismo*”, as normas seriam coletivizadas pelo cooperativismo e viveriam em habitações como edificações para a *felicidade humana*, o que ele chamava de “*falanstério*”, acreditava e concebia este projeto como prática, recorrendo a filantropos para o financiamento de suas ideias.

Já na Inglaterra Robert Owen, historicamente na fase que antecede o movimento *cartista*, representou a entrada na fase do socialismo moderno. Tem em sua biografia uma ascendência pequeno-burguesa, começou a trabalhar como empregado em um comércio, foi diretor e sócio de uma enorme indústria têxtil. Era um analista entusiasta da revolução industrial inglesa, objetivando propor soluções para dissolver o estado caótico da sociedade inglesa. Realizou a experiência de alterar o funcionamento de sua fábrica entre os anos de 1800 e 1829, tendo por objetivo *humanizar as relações*, oferecendo educação às crianças e moradias a seus

funcionários. A partir da constatação positiva de seu empreendimento, aqui vale observar que apesar de reinvestir parte dos lucros não houve queda dos mesmos, o autor vai radicalizando sua posição colocando sob a ótica crítica a própria validade dos lucros. Passou então ao combate às instituições, à defesa de uma espécie de comunismo, trazendo com isso a ira da burguesia inglesa. A ele deve-se parte da conquista legislativa trabalhista da classe operária com relação a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

Marx e Engels apresentam modificações extremamente significativas que transformam os caminhos do que seria conhecido como socialismo moderno. Apesar de outras obras que lhe antecederam, o *Manifesto do partido comunista* é a obra que marca definitivamente o ideário socialista, a partir de sua publicação em 1848, aprofundam e realizam um detalhamento sobre a história da humanidade e uma nova sociedade. A excepcionalidade marxista não está em “inventar o socialismo”, mas sim em como observa a história e os movimentos sociais sob um método transformador, com instrumentos e ferramentas teóricas criadas pelos próprios autores.

Marx utiliza-se de três fontes, que estavam em processo de desenvolvimento, na Europa do século XIX, colocando-as em um conjunto e complementando-as, sem as quais o próprio autor admite a impossibilidade de elaboração de suas próprias ideias, são elas: a dialética hegeliana, a economia política inglesa e o socialismo, principalmente o francês. A teoria socialista pré-marxista havia avançado em aspectos importantes. É inescusável que, mesmo apresentando características utópicas, as teorias que formulavam uma nova forma de sociabilidade, em importantes pontos, seriam úteis ao marxismo para a criação de corpo teórico mais desenvolvido. Foi necessário ao socialismo científico abarcar toda carga teórica precedente para o entendimento histórico-social do fenômeno, entre avanços e equívocos. Fundam assim o socialismo científico baseado na realidade social e histórica e seu desenvolvimento.

Nesse sentido trabalhamos com a ideia da história do socialismo, com cortes de grande relevância. O primeiro, e talvez mais marcante, o recorte entre “*socialismo utópico*” e “*socialismo científico*”, marcadas principalmente pela inserção das propostas marxistas (as de Marx e Engels) nos meandros desse universo de ideias sobre a possibilidade de uma nova sociedade. Ao avançar no campo do método e da ciência durante o passar dos anos vão construindo um arcabouço teórico próprio do movimento socialista internacional, mesmo que não em sua totalidade. Marx propõe uma estratégia semelhante de tomada do poder político e

econômico. Outras doutrinas não-marxistas, como o anarquismo, realizaram um contrapeso em termos de organização intelectual e divisão do movimento operário. No próprio âmago do marxismo outras interpretações destoaram das do fundador do denominado *socialismo científico*, gerando por consequência variadas propostas socialistas.

Uma confusão de cunho terminológico, que é mais recorrente e que talvez traga mais dúvidas ao debate, é entre comunismo e socialdemocracia como sinônimos de *socialismo*, ora se os dois conceitos equivalem a um terceiro, a ideia que se detém é que são equivalentes entre si, o que, todavia não se demonstra real haja vista as contradições e conflitos seculares entre socialdemocratas e comunistas. Quando Marx e Engels escolherem o termo comunista para designar seu agrupamento político, *A liga dos comunistas*, cujo documento programático também leva esse nome em seu título que culminou em um das obras mais editadas mundialmente “*o manifesto do partido comunista*”, o fizeram dessa maneira como modo de se diferenciar do significado de socialismo então em vigor, que designava a corrente dos socialistas ou socialismo utópicos, do qual o conjunto teórico constituído pelos autores marcava um distanciamento, a utilização do termo *socialismo* após a colaboração deste levou a uma utilização cada vez mais frequente dos termos, em conjunto, *comunismo e socialismo*.

A coexistência de diversas correntes de caráter socialista dentro da II segunda internacional, os reformistas por um lado e os revolucionários por outro, foi fragilizada com o advento de Primeira Guerra Mundial e cindida definitivamente com a Revolução Russa de 1917, isto porque a tomada de poder na União Soviética levou o então revolucionário e dirigente bolchevique V. Lenin a esboçar como pretensão deixar bem evidente as diferenças entre os que se denominavam comunistas e as demais correntes moderadas ou revisionistas, desde então se formou o que se denominava de III Internacional ou *Internacional comunista*.

Por outro lado, as linhas remanescentes dos operários organizados internacionalmente tinham como intuito reconstituir a II internacional, liderados pelo Partido Social Democrata Alemão, que passam agora a preconizar uma lenta e gradual transformação social, dando ênfase às reformas sociais e à luta parlamentar. Os adeptos dessa corrente passaram a ser conhecidos como socialdemocratas ou simplificada de *socialistas*. Outras linhas dos movimentos marxistas também querem pra si a designação de *socialista*, como a linha Chinesa ou Iugoslava.

Expõe Karl Marx em sua obra “*Crítica do programa de Gotha*” (2012), em ocasião de unificação da Associação Geral dos trabalhadores alemães (na sigla em seu idioma original, alemão, ADAV) e do Partido Socialdemocrata dos trabalhadores (também em seu idioma original, alemão, SDAP), em que predominava um retrocesso na luta de classes e o privilégio das teses *lassalianas*. Aqui o autor define as etapas da sociedade comunista em duas partes ou momentos históricos: Uma primeira, posteriormente denominada por Lenin de fase inferior ou socialismo, que ainda carregaria marcas da sociedade capitalista de onde surgiu e uma fase posterior, ou também denominada fase superior, em que seriam abolidas as velhas formas que dariam lugar a formas de organização próprias da classe trabalhadora. Lenin assim se pronunciou sobre a temática (2017, p. 117): “É essa sociedade comunista que acaba de sair do ventre do capitalismo, que carrega todas as marcas da velha sociedade, que Marx denominava de ‘primeira fase’ ou fase inferior da sociedade comunista”.

Lenin, em “*O Estado e a revolução*” define dessa forma:

Mas a diferença científica entre socialismo e comunismo é clara. Ao que se costuma chamar de socialismo, Marx chamou de a ‘primeira’ fase ou a fase inferior da sociedade comunista. Na medida que os meios de produção se tornam propriedade *comum*, pode-se aplicar a palavra ‘comunismo’, contando que não se esqueça de que esse não é um comunismo completo. O grande mérito da exposição de Marx é também continuar fiel a dialética materialista e a teoria do desenvolvimento, considerando o comunismo algo que se desenvolve a partir do capitalismo. Em vez de se apegar a definições escolásticas, ‘artificiais’, e a disputas estereis sobre as palavras (o que é o socialismo, o que é o comunismo), Marx analisa o que se poderia chamar de graus de maturidade econômica do comunismo. (LENIN, 2017, p.123).

Nessa primeira fase-grau ou momento histórico os meios de produção deixariam de ser propriedade privada de indivíduos, sendo meios de produção de uma sociedade como um todo, remanescendo, todavia, ainda a medida equivalente para que se mensure o trabalho, o que Lenin denomina de “igualdade” aparente ou ainda em Marx o “igual direito”, nisso que constitui um verdadeiro princípio de direito burguês. Essa fase do comunismo Lenin vai denominar de socialismo (2017, p. 119) sendo “: [...] a socialização dos meios de produção (o **‘socialismo’**, **no sentido tradicional da palavra**) [...]”, e ainda (2017, p. 119): “[...] primeira fase da sociedade comunista (**que se costuma chamar de socialismo**) [...]”.

1.3.1. Socialismo e trabalho livremente associado

O exposto acima demonstra a necessidade que o capitalismo seja superado por um modo de produção e sociabilidades que lhe seja superior. Ainda mais se levarmos em consideração que existe um descontrole na própria dinâmica do capitalismo que impossibilita qualquer força domá-lo, mesmo o estado. Por outro lado, pode ser superada, por ser produto de ações humanas, mas não controlada (aqui entendida como induzir o processo), porque quando colocada em movimento, seu desenvolvimento e reprodução colocam-se sobre os seres humanos. Então, não devemos aqui entender como superação a amenização das dinâmicas perniciosas do capitalismo. A superação do modo de produção se dará de maneira radical, erradicando a compra e venda do trabalho humano que, somente assim, a classe trabalhadora poderá tomar para si os rumos dos processos de produção e reprodução sociais. Essa nova forma de sociabilidade depende, por isso, de uma nova forma de trabalho, autodeterminação da própria classe trabalhadora, o que denominamos de *trabalho livremente associado*.

O trabalho livremente associado consiste em uma forma de trabalho comum em que os indivíduos participam do processo de produção e divisão das riquezas, segundo os critérios da capacidade e necessidade de cada um, possibilitando que a classe trabalhadora se autodetermine. Ivo Tonet define desta maneira: “[...] Más allá de cualquier otra marca, esta forma de trabajo tiene como **característica esencial el control libre, consciente y colectivo de los productores sobre el proceso de producción**” (TONET, 2013, p. 25, **grifo nosso**). Rompe-se, assim, com a cisão entre os produtores e os produtos, que passam a controlar o processo, bem como se estabelece um tipo novo de igualdade: a igualdade concreta, não aquela ficção jurídica. A igualdade formal agora é substituída por uma forma superior de sociabilidade livre.

Insta salientar que, dada à universalização do modo de produção capitalista, o trabalho livremente associado não pode acontecer apenas localmente. Não importa o tempo que demore em se estruturar, mas como uma nova forma de sociabilidade, tem características internacionais de desenvolvimento, a totalidade real do capitalismo deve ser substituída por uma totalidade concreta superior, o socialismo. No momento do socialismo, o trabalho deixa de ser uma atividade com características degradantes, alienantes e de caráter obrigacional. O trabalho se tornara uma atividade humana onde predominará o prazer e a auto realização, isto porque, o tempo de trabalho exigido para a produção da riqueza seria muito menor, as condições de trabalho proporcionadas pela tecnologia serão mais dignas e a divisão social do trabalho desaparecerá, permitindo que as pessoas escolham livremente a atividade que desejem desenvolver, sem necessariamente se fixar em uma delas (TONET, 2013).

O trabalho não irá desaparecer, sendo intercâmbio com a natureza, será sempre necessário para a vida humana. Continuará, por conseguinte, sendo o fundamento do ser social, se adequará para ser uma forma de superação mais igualitária, possibilitando a autodeterminação da classe trabalhadora. Essa forma de trabalho somente poderá existir mediante duas condições: a primeira delas é um desenvolvimento sem precedente na produção e das forças produtivas, avanços em ciência, técnica, mecânica, novas qualidades e habilidades humanas, que sejam capazes de suprir a necessidade de todos. Ivo Tonet dessa forma sintetiza: “[...] Ya acentuaba Marx que donde no hubiera abundancia es imposible que haya trabajo efectivamente libre y, por tanto, socialismo [...]”. (TONET, 2013, p. 27). Para a existência do socialismo não basta apenas disposição e ideias e sim uma atividade prática de transformação, fundada em uma base material, a partir da qual podem surgir formas embrionárias de uma nova forma de sociabilidade. Sendo assim, na transição, as necessidades atenderão o desenvolvimento da classe trabalhadora, sofrendo profundas mudanças, não atendendo mais a reprodução do capital, as necessidades individuais dos trabalhadores serão diferentes.

Outra condição, a segunda: a relação entre a diminuição do tempo necessário de trabalho e o conseqüente tempo livre. O tempo livre aqui tende a incorporar outra conotação do tempo “livre”, que difere do conceito no capitalismo, pois será eficazmente livre, ou seja, não inseridos mais na lógica de reprodução do capital, os trabalhadores decidirão como ocuparão esse tempo, em práticas de organização e desenvolvimento social, individual ou coletivamente. Assim, ganha destaque a forma que tomará o estado e paralelamente as formas de auto-organização que nascerão desse processo, a democracia socialista ou operária se tornará a tônica do regime de governo, radicalizando as formas de democracia e os conselhos populares e operários darão sustento material à transição socialista para superação definitiva do modo de produção capitalista.

1.4 Relação entre Democracia e Socialismo

No momento em que nos encontramos, de crise e ofensiva do modo de produção capitalista, é imprescindível para qualquer perspectiva marxista que se analise a correlação entre socialismo e democracia, para que com as experiências do passado recente se possa reorganizar as bases de uma nova contraofensiva socialista e mesmo uma coerente resistência aos sucessivos ataques do capital, para tanto é essencial que o debate sobre a democracia seja

um dos pontos de reflexão desse programa. Isto não quer dizer em absoluto, que as experiências de socialismo realmente existentes encontraram maneiras de reafirmar- após as vitórias político-militares- uma firme política de construção de uma democracia socialista, essa insuficiência se soma a outras e para saná-las é necessário que se aprenda com o passado.

Para a reflexão proposta o grande referencial marxista é a obra *Guerra Civil na França* (1871), de autoria do próprio Karl Marx, sendo que é nesta obra que o autor, observando a primeira experiência de um governo popular- a Comuna de Paris- propõe a construção de um programa de formação de uma democracia operária (socialista ou direta), o que deve ser sempre levado em consideração quando se propõe a análise teórica da correlação entre socialismo e democracia como ruptura com a democracia capitalista (burguesa), não significando um programa definitivo e impassível de alterações e adaptações, temos que tomá-lo pelo que representa em determinado momento histórico, dentro de suas contradições e realidade própria. Vale salientar que o já mencionado revolucionário V. Lenin, também opera esforços nesse sentido, expresso em suas obras “*O Estado e a revolução*”, “*A revolução operária e o renegado Kaustsky*”, “*As tarefas imediatas do poder soviético*” entre outras. Deste autor não se extrai apenas preciosas lições práticas de estratégia e tática revolucionária, mas também uma profunda reflexão teórica sobre a democracia. Podemos exemplificar essa afirmação, observando que em “*A revolução operária e o renegado kaustsky*”, o autor faz menção ao contínuo e progressivo desenvolvimento da democracia no processo histórico, apontando que a democracia burguesa é superior as formas de democracia pré-burguesas (escravagista, feudal), o que por sua vez vai identificar a democracia proletária como superior a estas duas formas.

A esquerda, enquanto um movimento organizado, de caráter marxista, tem que levar em consideração as contribuições desses clássicos do marxismo, notadamente o próprio Karl Marx e V. Lenin, sem que se detenha aqui todavia. É necessário aproveitar nesse intento as lições práticas contemporâneas, as próprias experiências revolucionárias da classe trabalhadora, tais como a formação de conselhos operários e populares, bem como suas correspondentes formas de organização e luta no interior do modo de produção capitalista.

O mote da análise sobre socialismo e democracia deve ser: Por que os intelectuais *liberais* negam que existe uma teoria política da democracia que seja marxista? Os *liberais*, simplesmente, naturalizam a máxima de que “a única democracia possível é aquela inscrita no *Estado democrático*, tal qual a realidade prática que podemos observar nas formações

capitalistas”. É por essa razão que recusam todo esforço e legitimidade teórica no trabalho de construção e sistematização do conceito de democracia proletária, e sua rigorosa distinção com a democracia burguesa. Para tanto é necessário colocar em evidência a possibilidade de construção de um *Estado democrático*, fundamentalmente distinto, com características institucionais e funcionais inéditas, com bases em uma democracia socialista e proletária (direta).

Para se poder analisar a democracia operária (direta), mister se faz um reexame das características essenciais da democracia burguesa. Se mostra necessário para que não apenas se opere uma mera substituição de adjetivos, “burguês” por “proletário”, acatando de antemão a descrição das instituições político-democráticas burguesas como propostas pelos liberais. Assim, para Décio Saes (1988, p. 176), os principais elementos constituintes da democracia burguesa, como regime político, segundo os liberais são:

“[...] a) pluripartidarismo ilimitado, expresso no terreno do processo eleitoral (isto é, concorrência partidária sem limites no terreno eleitoral); b) plena vigência das liberdades políticas para todos, sem qualquer discriminação de classe ou ideológica; e c) vigência legítima da mais estrita legalidade e, portanto, de uma sistema de garantias às liberdades individuais.”

Essa exposição do regime político democrático deste modo, como proposto pelos liberais, se apresenta como expressão concreta da democracia burguesa existente nas formações sociais capitalistas contemporâneas. Podemos observar que mesmo uma análise superficial nos revela uma realidade bem diferente. Primeiramente o pluripartidarismo não é ilimitado, permitindo a concorrência partidária capitalista, ou seja, dos partidos que se limitem a atuar politicamente sem comprometer as estruturas de funcionamento do modo de produção capitalista, assim são excluídos os partidos que se proponham a dissolução do aparelho de Estado capitalista, e a conseqüente criação de um aparelho de Estado socialista. A aceitação de tais partidos só é possível mediante a omissão ou exclusão de seus programas ou estatutos desses objetivos.

Com relação ao exercício das liberdades políticas, elas realmente existem, todavia, essas liberdades são desigualmente usufruídas, dependendo de sua classe de origem ou grupo social a que pertença, ou seja, na correlação de forças entre classe trabalhadora e classe burguesa, esta tem o exercício de sua liberdade política garantida e aquela somente pode atuar limitada por suas possibilidades concretas, assim temos de um lado o exercício pleno das liberdades políticas,

e o exercício limitado e dificultado das mesmas liberdades políticas por outro lado. Entre as variadas formas de liberdades políticas podemos observar a providencial ausência da liberdade de se organizar e lutar pela própria destruição do Estado capitalista.

Por derradeiro, não constatamos a incondicionalidade da legalidade e da vigência do sistema de garantias, posto que elas mesmas preveem sua própria suspensão, por instrumentos jurídicos como o estado de sitio e o estado de emergência, em todo caso para a pretensa “preservação da ordem social”. Estão, portanto, o sistema de garantias individuais e da legalidade, condicionados à preservação da paz social e estabilidade política, o que obviamente constituem termos vagos e sujeitos a um número infinito de interpretações que tenham como objetivo principal a manutenção do modo produção capitalista e sua capacidade de manter e elevar a taxa de acumulação de capital.

Também os intelectuais liberais propõem uma caracterização da *forma de Estado democrática*. Salienta Décio Saes (1988, p. 178), que sua forma básica reside na: “[...] a) *soberania do Parlamento*, eleito pelo sufrágio universal; b) *separação, independência e equilíbrio dos três Poderes* (Executivo, Legislativo e Judiciário).” Novamente uma nem tão acurada análise da realidade concreta evidencia outro panorama social, o parlamento, órgão de representatividade de todos os indivíduos está vinculado em seus processos decisórios a burocracia estatal, essa limitação está evidenciada pelo fato de que o órgão que legisla não pode executar suas próprias decisões, o executivo nessa dinâmica é o órgão que concentra toda possibilidade prática de colocar em marcha as decisões políticas do parlamento, por meio das denominadas políticas de estado.

Consequentemente o princípio de equilíbrio entre os poderes se demonstra ineficaz já que a concentração do processo decisório se dá no parlamento e seu momento de concretização se dá no órgão executivo, que tem sua legitimidade expressa num conjunto de normas e procedimentos administrativos internos, fundadas na avaliação de suas competências administrativas e não necessariamente associada a qualquer mandato popular. Ainda temos que levar em consideração que a formação do estado capitalista tem uma função subjacente que pode ser identificada com a maximização do processo de exploração e a manutenção das taxas de acúmulo de capital.

Dessa forma, observados os verdadeiros pressupostos teóricos e avaliados suas práticas reais podemos pensar nas distinções entre o caráter democrático do estado burguês e aquele que será instituído por um estado proletário, que será radicalmente oposto do ponto de vista institucional, associando as demandas oriundas da auto-organização da classe trabalhadora- aquelas que emanam dos processos decisórios dos conselhos operários e populares- com a execução de políticas de estado.

No estado proletário há substituição do pluripartidarismo limitado entre partidos capitalistas, por um conjunto de partidos que tenham consenso sobre um programa mínimo, que sejam as bases de construção de um estado distinto, tais como: a) socialização dos meios de produção; b) construção de uma sociedade sem classes; c) promoção do ataque à divisão social do trabalho, nas suas diferentes dimensões; d) implementação de desestatização das práticas administrativas; (SAES, 1988, p.180), acrescentamos aqui: e) criação e subsídio para a formação de conselhos operários e populares. Com relação às liberdades políticas, aqui se incluiria a possibilidade de organização e luta pela destruição do estado capitalista. A legalidade, neste momento de construção de uma nova forma de democracia será flexível e orientada pelas práticas de organização da própria classe trabalhadora, fundamentalmente uma “legalidade horizontal”. Podemos apontar que as práticas de auto-organização dos conselhos operários e populares serão fonte do próprio sistema de legalidade e garantias.

Portanto no socialismo o Estado não se assentará sobre as bases da democracia parlamentar, mas será construído sobre a democracia direta-proletária, donde os processos decisórios não serão tomados por grupos distintos de indivíduos, mas oriundas da própria auto-organização da classe trabalhadora, é nesse sentido que alguns teóricos apontam para a formação de um *não-estado*. Ainda persistirá um caráter burocrático, mas com o exercício de fiscalização e estrito controle por parte da classe trabalhadora, salienta Décio Saes (1988, p. 181) que os instrumentos aptos a realizarem esse controle e fiscalização são: “a) a realização de eleições diretas para a escolha de funcionários estatais; b) atribuição de um caráter fechado e imperativo ao mandato desses funcionários [...] c) a fixação do princípio da revocabilidade (*sic*) do mandato dos funcionários estatais; d) a proibição de qualquer tipo de privilégio [...]”. Nessas ferramentas reside a maximização da democracia no socialismo, como apontava V. Lenin, e ainda tem como principais consequências a simplificação das tarefas administrativas e sua democratização, possibilitando o acesso e participação da classe trabalhadora (organizada

em conselhos operários e populares) nos processos de decisão e execução das políticas de estado.

A pretensão deste capítulo foi demonstrar como para o processo histórico e dialético a democracia se dá pela radicalização dos processos democráticos, observando que os limites que foram definidos pelo desenvolvimento da democracia representativa, apresentam-se como um verdadeiro obstáculo para a superação do modo de produção capitalista. Em sua maturidade Karl Marx, passa a definir o socialismo como processo de transição, distinguindo-se, todavia das experiências do socialismo realmente existente, demonstrando que a organização de um estado-proletário tem como fundamento a socialização do processo decisório, bem como a criação de um sistema próprio de participação democrática: Os conselhos operários e populares. Observaremos para tanto algumas dessas teorias de transição no próximo capítulo.

2 TEORIAS DA TRANSIÇÃO

O capítulo objetivará a análise do processo de transição ao socialismo/comunismo, seus impedimentos práticos (os revezes da experiência russa) e seu desenvolvimento, bem como o caminho teórico percorrido por duas correntes: a economicista e a não economicista, que por fim culminarão em experiências e projetos de transição, uma espécie de *política positiva*, como encontramos na história dos conselhos populares e operários, ferramenta de transformação das relações de produção que sustentam o modo de produção capitalista.

Se tivermos a pretensão de superar a sociabilidade controlada pelo capital, teremos vários desafios práticos, inclusive se observarmos a insuficiência da atuação dos agrupamentos de esquerda, seja teórica ou praticamente, no âmbito institucional ou organizacional. A insuficiência se dá por um aspecto histórico: as principais ferramentas de lutas dos trabalhadores se constituíram num momento histórico de expansão do capitalismo, na primeira fase da revolução industrial, quando o sistema estava em plena *ascensão histórica* e consolidação de sua base social, o que lhe permitia o deslocamento das contradições, portanto, a estratégia *defensiva* adotada pela esquerda, que propunha a participação em grandes reformas sociais no interior do estado, calcados na participação parlamentar, e que em decorrência possibilitava ganhos imediatos à classe trabalhadora frente ao poder do capital. Como bem observado por I. Mézaros em sua obra “*Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*”: “os trabalhadores têm muito mais a perder que seus próprios grilhões”.

Com o desenvolvimento do capitalismo, tendo este atingido os seus limites *absolutos*, conforme delineado na obra “*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*” do autor húngaro Istvan Mézaros , ingressando em uma crise estrutural, que data da década de 1970, as estratégias defensivas (ganhos imediatos por meio de reformas sociais pela via parlamentar) adotadas pela esquerda, tornaram-se obsoletas e demonstram suas limitações, isto porque a própria objetividade “*ascendente*”(capacidade de acúmulo e desenvolvimento de políticas sociais) do sistema capitalista se esvanece, o que lhe permitia abrir concessões em forma de garantias e direitos a classe trabalhadora, não sem muita pressão da classe trabalhadora exercidas num contexto intenso da luta de classes, agora se encontra em pleno regresso, ou seja, a classe trabalhadora, após a instauração da crise estrutural do capitalismo, tende a não ter suas necessidades específicas e imediatas atendidas, e as conseqüentes barreiras, serão maiores conforme a radicalidade de suas reivindicações. A linha de menor resistência (aquela onde não

se busca a solução na superação dos conflitos entre as classes sociais, mas atenuá-los) dentro do próprio capitalismo se demonstra mais problemática do que era no século XIX.

Para que possamos pensar o futuro e romper com a estratégia de *menor resistência*, conforme mencionado acima, temos que superar uma contradição objetiva que enraíza esse processo, aqui tratamos da separação entre a esfera política e esfera econômica (reprodução material). Este aspecto impede que a classe trabalhadora apresente ações transformadoras meramente no âmbito legislativo-parlamentar, deste modo a longo prazo a *política parlamentar*, como conhecemos, é uma via que se tem demonstrado inadequada se o objetivo for a superação do modo de produção capitalista. Assim segundo a *concepção negativa da política*, para I. Mézaros em “*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*”, a política parlamentar é fundamentalmente “negativa”, composta de uma “parcialidade que lhe é própria”, permite que se opere apenas ações de “classe contra classe”, impossibilitando que esta opere as tarefas *positivas* da revolução social, que impõem mais que a destruição do aparato legislativo, a construção de processos revolucionários orgânicos inseridos no sociometabolismo do capital¹. Deste modo a política parlamentar é capaz de impor formas legais, como construir e desconstruir por decreto políticas sociais, limitando-se a forma jurídico-estatal, o que impede o aprofundamento necessário além do jurídico-formal, o que demonstra os limites impeditivos das tentativas de transformação social dentro da legalidade.

Em uma revolução social com bases para além do capital, o fim do estado só se torna possível por meio do processo de *fenecimento* do estado, o que não poderá ser implementado por meio de artifícios legislativos, mas pela absorção dos poderes emanados pelo estado, por organizações sociais não estatais (não mais hierarquizadas) capazes de exercer comunalmente as atividades reprodutivas do estado, como exemplo, podemos citar organizações sem vínculo estatal que reproduzem a lógica do próprio estado, por um lado e os conselhos operário e populares por outro. Portanto, pretender que a política ultrapasse suas próprias limitações é um problema que deve ser observado quando da transição, ou seja a superação do modo de produção capitalista e sua decorrente sociabilidade, isto porque a revolução social não pode ser restrita a seus aspectos políticos destrutivos, não é possível abrir mão absolutamente das práticas políticas; é um problema que equivale em termos formais àquela da classe trabalhadora

¹ Por **sociometabolismo** do capital podemos entender uma estrutura totalizante de organização e controle, cujos elementos constitutivos – capital, trabalho (assalariado) e Estado – estiveram submetidos, antes do contexto capitalista, a diferentes sistemas de controle do metabolismo social.

atuar como classe, para ao fim ter que levar a cabo o fim de si mesma *enquanto classe*, já que a revolução social significa a abolição das classes sociais (autoexcludentes) em prol da livre-associação dos trabalhadores.

Mészáros aponta em seu livro “*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*” coerentes implicações de objetivamente separar-se a *política parlamentar e a economia*, dentre elas, uma diz respeito a estratégia para a alternativa socialista. O capital não pode ser suprimido pelos partidos políticos como *comando político*, mas sim como “*regulador sociometabólico do processo de reprodução material*”, determinando não tão somente pela dimensão política, mas também por um conjunto de elementos sociais organizados de modo materialmente e objetivamente diferentes. Essa necessária correlação entre *política e relações materiais*, explica porque observados em momentos de crises periódicas, se passa de uma *articulação parlamentar democrática para uma política autoritária de caráter extremista*, o que é parte integrante das características políticas do capitalismo, e que exige a desorganização do processo sociometabólico, seguido de uma volta a “*normalidade democrática formal*” no cerne metabólico do capital, quando este for reconstituído e consolidado (MÉSZAROS, 2011, p. 29).

O capital como detentor do controle efetivo dos aspectos vitais do sociometabolismo tem as condições de definir como se legitimará a esfera política, desta forma a separando e a constituindo como pura *formalidade*, com intento de ver excluída a possibilidade de contestação substantiva de sua operação reprodutiva no contexto socioeconômico.

A ativação dos limites absolutos do capitalismo, ou seja, a incapacidade de manter seu potencial de acúmulo, bem como o ingresso em uma época de “*crise estrutural*”, faz com que este passe a enfrentar por intermédio de suas *personas*, uma crescente dificuldade, e mesmo a impossibilidade de manutenção das conquistas históricas da classe trabalhadora, tendo que lutar para manter seu precário modo de vida, sendo que o cenário de crise faz ressurgir uma fração de classe dominante como a *direita-radical*, ávida por contrarreformas, retirando direitos e garantias da classe trabalhadora e a culpando pela crise.

Neste contexto de *hostilidade* não somente a luta mais radical, mas também a luta institucional se tornam desfavoráveis àqueles que procuram “*inclusão*” (participação política) na ordem, assim, acabam problematizando aspectos menos tensos do sociometabolismo sob o controle do capital. Dessa maneira as ferramentas e o modo de luta da classe trabalhadora

efetivamente existente demonstram sua ineficiência, frente à necessidade de organização de uma ofensiva socialista, não apenas da luta interna nos meandros do estado, como na luta externa o mais breve possível. Desse ponto teórico Meszáros (2011, p.945) insiste que a tarefa mais urgente, diferente do amplamente difundido, não é a conscientização da classe trabalhadora- muito embora a consolidação da consciência da massa socialista seja extremamente necessária, para o êxito dos intentos revolucionários no século XXI- mas sim a constituição de órgãos revolucionários, ou seja, instituições mediadoras capazes de cumprir as tarefas *positivas* que viabilizem a apropriação, pelos trabalhadores (as), dos poderes socio-reprodutivos usurpados pelo capitalismo, no denominado processo de auto-alienação da classe operária.

A estratégia socialista não poderá ser limitada ou parcial, restringindo-se a exigências para as minorias ou a pautas meramente identitárias, apenas. Salienta Mészáros que não haverá sucesso se estivermos limitados a demandas parciais. Esse tipo de demanda deve sempre, dentro das limitações impostas pelo movimento do capitalismo, demonstrar sua viabilidade, essas partes ou recortes de demandas só fazem sentido se comparadas a totalidade de demandas do movimento socialista. Assim só poderemos realizar uma análise levando-se em consideração a capacidade de uma alternativa global hegemônica socialista e observar cada demanda segundo sua capacidade de realização desta, como um empreendimento hegemônico de transformação radical (MÉSZAROS, 2011, P.943).

As reivindicações parciais devem, portanto, ser avaliadas conforme a capacidade ofensiva que possibilite colocar em questão e disputa o *controle* do capital sobre este determinado aspecto do sociometabolismo. Está é em uma apertada síntese sobre a denominada *práxis revolucionária*.

É de extrema urgência e atualidade histórica, que se organize uma ofensiva socialista e não pode restar dúvidas sobre a real necessidade de se fazer frente à hegemonia do capitalismo sobre a sociedade, não somente com relação ao “poder político”, como também os próprios rumos da economia. Há sinais notórios de esgotamento dos potenciais *civilizatórios* do modo de controle do sociometabolismo, assim o capitalismo sempre civilizou de maneira *contingente*, sob o comando do capital, as *necessidades* estão sempre voltadas à expansão e acumulação do próprio capital, buscando sempre se ancorar na autovalorização do valor, da exploração do trabalho e não nos potenciais produtivos da humanidade. Com o término da fase ascendente do capital e sua ativação dos limites absolutos, o que se torna a cada dia mais plausível, é ainda

mais terrível: A barbárie como cotidiano, o risco real da falta de um mínimo para a manutenção da vida social.

O objeto da ofensiva socialista por uma transformação radical deve ver o capital como modo de controle do sociometabolismo, não só em um de seus aspectos, mas em sua totalidade. Para atingir esse objetivo (a superação do modo de produção e reprodução do capital) é necessário que ocorram alguns atos revolucionários de caráter orgânico, dentre eles, o fundamental seria a superação entre política e economia, o qual exerce *força* sobre o sociometabolismo, no sentido de fortalecer o domínio, manutenção-reprodução do capital. Mézaros (2015) aponta que a unidade dessas duas esferas é o modo de controle socialista sobre o sociometabolismo, constituindo tarefa fundamental para a consolidação da transição socialista, que não pode ser postergada a um futuro incerto, “pós-revolucionário”, pois é necessária a criação de mediações para tornar possível tal reconstituição, pois sem isso a revolução teria que enfrentar incessantemente as *forças da inércia* instituídas pela separação entre economia e política, o erro no objeto da estratégia pode oferecer sérias consequências, como a história tem demonstrado.

O grande desafio que desponta dessas perspectivas é superar o sistema do capital e suas mediações de segunda ordem² que se enraíza há séculos na vida social. A questão da transição constitui problema se a esquerda radical organizada (organizações que possuem a pretensão de superar o modo de produção) não compreenderem que a superação do modo de produção capitalista demanda desarticulá-lo ao ponto de não conseguir mais se reproduzir sob outras formas sociais, lembrando que as *personas* que comandam a manutenção são suscetíveis de substituição, as quais precisam ser enfrentadas objetivamente sob a possibilidade de uma revolução para além do capital fracassar.

O objeto da transição é extremamente complexo, sendo assim, há implicações perigosas que devem ser levadas em consideração; é próprio do sistema capitalista, a implicação de uma separação entre *objetivos abrangentes da transformação sistêmica*, entendidos como a constituição de uma nova sociabilidade sem o domínio do capital, e os *imediatos ou de realização rápida*, estes referentes a apenas enfrentar alguns aspectos do capitalismo. Assim estes atuam “revolucionariamente” sem, todavia, romper imediatamente com os parâmetros

² As quais retiram do trabalhador o controle da produção/reprodução de sua vida, assumindo a forma de um poder estranho que se volta contra o trabalhador e impõe sua vontade sob a forma de “capital”.

estruturais do capital. É um problema que se coloca, pois a longo prazo o objetivo do intento socialista é a transição do sistema como um todo. A experiência soviética demonstrou que é possível romper parcialmente com o modo de produção capitalista, sem que com isso se abale completamente as estruturas, que se restauram no interior do sistema capitalista.

Independentemente da situação colocada *particularmente* na “ordem do dia” será sempre necessário que se observe o objetivo da transição. Entender e reconhecer o objeto da transição e o modo de controle do capital em sua totalidade complexa permitirá equacionar e dimensionar os desafios que se apresentam na jornada de transição, os imediatos e os mediatos, o que possibilitará melhor planejá-la e executá-la. Aqui se coloca a questão da possibilidade de realizar-se parcialmente a revolução, neste ou naquele país ou em conjuntos de países, diante da necessidade de uma revolução em escala internacional. Para que se possam enfrentar as tarefas que se colocam ante a separação entre as imediatamente realizáveis e as mediatamente necessárias, muitas das vezes contraditórias entre si (por isso a necessidade do debate entre estratégia e tática de transição), é preciso que se tome o processo de transição uma *revolução permanente*, enquanto o sistema continuar em pleno funcionamento. Conquistas políticas específicas e parciais não podem obstar o avanço da ofensiva socialista. Para que se desconstituía como um todo o modo de produção-reprodução capitalista e supere nos seus principais sustentáculos: capital, trabalho e estado.

Mészáros (2011, p.1066) afirma que é inevitável que na fase “pós-capitalista” ainda permaneça no interior do sistema total do capital, mesmo que superado em alguns aspectos, a necessidade de superação do modo de estruturação radical, não podendo ser “proclamada a realização do socialismo”, como no caso da experiência soviética, por mero decreto. Não se podem confundir conquistas imediatas com os objetivos futuros de superação do modo de controle do capital, deve-se, entretanto, evitar medidas desarticuladas “mais ou menos fortuitas”, decorrentes da falsa identificação e confusão entre os objetivos *mediatos e imediatos*.

Em um objetivo tão abrangente, que envolve um conjunto variados e imbricado de relações sociais, a política parlamentar, não qualificada, pode não ser absolutamente adequada, observando-se as tarefas a longo prazo. Todavia, não podemos simplesmente descartá-la, haja vista as necessárias transformações parciais, que demonstram a inevitabilidade dessa forma de política quando se trata especificamente de tarefas imediatas. Vale ressaltar aqui o papel de uma **política revolucionária**, que permite a organização da classe trabalhadora para a sua

emancipação e para além dos limites legislativos e parlamentares, diferente daquelas que relacionam fatores subjetivos e ideológicos, concentrados nas individualidades, como “vontade”, “disposição revolucionária” entre outros. Há forte tendência objetiva sistêmica de *inércia*, agindo contra mudanças substantivas, que forçam as ofensivas socialistas a estruturas de “linhas de menor resistência do capital”, são estas que devem ser atacadas e objetivamente substituídas: são mediações de segunda ordem, objetivamente sustentadas pela alienação do trabalho, que enraizadas no sociometabolismo do capital, não podem ser deslocadas por uma revolução política pela via parlamentar ou o denominado “*socialismo jurídico*”, mas sim por uma profunda e abrangente revolução social de caráter internacional, com o desenvolvimento de *novas mediações*, não mais alienadas, que sejam capazes de operar uma reapropriação, por todo tecido social, estas mesmas formas que foram usurpadas pelo capitalismo, como modo de controle, de modo a realizar uma transformação social em sua totalidade concreta. A política radical só pode surgir com o nascimento de *novas mediações materiais* (Órgãos e instituições).

Só é possível observar uma ofensiva socialista se considerarmos que grandes mudanças nas instituições são necessárias para que atinjamos o objetivo de tal tendência histórica, ou seja, de superação do modo de produção capitalista. Os instrumentos e ferramentas das lutas socialistas foram concebidos em outros momentos históricos, definindo-se em oposição a aspectos do capitalismo, articulando-se de maneira fundamentalmente defensiva. É, portanto, necessário a uma política que se proponha radical, não somente a negativa da ordem dominante, mas que seja capaz também, de exercer as funções *positivas* de construção do poder de controle material e de decisão política ao próprio corpo social. É preciso que a classe trabalhadora se aproprie de seus poderes socioprodutivos, realização dos próprios trabalhadores, livremente associados.

Para tanto observaremos duas escolas de pensamento que se relacionam ao processo de transição de modo a determinar alguns apontamentos teóricos e práticos, as abordagens economicistas e não-economicistas. Na abordagem economicista, a perspectiva “*histórica*” é tomada como uma continuidade, em seu desenvolvimento contínuo e progressivo – de cunho “evolucionista” – das forças produtivas. As diversas formas de relações sociais se colocam de modo *exterior*, sobre o fundamento de uma linearidade, assim as sucessões dos modos de produção não são mais que adequações das relações sociais, estas adequações violentas ou graduais a depender da interpretação econômica que se dê ao fenômeno de transição, aos diversos níveis alcançados de desenvolvimento das forças produtivas. Segundo essa

perspectiva, a sucessão histórica consistiria na crise de determinado modo de organização social, ante um nível de acúmulo das forças produtivas e uma nova modelação social como consequência. Neste modo de análise, de certo lado a *contradição* e a fundamental *dialética* se dá entre dois elementos: forças produtivas e relações de produção, cada qual *externos* e *autônomos* em suas leis de movimentos, de outra feita, o conflito entre as classes sociais em antagonismo são compreendidos somente em seu aspecto *natural*, como consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Dessa maneira, conclui Maria Turchetto: “...as forças produtivas acabam sendo determinantes na transição de uma forma de sociedade a outra, e ‘neutras’ em relação aos conflitos sociais” (NAVES, 2005, p. 08,). Esse modo específico de análise do fenômeno social da transição resulta uma desvalorização da função da luta de classes, ou, então, ela é resumida a um caráter subjetivo ou voluntarista.

Realizando uma análise detalhada na busca por correlações necessárias, entendemos que a crítica ao *economicismo* – aqui nos remetemos aos embates que surgiram durante a II e III internacional – principalmente os travados pela escola althusseriana - contribuíram sobremaneira para o debate relacionado ao fenômeno social da transição ao comunismo. A compreensão não economicista da história e, portanto, da transição ao socialismo, preconiza que há uma relação dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, não sendo essas apenas reflexo daquelas. Deste ponto de vista a “mola propulsora” da transformação de um regime a outro tem como centro dinâmico as relações sociais de produção, portanto, a ação consciente da classe trabalhadora para a transformação das relações sociais de produção.

Assim, as escolas “economicista” e “não economicista” implicam em compreensões da história e da estratégia da revolução distintas. Enquanto aquela, de certa maneira, aguarda o desenvolvimento das forças produtivas, por si, provocarem as mudanças, essa investe na organização e consciência da classe trabalhadora como motor fundamental da revolução socialista.

Portanto, o conceito de modo de produção não é um conceito estanque, em que variando a abordagem se opte por determinada formas e elementos mais ou menos dinâmicos, a rigor a conceituação de relações de produção se colocam de maneira muito diversa. Na abordagem não economicista não se vislumbra uma relação de exterioridade entre forças produtivas e relações de produção, aquelas desenvolvidas entre as pessoas no decorrer da produção de bens. As relações sociais de produção tratam-se mais precisamente daquelas estabelecidas, por um lado,

por produtores entre si quando se relacionam com as forças produtivas, o que é uma relação dialética. É, todavia também, uma relação de pessoas com coisas, não se resumindo a inter-relações subjetivas. Exatamente por essas características fundamentais que organizam a estrutura das forças produtivas, que estas não têm uma posição neutra e tampouco histórica por si só, conforme aponta Márcio Bilharinho Naves:

[...] mais precisamente: não apenas, não tem leis próprias de ‘desenvolvimento histórico’ como tampouco uma ‘existência histórica’ real fora das relações de produção; e nem ao menos podem constituir-se – enquanto tais – em objeto de reflexão teórica científica para ‘uma crítica da economia política’. (NAVES, 2005, p. 09).

Pelo contrário, nas relações de produção seu conteúdo é concretamente constituído, não podendo ser compreendida de modo separado deste.

Já o *economicismo*, como salientado acima, acaba por estabelecer um vínculo causal de exterioridade entre as relações de produção e as forças produtivas. O resultante desse processo é que se reduzem as relações de produção à uma simples relação de propriedade – no sentido formal-jurídico. Por outro lado, posições críticas ao economicismo por vezes incorrem num idealismo, ao superestimarem a superestrutura e, portanto, sobrevalorizando a política e a ação subjetiva, como certas tendências do marxismo italiano. No que tange especificamente às relações humanas mediadas por coisas, esta encontra-se restrita pelo mercado generalizado, ou seja, pelo fetichismo da mercadoria, distanciando-se as condições objetivas entre produtores e os próprios produtores, base concreta e mais profunda do *fetichismo do capital*, onde se assenta a exploração capitalista.

A crítica ao economicismo possibilitou que se rompesse com parte do marxismo, que dava ao desenvolvimento das forças produtivas a potencialidade determinante de se passar de uma forma a outra de sociedade, permanecendo, acentuadamente vinculada à ideologia burguesa de *neutralidade* das forças produtivas, da tecnologia, da organização, etc., em face da estrutura das relações sociais concretas; essa ideologia é derivada especificamente da *aparência* capitalista surgida da autonomização das forças produtivas – conquanto capital – e das potencialidades subjetivas (mentais) da produção – transformadas em potências do capital – com relação aos produtores expropriados e contra eles. Salienta Maria Turchetto: “Com base nisso, a crítica ao economicismo pôde chegar a importantes aquisições e fornecer indicações de notável relevância para o problema da abordagem da transição” (NAVES, 2005, p. 11).

Ressaltamos que o esclarecimento do conceito de relações de produção ao qual nos referimos acima, é de suma importância, para se identificar o surgimento e desenvolvimento do processo de formação da burguesia, bem como o núcleo essencial do problema da transição.

A esta corrente (não-economicista) deve-se também o reconhecimento de dar relevância ao fenômeno da adequação das forças produtivas às relações sociais, e ainda, mais concretamente, no processo de transição do feudalismo ao capitalismo, da manufatura à grande indústria, que vai da subsunção do formal ao concreto, do trabalho ao capital. Aqui encontramos uma real inversão de interpretação com relação à teoria economicista. Essa adequação é levada a cabo pelas relações de produção, não se apresentando como uma espécie de *lei universal histórica*, cujo mecanismo é genérico e por completo indeterminado, todavia, se estabelece como lei de constituição e interpretação de seu desenvolvimento interno concreto, possibilitando uma análise histórica concreta, ou seja, possibilita observar as nuances dos processos que transformam as relações sociais concretas, sem uma “necessária” linha de continuidade entre as diferentes formas de organização social, sendo que não há uma continuidade linear e imprescindível entre os modos sociais de produção e reprodução.

Acrescemos aqui que esta perspectiva teórica possibilita a análise da hipótese de “reversão” do processo de transição, e com isso se explica fenômenos sócio-históricos de fracasso como o relativo retorno de forças socioprodutivas feudais, mesmo após considerável desenvolvimento histórico da burguesia (Capital mercantil) como classe dominante. Esses fenômenos históricos (de reversão) podem ser interpretados como uma não completa adequação das forças produtivas às relações de produção capitalistas. Isso colocou uma questão importante com relação ao desenvolvimento do processo de transição ao socialismo e a possibilidade de reversão e/ou fracasso, permitindo romper com o socialismo como um período histórico estanque e estável, possibilitando a análise histórica e aprofundada dos processos em que se implantou o socialismo real ou realmente existente.

Outro conceito importante retomado pela teoria não-economicista é a de *formação social*, em que existe a possibilidade de coexistirem vários modos de produção em um mesmo momento histórico, um deles, todavia detendo a dominância do desenvolvimento social e histórico. O conceito foi aplicado justamente em períodos de transição no momento em que se observou não corresponderem exatamente naquele complexo histórico, forças produtivas e relações de produção, pela ausência de uma adequação completa, o que torna difícil à assunção

da dominação de um modo sobre os demais coexistentes. Apesar de constituírem avanços teóricos notáveis, segundo Maria Turchetto: “[...] apresentam ainda limites, que consistem essencialmente em uma *aplicação excessivamente generalizante do ‘modelo’ de transição do feudalismo para o capitalismo ao problema de transição do capitalismo ao comunismo*”. (NAVES, 2005, p. 12).

Temos que colocar em relevância que Karl Marx em toda sua obra não realizou estudos aprofundados sobre uma determinada *teoria da transição* para o comunismo- tendo como fase intermediária o socialismo- isto porque não se deparou com fenômenos sociais que possibilitassem uma análise ampla sobre os vários aspectos de um determinado período de transição, exceto pela breve experiência da Comuna de Paris em 1871. Mesmo assim suas observações sobre esta experiência social foram notáveis, cujo enfoque era a quebra dos aparelhos de estado, tais como a “escola” (universalização da educação) e forças armadas (autodefesa e armamento dos trabalhadores), além disso há em suas análises um realce teórico relativos à redefinição do papel da burocracia, da representação política e ainda da justiça nesta experiência histórica breve de um “*período de transição*”. Assim a ditadura do proletariado em sua descrição a respeito da Comuna de Paris é a de um *não-Estado*, pelo seu grau de descentralização, ampliação de participação popular e controle das massas dos aparelhos estatais.

O problema teórico, com expressões práticas e políticas, encontra-se nas manifestações teóricas de Karl Marx no *Prefácio de 1859*, onde trata com ênfase uma suposta primazia das forças produtivas, podemos observar na seguinte citação: “Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, **as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes** ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões” (MARX, 1982, p. 25). Embora o próprio autor tenha retificado esse posicionamento, essa observação teórica possibilitou uma deturpação de forte teor mecanicista e economicista, influenciou fortemente as concepções stalinistas, que são marcadas pelo seu reducionismo evidente.

Significativamente Louis Althusser demonstra que esse texto não é central na perspectiva da transição socialista em formações sociais periféricas em outros teóricos e líderes

revolucionários como V. Lenin e Mao Tsé-tung, e ainda, que o texto supracitado não menciona a luta de classes como força motriz dos processos revolucionários.

A contribuição de Louis Althusser a essa específica problemática teórica acerca da transição e sua crítica a concepção reducionista-economicistas já se encontra em seus primeiros trabalhos relevantes para o debate marxista, como a obra *Contradição e sobredeterminação* (1962). Essa obra rompe com a concepção mono causal da determinação, bem como a concepção monista da contradição, isto porque para o entendimento de crises políticas, ideológicas e/ou econômicas é necessário entender esse conjunto partindo de sua pluralidade contraditória e sobredeterminada (pluralidade de determinações) existentes em diversos modos de produção nas diversas formações sociais. Isto significa, segundo Luiz Eduardo Motta (2013, p. 423) que: “[...] a ruptura revolucionária acontece com a condensação da pluralidade contraditória, e durante o processo de transição as contradições permanecem, e daí a necessidade de rupturas permanentes nessa fase, uma vez que as relações de produção não mudam com a tomada de poder”. Somente uma concepção idealizada de socialismo é capaz de negligenciar a luta de classes.

Outra contribuição relevante trazida ao debate por L. Althusser refere-se à diversidade de temporalidades das estruturas e práticas correlatas a essas estruturas, o que significa que as mudanças ideológicas, econômicas e políticas não ocorrem simultaneamente. As práticas se desenvolvem em distintas temporalidades, como exemplo podemos pressupor que as práticas econômicas possam ser mais rapidamente transformadas que as práticas ideológicas e/ou políticas. Assim as contradições que surgem e se encontram presentes em determinadas estruturas e práticas não são resolúveis imediatamente, enquanto outras deixam de existir, isto porque as contradições possuem uma certa autonomia relativa e não derivam de uma única essência. Os processos revolucionários não destroem de modo uniforme os aparelhos estatais, trata-se, pois de conflitos plurais com intensidades e temporalidades diferentes internas e externas aos aparelhos de estado capitalista.

Dessa maneira a constituição da ditadura do proletariado e a conseqüente formação de conselhos operários e populares é fundamental para estabelecer uma ruptura que seja definitiva com as relações de produção que remanescerem no período de transição. Tomar o poder político por si só não garantirá a descontinuidade do modo de produção capitalista, ainda permanecem no período de transição a luta contra práticas políticas e ideológicas burguesas. Para L.

Althusser existem dois objetos da luta de classe revolucionária no período de transição: os aparelhos ideológicos do Estado e os aparelhos repressivos do Estado. Se por um lado o aparelho repressivo, constituído pelas forças armadas, policiais, aparatos jurídico-repressores como o Ministério Público, demonstram menos propensão a transformação, por estarem submetidos a uma severa disciplina interna, já os aparelhos ideológicos são mais suscetíveis as transformações. Esse fenômeno deve-se ao fato de ambos realizarem a existência da *Ideologia de Estado*, mas de maneira desordenada, com autonomia relativa, funcionam por intermédio da ideologia, por isso é em seu âmago e em suas formas que se desenvolve uma guerra de longa duração, em que a luta de classes pode derrubar as classes dominantes, ou seja, desapossar o poder do Estado que elas detêm.

Étienne Balibar, filósofo marxista francês, aponta o rompimento da perspectiva teórica althusseriana com outras de caráter linear e teleológicas da história, isto porque a história não é predeterminada. Não se refere a uma dialética “*essencialista*”, mas a uma dialética real da luta de classes e seu desenvolvimento histórico. É a dialética dos vários aspectos da luta de classes, distintos uns dos outros em uma mesma unidade, como demonstra a prática dos movimentos operários. O aspecto econômico – a luta de classes econômica - é apenas um destes aspectos, que se desenvolve desigualmente, e é também desigualmente decisivo conforme as conjunturas históricas, todavia é insuscetível de produzir, por si mesmo, efeitos revolucionários. Isto exige que em qualquer período histórico, modo de produção e conjuntura, o conjunto da luta de classes permaneça determinado por suas condições materiais. A luta de classes encontra seu pressuposto de desenvolvimento no desenvolvimento material e de reprodução das condições materiais de produção.

Entender a centralidade da luta de classes e suas contradições no marxismo possibilita demonstrar o primado das relações de produção sobre as forças produtivas. Daí resulta o equívoco dos que são influenciados pelo pensamento liberal conservador, como o de Mises e Hayek, e ainda daqueles que defendem a perspectiva desenvolvimentista, pois identificam a estatização dos meios de produção com o próprio socialismo. A estatização é um processo que por si só não elimina a divisão social do trabalho e, por consequência, as relações de produção. Não é a simples inversão de termos jurídicos como empresa *privada* para empresa *estatal*, a transformação real demanda uma luta de classes operária contra a dominação burguesa, que rigorosamente é *não-jurídica*.

A complexidade das relações de produção extravasam o caráter jurídico da propriedade, isto porque envolve além dos aspectos econômicos, os aspectos políticos e ideológicos, no que se refere à reprodução do capitalismo quanto à sua ruptura pela constituição da ditadura do proletariado, o *não-Estado*, cujo objetivo é criar novas práticas que obliterem a modernidade burguesa.

Mao Tsé-Tung (1893-1976), líder e revolucionário chinês, enfatizou o primado das relações de produção sobre as forças produtivas em sua crítica a J. Stálin, por este ter dado relevo aos condicionantes econômicos e por ter negligenciado aspectos superestruturais da política e da ideologia e, conseqüentemente, seus efeitos de reprodução ou transformação na sociabilidade capitalista. Para Mao Tsé-Tung, observando a transição do feudalismo ao capitalismo, esse processo demonstra que as relações de produção foram responsáveis pelo surgimento de necessidades de transformações técnicas, criando dessa maneira as condições objetivas para a utilização das máquinas. O processo de transição ao comunismo será marcado pela criação de novas relações de produção que subsumirão e adequarão as relações de produção herdadas do capitalismo, materializadas por um Estado de novo tipo (o *não-Estado*), ou seja, pela ditadura do proletariado.

Sendo assim cabe aclarar que as diferentes abordagens apresentadas, quais sejam: mecanicista-economicista e não-economicista se excluem, implicando um ir além do momento econômico nas diferentes experiências de transição, observando o primado das relações de produção sobre as forças produtivas, compondo dessa maneira o complexo social em que se dá a luta de classes e seus desdobramentos, para uma compreensão melhor do processo de transição.

2.1 Transição e marxismo: alguns aspectos.

Ocuparemos esse espaço para delinear em que consistem os elementos que caracterizam uma teoria marxista ou elementos sobre a *Teoria da transição*. Começamos a avaliação por sua obra da maturidade “O Capital” na qual Karl Marx realiza assertivas teóricas sobre a origem do modo de produção capitalista, tratando-se do que ele denominava de acumulação-primitiva-originária, descrevendo a síntese da constituição da relação capitalista. Após isso, o autor detém-se na análise do movimento de produção e reprodução do capitalismo, isto enquanto produção e reprodução das relações sociais capitalista, sendo esse o núcleo teórico marxista.

Se a rigor realizarmos uma análise aprofundada das características teóricas da transição, em termos marxistas, veremos que as três indicações realizadas anteriormente, quais sejam, sobre a origem, o movimento interno e a tendência histórica do capitalismo não coexistem na mesma dimensão cognitiva marxista. De modo comprometido a análise científica a ser realizada tem como objeto de estudo o campo histórico que estrutura o modo de produção capitalista, bem como suas leis de movimento ou autoprodução (e reprodução).

O estudo correspondente às origens do modo de produção capitalista não é pretensioso no sentido de se atingir a gênese total do processo histórico-social e as leis do movimento específicos do momento de transição do feudalismo ao capitalismo, na mesma medida que parte do momento histórico de transição do próprio capitalismo e não de seus predecessores. Digamos de outro modo, buscaremos identificar elementos necessários e sua correspondente genealogia, tais como, por um lado, a propriedade privada dos meios de produção e, de outro, a classe dos produtores expropriados. Independentemente do *momento histórico e conjuntura política (a correlação de forças entre agrupamentos sociais em oposição ou associação)* podemos observar o surgimento das classes sociais e seu desenvolvimento, ou seja, a dinâmica histórica da luta de classes e conflitos de grupos sociais.

Observamos que a análise do modo de produção capitalista em sua origem, a acumulação originária, se diferencia do modo de produção capitalista plenamente constituído, também no método como se expõe. Esta análise aparece com certa independência, descritiva-teórica, em um contexto mais amplo de uma análise sistemática. Isso se deveu ao método marxista de análise histórica, portanto, não era o caso, para Marx, de reconstruir o movimento de um modo diverso de produção, daquele feudal ou de uma espécie de “[...] modo de produção de transição, fundado em lei diversas daquelas do movimento do capital, mas de delimitar, a partir do conhecimento da estrutura do modo de produção capitalistas, os elementos que o constituem; elementos esses, que em uma variedade, detinham uma origem diversa e independente, porque não é um único movimento que produz por um lado trabalhadores expropriados “livres e por outro lado a concentração de riquezas na mão de proprietários não feudais, isso pode explicar a fragmentação da análise sobre o processo de acumulação originária”. (NAVES,2005).

No processo de acumulação primitiva a formação de trabalhadores “livres” está relacionada a transformações agrárias, vinculadas a condutas coercitivas, violentas e de cunho não econômico sobre os trabalhadores do campo (expulsões em massa, combate à “vagabundagem”), em que se evidencia o papel determinante do Estado-feudal, na concentração de riqueza, pela classe burguesa, que após esse momento comportar-se-á como classe dominante, sob a ótica do capital impróprio ou improdutivo, aquele de natureza mercantil e usurário que age na porosidade da sociedade feudal, conforme demonstra o estruturalismo marxista. Só a partir da junção de dois elementos: por um lado a propriedade capitalista e do outro os trabalhadores “livres” de vinculação pessoal, se inicia o processo de *valorização do valor*, bem como um processo de transição especificamente capitalista, ou seja, levado a termo pelo objetivo de valorização do capital, tais como: adequação das forças produtivas ao nascente processo de exploração que se diferencia por sua característica interna à esfera do econômico, própria da sociedade burguesa. Que é guiado pelo movimento de desenvolvimento do capital, do qual Karl Marx nos dá referências teóricas.

Com relação à questão de se tomar como simples modelo de análise a transição do capitalismo ao feudalismo, para observação de outras formas de transição, Marx nos fornece um panorama em que a base de desenvolvimento do capitalismo encontrava-se nas entrelinhas do modo de produção feudal, coexistindo a exploração econômica direta sobre o corpo do trabalhador e a extra econômica, utilizando-se fatores comerciais (processo de mercantilização) para produzir uma sociabilidade própria que, por alianças históricas, se tornaria o modo de produção dominante. Resta-nos saber se estas colocações teóricas cabem da transição do capitalismo ao comunismo.

Observando a tese do “destino histórico” (seu fim proeminente) legado ao capitalismo, vale destacar que o que Marx denomina de *tendência histórica* não é diferente da lei de *autorreprodução* da relação de produção capitalista, nem exterior, uma lei que restringe a uma causa externa, mas é o próprio movimento do capital conforme aponta Louis Althusser em sua obra “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”. Novamente destacamos que o objeto da análise de Marx é o específico movimento do capital, ainda que seja para analisar restritamente as suas contradições internas.

Devemos avaliar com certo cuidado aqui o processo de constituição e tentativas de dissolução das relações de produção capitalistas, como na União Soviética, por exemplo,

confrontadas em seu contexto histórico-social, de outras análises marxistas diversas do modo de produção capitalista. Marx não entende que na formação das relações sociais burguesas, o centro desse processo seja a dissolução da propriedade privada individual, fundamentada no trabalho pessoal. Ao contrário, em sua análise essa espécie de propriedade e produção (a produção mercantil individual independente realizada por indivíduos) não possui uma historicidade própria, mas é criada pela construção ideológica burguesa da aparência disforme, fundada na propriedade mercantil capitalista, espelhando o trabalho como mais uma espécie de mercadoria. É assim que lança sua crítica aos economistas clássicos por considerarem o trabalho pessoal como título originário da propriedade, como se fosse possível criar uma *pré-história* do Capital, sem a existência deste, o que seria mais um processo de mistificação. No processo de acumulação primitiva Marx dá ênfase a grande massa de trabalhadores expropriadas, expulsas do campo violentamente e privadas dos meios de produção/trabalho, bem como dos meios de subsistência, não se referindo de modo algum aos produtores individuais e independentes de mercadorias (NAVES,2005).

A analogia realizada por Marx com relação à diferenciação das minúsculas propriedades de muitos e a colossal propriedade de poucos e daí a propriedade coletiva, deve ser entendida como um referencial da tendência de desenvolvimento do capitalismo à acumulação e centralização, tal tendência explicitaria as contradições internas do modo de produção, bem como a sua transformação segundo a tese do “*destino histórico*” (*aqui se destaca o fim do modo de produção*). Ressalta-se que a crescente acumulação não se deve somente à concorrência individual intercapitalistas (entre capitalistas considerados individualmente), ou seja, na esfera da circulação. Essa concorrência individual é observada como um processo, em que domina uma lei coercitiva externa, tendência esta que rege o movimento do próprio capital em sua crescente valorização³, a denominada *lei de valorização do valor*, conforme a concepção marxista althusseriana.

³ Portanto, para Maria Turchetto: [...] Concentração e centralização crescentes significam, de fato, grandeza crescente do capital que entra no processo de produção, possibilidade de alargar a escala de produção (no caso da centralização, independentemente mesma da dimensão ‘física’ do capital acumulado) e, com isso, **a aplicação de métodos para o aumento da força produtiva do trabalho, para incremento da mais-valia. Isso significa que a relação capitalista se ‘aprofunda’: aumenta o domínio do trabalho ‘morto’ sobre o trabalho ‘vivo’ e, portanto, a subordinação ‘real’ do trabalho ao capital; aumenta a expropriação- inclusive e sobretudo a ‘subjéctiva’- dos produtores, isto é, a condição social que é suficiente para reger o processo de valorização. Esse é o significado ‘profundo’ do processo de concentração e centralização do capital, que deve ser apreendido para além dos resultados imediatos da concorrência capitalista.** (NAVES, 2005, p. 19).

O aumento da composição orgânica do capital acaba por evidenciar suas próprias contradições, a lei tendencial de queda do lucro torna-se um objeto de discussão, por meio das afirmações de K. Marx acerca do trabalho alheio, como se fosse uma espécie de “furto”, bem como a base miserável que sustenta a riqueza social, isto relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas materiais, ocasionadas pela ciência, técnica em execução pela grande indústria capitalista, dá visibilidade às denominadas crises cíclicas e estrutural. Nesse momento os limites e contradições internas do capital tornam-se visíveis, bem como a impossibilidades de superá-las, já que entregues espontaneamente ao modo de adequação espontâneo do capital. Claro está que o modo de produção capitalista carrega consigo suas próprias contradições como tendência, mas que as causas e efeitos são originários de um mesmo movimento, o movimento de valorização e autorreprodução, que é o âmago do capital. Evidencia-se, dessa maneira, como as contradições são dependentes de suas causas, ou seja, da própria estrutura de relações capitalistas. Por tudo observado, extrai-se que o processo de contradição imanente (interna) do capital por si só não tende a resolução destas, pelo contrário, as recoloca em um nível sempre superior, ela pode indicar uma superação momentânea, para logo depois reinstituí-la de modo maior que a contradição anterior.

São posições que acabam por mistificar a análise marxista, conforme salientado por Maria Turchetto, quando o próprio Marx aborda questões como a *tendência histórica* do modo de produção capitalista, limites autoimpostos pelo próprio capitalismo, em nenhum destes momentos o autor tem como pretensão referir-se a um limiar a ser alcançado. Coerente é a avaliação que nos permite afirmar que esse limiar não pode ser colocado como uma fase do processo de transição, é ele mesmo manifestação do movimento de reprodução do capital. Importante observar ainda que quando Marx analisa as necessidades, ele o faz de modo histórico, ou seja, analisando as necessidades historicamente existentes, as tidas como “novas necessidades” surgem e são delimitadas dentro da estrutura de produção capitalista.

Uma abordagem não-economicista do processo de transição do capitalismo ao comunismo deve partir de fundamentos concretos, cujo método é a crítica à economia política como norte teórico, tendo como quadro de análise o movimento interno do modo de produção capitalista. Como pudemos observar não é na análise da transição do feudalismo ao capitalismo que encontraremos uma perspectiva não reducionista do processo de transição, porque esse processo se dá ao lado do desenvolvimento social do próprio modo de produção capitalista, sem uma lei expressa e de completo entendimento. Por outro lado, podemos também excluir que o

próprio movimento do capital gere por si mesmo a sua forma de superação. Assim como existe especificidade no conceito de modo de produção, acontece o mesmo com o conceito de “transição”, desta forma Marx evita esse problema procurando a diferença específica do modo de produção capitalista (NAVES, 2005).

A posição não reducionista teve como mérito recolocar a luta de classes como primado sobre as relações de produção no processo de transição, não a relegando a um *locus* subjetivista. Cabe agora apontar como a luta de classes tem função determinante no início do processo revolucionário (ruptura revolucionária), qual seu real lugar de permanência durante o socialismo e, por fim, qual o seu conteúdo, como aposta decisiva.

A especificidade da análise marxista do processo de transição requer rigor metodológico e epistemológico, para tanto, como o próprio Marx pode nos indicar um caminho não necessariamente positivo da alteração do modo de produção capitalista, levando em consideração a observação que faz dos elementos do modo que o capitalismo vai ser constituído, bem como as relações de produção que podem inviabilizar uma alteração qualitativa, e por exclusão o que o comunismo não pode ser. Duas características que nos serviram a entender a transição do feudalismo ao capitalismo devem ser devidamente colocadas, são elas: a não correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção, e ainda a coexistência de modos de produção, sem uma exata dominância de um entre eles.

Assim, com referência à correspondência das forças produtivas às relações de produção, teóricos reducionistas afirmam sua superação na fase socialista pela coletivização dos meios de produção e, conseqüentemente, a reapropriação dos produtores proporcionada pela tomada do poder estatal. Todavia, não se teoriza sobre novas formas e práticas de produção, busca-se a mera adequação jurídico-formal da realidade – como salientado na passagem do feudalismo ao capitalismo, pela subsunção dos meios de produção pela burguesia empregada na expropriação dos produtores, sendo a disponibilidade dos meios de produção como fator determinante, tendo a sua regulamentação como relação jurídica realizada apenas posteriormente. Na fase socialista, os meios de produção como propriedade coletiva ainda não estarão completamente à disposição efetiva dos produtores

É necessário encontrar elementos que possibilitem um salto qualitativo no processo de transição. Para tanto, é preciso observar e entender as fases de transição e o socialismo como

uma parte intermediária, que pode oferecer elementos híbridos que apontam nas situações de crise as fragilidades e, conseqüentemente, as possibilidades de rupturas radicais do modo de produção capitalista. Não em determinados sentidos, de modo restrito, mas observando a totalidade social e as possibilidades de uma transição que leve em consideração a transformação radical das relações de produção. Uma transição que procure aliar as necessidades objetivas e subjetivas para que essa possibilidade seja realmente concretizada e não se detenha num “capitalismo melhor” ou numa tentativa parcial de mudança de quantidade, sem a provável e cada vez mais necessária mudança de qualidade do sociometabolismo do capitalismo em sua totalidade real e complexa.

Importante ressaltar aqui o posicionamento de Vladímir Ilitch Lenin em “*O Estado e a revolução*”, analisando os escritos de Karl Marx afirma que haverá, entre o capitalismo e o comunismo, de modo intercalado, uma etapa particular de transição, em que o estado será constituído pela *ditadura revolucionária do proletariado*, isto devido a oposição inconciliável entre a classe operária e a burguesia, o que será a democracia para a imensa maioria do povo, reprimindo pela força, a atividade dos exploradores, ou seja, a radicalização da democracia. Assim o período de transição é também entendido como transição política. É a elevação do proletariado a classe dominante que vai definir essa etapa *sui generis*.

São assentadas assim as bases fundamentais de um Estado transitório, que não é propriamente um estado, não sendo representado somente pelo “simples” alargamento da forma democrática, mas um estado sem burguesia ou *semi-estado*.

Charles Bettelheim (1913-2006), economista e historiador francês, dedicou grande contribuição ao debate sobre a transição nas experiências denominadas de socialismo realmente existente ou socialismo real, especificamente a experiência russa e chinesa. Em sua análise teórica ele coordena os conceitos de modo de produção nas formações sociais, bem como o de contradição sobredeterminante, oriundos da teoria althusseriana, com a concepção política de origem maoísta referente a pluralidade contraditória (em especial no amago do partido político revolucionário) associada a permanência da luta de classe após a tomada de poder estatal. Sua teoria crítica é ímpar pois não tem caráter meramente acusatório do processo de transição, seja pela crítica a “burocratização” ou para acusar as experiências de transição de “totalitárias”. A importância das investigações científicas perpetradas por Bettelheim reside na constatação de que as relações de produção se mantiveram no período de transição, portanto, as práticas

políticas, econômicas e ideológicas não agiram no sentido de transformação, mas na manutenção da reprodução das antigas relações de poder. Dessa maneira para Bettelheim analisando a experiência soviética observa que o mais difícil não é a derrubada das antigas classes dominantes, é sim, desde o início, obliterar as antigas relações sociais e impedir sua reconstituição (por meio de elementos remanescentes), sobre estas pode se reconstruir um sistema de exploração parecido com o que se acreditava definitivamente destruído.

Na experiência socialista russa houve alguns elementos estratégicos e determinantes para que se mantivessem as relações de produção, tais como a reconstituição do exército, o aburguesamento e burocratização do partido revolucionário associado ao esvaziamento dos soviets. Para C. Bettelheim a retomada das relações hierárquicas no exército durante a fase denominada de “comunismo de guerra”⁴ foi determinante em relação a falta de controle dos aparelhos repressivos pela classe trabalhadora, uma das características mais marcante da Comuna de Paris em 1871. Dessa forma desaparece o controle dos oficiais pelos soldados e o critério de recrutamento passa a ser a conscrição conduzindo ao recrutamento de um contingente de camponeses ainda pouco influenciados pelo partido bolchevique. As condições determinam que as tarefas de controle político do exército são exercidas por comissários nomeados pelo poder soviético. Enquanto os soldados são escolhidos em virtude de seu devotamento à ditadura do proletariado, por outro lado os oficiais são recrutados em função de sua competência técnica.

Com relação as mudanças no interior do partido revolucionário russo o marco dessa virada para C. Bettelheim se dá no VII congresso do partido comunista russo, isto porque o partido passa cada vez mais a ser um corpo estruturado, submetido a uma disciplina de tipo diferente da conhecida antes, esta disciplina é um estado germinal de um certo centralismo administrativo. Essas mudanças se acentuam com a aproximação do X congresso em 1921. Assim para C. Bettelheim apud Luiz Eduardo Motta (2013, p. 432):

“[...]a transformação das relações entre a cúpula administrativa do partido e sua base modifica também as relações da direção política – Comitê Central e Bureau Político – com o partido em seu conjunto. O aparelho administrativo – sobretudo seu núcleo central – torna-se um segundo centro de direção do partido: um centro formalmente

⁴ O Comunismo de Guerra foi uma estratégia adotada pelos bolcheviques russos durante a guerra civil que ocorreu no país, logo após a Revolução Russa, em 1917. O Comunismo de Guerra pautava-se na permissão de que todas as forças produtivas do país deveriam se orientar no sentido de combater os inimigos do povo, ou seja, o Exército Branco e tropas de ocupação estrangeiras

‘administrativo’ [...] que pode exercer influência sobre a direção política do partido, e mesmo orientar suas decisões e a maneira como estas são aplicadas”.

Ao contrário do princípio basilar de destruição do Estado durante o processo de transição, na União Soviética se deu o contrário: o Estado se fortaleceu e se desenvolveu. Assim ocorreu a autonomização dos aparelhos estatais nos quais predominaram as relações sociais burguesas e o conseqüente desenvolvimento, sobre este fundamento, de práticas sociais burguesas. Somente a luta de práticas revolucionárias no interior dessas relações sociais a serem transformadas vai permitir a transformação revolucionária dessas mesmas relações. C. Betellheim demonstra que essa luta deixa de ser travada na prática pelo partido bolchevique depois da morte de V. Lenin, com o ingresso em massa nas fileiras do partido e no interior dos aparelhos de Estado de intelectuais burgueses, tais como administradores, engenheiros, técnicos e etc. Essa penetração vai dar azo a tendências ideológicas e política burguesa, bem como à práticas economicistas correlatas a concepção da função dos técnicos e uma certa concepção da Nova Política Econômica (NEP) e ainda no papel do Estado na implantação desta política econômica. O fato é que, para C. Betellheim, a estatização e nacionalização dos meios

+ de produção podem abalar somente parcialmente as relações econômicas capitalistas, entretanto não as transforma e nem faz desaparecer a burguesia.

A emergência do stalinismo vai agravando cada mais essa situação, por óbvio a ideologia que se cunhou de “stalinista” não é obra somente de Stalin, mas tem essa nomenclatura pois foi delineada durante o período em que Stalin encontrava-se a frente do partido bolchevique e também porque ele condensa essa concepção em suas declarações e escritos. Essa concepção se fundamenta nas relações políticas e econômicas do final de 1920 e começo de 1930, transformando-se até 1950, quando reveste-se de sua forma mais sistêmica. Essa forma mais sistematizada vai se apresentar como um socialismo de Estado. Forma-se uma burguesia estatal e um capitalismo de Estado, em decorrência desse processo massas proletárias e camponesas foram expropriadas e submetidas, durante 1930, a uma espécie de despotismo de fábrica e à repressão policial. Instala-se assim uma específica forma de capitalismo, na qual a acumulação tem continuidade por consequência da centralização estatal de extração de mais-valia e dos produtos do sobretrabalho, por intermédio de aparelhos do Estado que são constituídos principalmente pelo orçamento, bem como pelo sistema bancário estatal, dessa forma salienta C. Betellheim que decorrente dessa concentração, a fração hegemônica da

burguesia de estado é composto por aqueles que se encontram nas posições de direção do partido e do Estado, os que controlam os meios de produção e da mais valia

O afastamento do partido revolucionário das massas desencadeou uma política de defesa da unidade e do monolitismo, em detrimento das lutas internas no partido e suas contradições. Uma das principais características da ideologia stalinista é a defesa da unidade interna do partido e sua impermeabilidade às contradições. Dessa forma o partido torna-se cada vez mais um aparelho de Estado, ou para ser preciso, funde-se com o Estado, abdicando de ser um veículo de articulação com a classe trabalhadora, mesmo com sua relativa autonomia dos demais aparelhos de Estado. Ao defender o primado da unidade sobre a contradição, existe uma inversão dialética. Essa espécie de dogmatismo político ultrapassou as fronteiras da formação social soviética fazendo-se presente nos documentos da III internacional comunista, constituindo a orientação para os demais partidos comunistas, com exceção dos partidos comunistas chinês e italiano.

2.2 Crises e o fenecimento do Estado moderno

Karl Marx nos legou uma teoria política? O que sua ampla produção teórica nos diz sobre seu posicionamento acerca da ciência política e sobre a função do Estado? Desde seus artigos de 1842 até sua obra *Crítica ao programa de Gotha* (1875), se não há tratados de teoria política ou a elaboração de um sistema de filosofia do Estado, há pontos-chaves de convergência em seu arcabouço teórico tais como a opressão exercida pelo Estado, a articulação desta opressão com a exploração do modo de produção capitalista, bem como o vínculo entre revolução, democracia e comunismo. Os vestígios dessa posição teórica podem ser observados em sua produção teórica desde os embates com Hegel e os jovens hegelianos, nos escritos sobre os levantes revolucionários de 1848 e conseqüentemente em suas observações sobre a Comuna de Paris em 1871, nas intervenções nos debates do movimento operário e em suas obras de crítica e análise da economia política. Um pensamento complexo que motivou críticos anarquistas como M. Bakunin entre outros, com suas alegações de que Karl Marx teorizava sobre um pretexto “*socialismo de Estado*” e ainda do juspositivista Hans Kelsen que definia a teoria deste e de F. Engels a respeito do Estado como “*puro anarquismo*”.

Em seu artigo “*Existe uma doutrina marxista do Estado?*” o teórico Italiano Norberto Bobbio (1991 [1979]), determinou que não existe tal doutrina. Estava correto ao realizar essa

afirmação? Os autores Michael Hardt (1960-) e Antonio Negri (1933-), na obra *Trabalho de Dionísio* (2004), contrapõem essa perspectiva, não realizando uma observação filológica marxista, entretanto situando-o em uma crítica prática às instituições do Estado sob a perspectiva do movimento revolucionário da classe trabalhadora. Dessa forma o que toma corpo teórico não é precisamente uma teoria marxista do Estado, mas um questionamento radical sobre o Estado e suas funções. Assim o termo inicial de uma crítica marxista do Estado é expressa de forma negativa, como ressaltado na definição marxista de comunismo na obra “*A ideologia alemã*”.

É sobretudo um pensamento em movimento, que tem seu ponto de partida nas lutas das classes trabalhadoras, que se soma às diversas experiências dos movimentos revolucionários. A teoria marxista sobre o Estado é ao mesmo tempo sua crítica radical (a extinção do estado) e a observação da influência e interferência nas lutas sociais travadas pela classe trabalhadora. O pensamento de Karl Marx está sujeito a sua própria evolução teórica, que encontra percalços, superações e rupturas, mas que em seus escritos, obras, cartas, argumentos a margem nunca deixam de apontar a necessidade de superação da dimensão estatal para a consecução de um projeto de mudança do modo de produção capitalista e suas consequentes relações de produção.

O hodierno estado estrutural da totalidade social coloca a classe trabalhadora na absoluta exigência de situar em sua pauta a transformação da sociabilidade burguesa e da reprodução do modo de produção capitalista e a consequente extinção do Estado moderno. Isto porque o que se coloca em questão é a própria continuidade, ou não, da humanidade, já que na década de 1970, como observa o pensador I. Mészáros, o capital atinge seu limite absoluto, o que por consequência designa uma crise estrutural sem precedentes. Com relação a esta questão o que se vislumbra é a possibilidade concreta de uma revolução social ou a barbárie social.

Para Marx, segundo Mészáros (2015, p.37), nunca foi abandonada a perspectiva de que a mudança radical necessária do sociometabolismo do capital é sequer concebível sem a *total superação* das formações estatais (do próprio Estado) do sistema reprodutivo estabelecido materialmente, nem mesmo quando acontecimentos históricos apontam na direção contrária. O que somente é possível com análise de um número variado de processos sociais, mediadas por seus requisitos objetivos e subjetivos *multifacetados*. É necessária a tomada do processo decisório por parte da classe trabalhadora, para tanto, o fenecimento do estado não só deve, como tem que acontecer, para que novas formas mediadoras oriundas da classe operária, como

os conselhos populares e operários, possam exercer o controle sobre o sociometabolismo do capital.

O Estado desde que atinge sua maturidade e adquire as características de um “*Estado moderno*”, aproximadamente no século XIX, vive acometido por diversas e variadas crises. Sendo um sistema que produz e reproduz contradições insanáveis, estando sujeito a uma crise após a outra, recuperando destas com um novo ciclo de expansão e acumulação, os quais realocam as contradições, sem, todavia, dar qualquer tipo de resolução plausível à crise (MÉSZAROS, 2011). Assim as medidas que pretendem sanear os problemas decorrentes das crises, são meramente protelatórias, culminando em um novo circuito de crises, denominadas como crises cíclicas. Um dos exemplos históricos de grande vulto foi a crise de 1929, que durou até 1933, resultando na alternância fordista, como modo de acumulação do capital, auxiliado nesse processo por um estado de forte orientação keynesiana.

Por um grande lapso de tempo foi possível a manutenção das altas taxas de crescimento econômico, graças a expansão do consumo e produção em massa, bem como a valorização da força de trabalho e seu poder aquisitivo. Entretanto, essa capacidade de expansão encontra duas barreiras, sem possibilidade de transposição, por um lado a impossibilidade de ocupação de novos territórios e mercados, e ainda, a saturação do consumo naquela escala e intensidade. Realocando assim novas contradições, buscando o aumento da produtividade por meio do uso intensivo de tecnologia, o resultado foi a redução por demanda de força de trabalho. Conseqüentemente se tem o aumento da produtividade e a eliminação dos potenciais consumidores, concorrendo para o acúmulo de capitais, tendo como efeito uma crise de superprodução (MÉSZAROS, 2011).

Para uma compreensão integral não podemos deixar de observar a ação da classe trabalhadora. Um dos fatores complementares a este processo foi a acomodação da classe trabalhadora e seus dirigentes sindicais ante uma política de negociação e alocação da luta de classes, como condição a eles impostas para obtenção de ganhos materiais, patrocinados pela fase de ascendência do capitalismo. Assim no tecido social predominou o reformismo e a procura por conciliação entre as classes exploradoras e exploradas, deixando o proletariado a mercê dos benefícios possibilitados pelo capital enquanto esses duraram.

Esse período não durou mais que três décadas, restrito a poucos países do capitalismo avançado. Exauridas as condições para a manutenção dessa fase de crescimento, uma nova crise reflete nas taxas de lucratividade, salientando ainda o açulamento da concorrência pela realização do mercado em escala global. Esse período (1970-1990) é acompanhado pela “derrota” do bloco soviético, e incapacidade da classe trabalhadora de reagir a esse contexto social-histórico, em que toma conta a conciliação proposta pelo reformismo socialdemocrata há décadas.

A classe dominante em defesa de seus próprios interesses toma a iniciativa de enfrentamento da nova crise. A classe trabalhadora fica em segundo plano no processo de resolução da crise, já abalada pela queda do regime soviético e pelo fracasso do *welfare state*, não sem demonstrar seu descontentamento em maio de 1968 na França e no denominado Outono Italiano, entre outros movimentos, sem que estes, entretanto, pudessem oferecer alternativa a crise do modo de produção-reprodução capitalista. Caberá nesse momento histórico um papel fundamental ao estado e sua crítica radical, uma crise que se aprofunda e afeta toda estrutura sistêmica do capital. Assim como outrora, no keynesianismo, o estado foi auxiliar para aceleração da lucratividade, amparando o consumo de massa, garantindo investimentos em infraestrutura com intuito de facilitar a reestruturação do capital, novamente, o estado encontra-se no âmago da crise.

O estado, determinado pelo fundamento liberal, passa a ser responsabilizado demasiadamente pela eclosão da crise, por ter se envolvido muito na economia, principalmente com gastos sociais, produzindo dessa forma uma suposta crise fiscal, sendo incapaz de sustentar este modo de governar, assim como preconizam os neoliberais, é devida sua retirada do mercado em prol da denominada “iniciativa privada”, vez que esta seria mais “eficiente”. Observamos que num primeiro momento o estado atuou de maneira complementar e fundamental aos interesses privados, agora, para o *neoliberalismo* o estado deve se retirar da economia em nome do setor privado, para que este cumpra sua “benevolente” função na sociedade.

Esta aparente mudança de papel do Estado, de caráter *keynesiano*, da fase de expansão acelerada, para a do “estado mínimo” representada pelo *neoliberalismo*, em época de crise estrutural, não pode ser analisada referenciada apenas nos processos políticos que os caracterizam. O elemento que pode esclarecer a continuidade entre eles está em sua função

social, que ambos exercem (as duas espécies de estado) na complementaridade e sustentação política das necessidades sistêmica de acúmulo de capital, relacionadas a determinadas fases de desenvolvimento total do capitalismo. Aqui se encontra a preservação causal colocada pelo capitalismo de proteção de sua lógica reprodutiva.

A partir de 1970 observamos não a incompetência ou a incapacidade do estado, nem mesmo o desempenho de papéis inadequados, o que há é a insuficiência em manter o processo de expansão e acumulação do capital, o que resulta num processo de crise estrutural, que não mais encontra soluções em suas medidas reestruturadoras, até aqui utilizadas.

Podemos observar como este processo se deu analisando as contradições internas do modo de produção capitalista, que engendra uma luta de classes e ao mesmo tempo um estado em disputa que tenta dar uma resolução à problemática enfrentando pontos específicos do capitalismo, uma crise estrutural global demanda soluções de caráter global para superação do modo de produção e reprodução capitalistas, caso contrário a manutenção do aparato estatal também significará a manutenção do modo de produção e relações sociais capitalistas.

A história da luta de classes, assim, mostrou que – para além das políticas socialdemocratas – o intuito e o sentido último do conflito entre classes não é renovar ou adaptar as formas de organização da classe trabalhadora às aceitáveis pelo modo de produção e reprodução capitalista. Nesse sentido, afirma Mariana Alves de Andrade: “Mais do que nunca, se torna imperioso para as forças do trabalho apresentar uma ‘resolução global’ ao projeto do capital” (ANDRADE, 2012, p. 11.). Ante o exposto, as questões de como e o que fazer, retomam destaque teórico e prático. Para tanto, é imprescindível, se quisermos dar uma resposta, utilizarmos a observação teórico-crítica da realidade social como ferramenta fundamental de análise. Como salientado anteriormente, a encontramos em Karl Marx, em sua crítica da economia política e nas análises marxistas posteriores, bem como em sua posição crítica-radical com relação ao Estado.

É preciso que se entenda o processo histórico, bem como as conexões causais entre categorias fundamentais para reprodução social do modo de produção capitalista. O Estado em sua proeminente função de sustentáculo do capitalismo, como uma forma de legitimação da dominação de classe. Uma das teses que encontramos no Manifesto Comunista, uma das primeiras obras editadas por Marx e Engels, é a de que o desenvolvimento das forças

produtivas, e suas correspondentes relações de produção, em determinados períodos históricos fez surgir o conflito inconciliável entre as classes sociais, em que uma das classes se apropria privadamente do excedente econômico fundado na exploração de sua classe antagônica. Dessa maneira, se instaura uma ruptura que origina forças sociais com interesses conflitantes, entre particulares e, socialmente, entre classes, que também se representam no interior do Estado que atua como instrumento de conciliação e apaziguamento desses diversos conflitos.

Mariana Alves de Andrade citando Lênin afirma, com relação ao conflito inconciliável entre as classes sociais e o Estado como seu resultado, que: “[...] o Estado surge no lugar, na hora, e no grau em que as conciliações de classe, *não podem*, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis” (ANDRADE, 2012, p. 12). A teoria expressada pela autora reafirma a tese marxista do estado como um órgão de opressão de classe, de legitimação e legalização da dominação de classe, cuja conciliação, se possível, afetaria sua própria existência⁵.

Podemos observar que o estado é resultado do desenvolvimento histórico-social em uma determinada fase, em que surgem, concomitantemente – fruto de um complexo social – a propriedade privada por um lado e, por outro, a sociedade de classes antagônicas em um conflito inconciliável, indissociáveis do modo de produção capitalista. O poder de classe é o *poder organizado de classe*. Este poder político emerge quando observamos que a classe que domina economicamente também domina o poder organizado como Estado.

O Estado, para que possa exercer sua função, necessita de uma organização como “*força pública*”, não só formada pelas polícias e exércitos permanentes, como, também, por instituições acessórias ao poder coercitivo material, como o cárcere entre outras, temos que salientar que houve um desenvolvimento nas funções estatais, decorrente da luta de classes. Aqui a “força” pública está colocada em contraposição à organização armada e espontânea da classe trabalhadora, e se afirmam cada vez mais os conflitos que se intensificam no interior da

⁵ Assim afirma Mariana Alves de Andrade: Contudo, do ponto de vista do surgimento do Estado, a estrutura econômica da sociedade só pôde se tornar o fundamento desta esfera social quando o problema da propriedade privada se transformou num problema social histórico-concreto. Ou seja, **a partir do momento em que o excedente econômico produzido pela sociedade passou a se apropriado por uma classe particular, surgiram, ao mesmo tempo, por necessidade imanente, novas esferas, a exemplo do Estado, do Direito, de determinadas formas de consciência social, etc., que passaram a desempenhar suas funções específicas intimamente articuladas com a reprodução econômica social.** Portanto, a propriedade privada é pressuposto necessário do Estado, do Direito e de determinadas formas ideológicas. (ANDRADE. 2012, p. 13).

sociedade de classes. Para sua manutenção, exerce influência econômica na forma de impostos e dívidas públicas. Tanto que, quanto mais organizado se torna o Estado, cada vez mais um corpo de funcionários para cumprir suas funções próprias se torna uma necessidade interna do funcionamento do Estado, e objetivamente vai caracterizar um grupo social que seja capaz de exercer essas funções amparadas pela lei (pela forma jurídica), que nada mais são que “*os funcionários públicos*” em sua contraposição aos funcionários privados.

O que condiciona a vida em seus aspectos políticos e sociais é o modo de produção da vida material. Dessa forma, a cada conformação social a classe socialmente dominante, no capitalismo a proprietária privada dos meios de produção, também é a classe que domina, além do processo produtivo, direta ou indiretamente, o estado político a ela correspondente. A classe social dominante na contemporaneidade é a classe burguesa, como aquela que mantém a dominância econômico-política e, para tanto, precisou submeter as demais classes sociais, como salienta Mariana Alves de Andrade: “[...] **às suas condições de apropriação de riqueza, garantia da propriedade privada, organização hierárquica da classe trabalhadora, livre compra e venda de força de trabalho, acumulação privada da mais-valia [...]**”. (ANDRADE, 2012, p. 15). A burguesia com intento de se fortalecer e manter o *status quo*, precisou centralizar e controlar a política.

O denominado “ciclo das revoluções burguesas” foi o momento histórico em que a burguesia em conflito com as demais classes sociais, se apossou do poder político exarado pelo estado, superando classes e estamentos sociais feudais. Assim sendo, a burguesia já dominante como classe econômica, emancipou-se como classe politicamente apropriando-se do estado, sendo que este é anterior ao próprio capitalismo, e de maneira embrionária própria de cada época constituindo pelas relações de poder e conflito, é, pois, em cada época o sustentáculo do modo de produção correspondente.

A constituição do modo de produção capitalista como modo de produção dominante demandou uma abrupta ruptura com as estruturas rurais, expropriando camponeses autônomos de seus meios de produção – base fundiária –, lançando, dessa maneira, um contingente enorme de indivíduos que seriam incorporados nas cidades como trabalhadores assalariados ou relegados a miséria e ao desemprego, formando um enorme exército de reserva, o que Karl Marx denominou de *lupemproletariado* em sua obra “*A ideologia alemã*”. Essa transformação foi um dos fundamentos que estruturou o modo de produção capitalista. Os proprietários

privados dos meios de produção, para operar a valorização do capital (*lei do valor*) dispõem da compra e venda da força de trabalho na produção de mercadorias, fazendo com que esta – a mercadoria – crie valor e, mais ainda, valor maior do que seu próprio custo. Valor incorporado pelo proprietário privado por meio da extração de mais-valia, sendo que a única mercadoria disponível aos não proprietários é sua própria força de trabalho.

Em sua constituição, o capital tem demonstrado grande adaptabilidade e consegue se desvencilhar de vários impedimentos ao seu desenvolvimento independente e autônomo. Nos modos de produção anteriores, mantinha-se uma unidade básica produtiva que mantinham certo grau de autossuficiência. A maneira de funcionamento do capitalismo, em sua complexidade, eliminou as unidades autossuficientes, o que possibilitou uma nova relação entre produção e controle, nunca antes vista em sua possibilidade de expansão e acumulação.

Um sistema dinâmico, com capacidade de totalizar o excedente de trabalho extraído, em paradoxo, também significou ao capitalismo a perda do controle na tomada de decisões. Em termos de conjuntos, nem os capitalistas e nem os trabalhadores, individualmente como “particulares”, podem exercer influência sobre todos os aspectos do modo de produção. Ao contrário, devem submeter-se aos imperativos objetivos de sua reprodução, desta maneira emerge o estado moderno complementando-o em uma espécie de “estrutura totalizadora de comando político do capital”, portanto sua formação é uma exigência absoluta que assegura e protege permanentemente a produtividade do modo de produção (ANDRADE,2012).

O Estado como uma estrutura de comando da totalidade capitalista é a única forma corretiva compatível com seus parâmetros. Sua atuação, entretanto, encontra uma limitação no próprio sociometabolismo do capitalismo. Da contradição resultante da falta de unidade do conjunto das estruturas capitalistas, associada à impossibilidade de controle sobre as tomadas de decisões, emergem os defeitos estruturais do capitalismo em seu próprio desenvolvimento. Esses defeitos se manifestam da seguinte maneira, segundo Mariana Alves de Andrade: “[...] **a separação entre produção e controle; a fragmentação entre produção e consumo; e oposição entre produção e circulação. Em face desses ‘defeitos estruturais’, a função do Estado é ‘retificar’ a carência de unidade existente entre eles**”. (ANDRADE, 2012, p. 21).

De modo a exemplificar, observemos a relação entre *produção e controle*, em que o estado moderno busca interferir, com sua estrutura jurídica e consequente aparato “legal”, na

organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, e ainda, legislando abertamente contra, ou dificultando, a organização sindical dos trabalhadores, por exemplo, e assim intensificando a tirania capitalista. Dessa forma atua como atenuante das contradições sociais ao ponto que não afete a extração de mais-valia e o processo de acumulação, possibilitando a continuidade da exploração capitalista.

Observando que um dos defeitos estruturais está associado à fragmentação entre *produção e consumo*, é nesse mister fundamental a intervenção do estado. Uma de suas funções, a retificadora, é indissociável ao apelo ideológico a ordem estabelecida, que por sua vez acompanha a ideologia do consumo. O Estado aqui vai funcionar por meio de sua competência político-reguladora, em conjunto com o capital em expansão, na disseminação do fetichismo da mercadoria e seu consumo, identificado na presumida “soberania do consumidor individual”, inclusive, contribui ainda, adotando uma postura de Estado comprador-consumidor. Ao adotar essa postura, atua o Estado, de dois modos diversos, prover determinadas necessidades reais que dizem respeito ao conjunto da sociedade, tais como saúde, educação, habitação, seguridade social e manutenção da infraestrutura, atuando também na satisfação de necessidades em sua maioria artificiais, a saber, sustentando a máquina burocrática-administrativa de imposição jurídica e ainda o complexo industrial militar, intimamente ligados a garantir os interesses do capital (ANDRADE, 2012).

Ainda, com objetivo de analisar os defeitos estruturais do capitalismo, vislumbramos a função dos estados em relação à oposição entre *produção e circulação*, sendo especificamente fundamental para a existência do capitalismo, como um sistema de abrangência global-internacional num complexo de dominação e subordinação. A articulação do capitalismo, historicamente por seu desenvolvimento, se dá em estados nacionais, o que em absoluto não quer dizer que sua estrutura de comando e coerção seja limitada a estes. Sendo assim, para que possa cumprir sua função adequadamente, qual seja, a busca sempre pelo máximo potencial de produção, não pode o Estado ser o freio-limite desse processo, mesmo as despensas do próprio capital nacional indissociável de sua existência. Paradoxalmente, o Estado não representa o capitalismo em sua totalidade na realidade global, e para sanar essa contradição o capital adota um sistema de “duplo padrão” agindo de modo reativo, nos países metropolitanos ou centrais do sistema do capital promove um maior padrão de vida a classe trabalhadora, isto acontece associado a democracia liberal, já na periferia do capitalismo, nos países “subdesenvolvidos” podemos observar a existência de um governo maximizador da exploração, implacavelmente

autoritário e se necessário abertamente ditatorial, exercido diretamente por intervenção ou convencimento eleitoral (ANDRADE,2012).

A existência e subsistência do estado moderno estão imbricadas necessariamente com modo de produção capitalista, como um de seus sustentáculos. Portanto, as dimensões políticas-econômicas, não possibilitam que a alteração-transformação-superação, se dê de modo unilateral, como no modo de produção feudal. As determinações implicam que todas as esferas determinem-se umas às outras, alterando as relações de produção. Os limites da atuação estatal estão condicionados à estrutura de comando e controle do capitalismo, sendo incapaz por si só de superar suas determinantes. Como observa Mariana Alves de Andrade, que “[...] **a existência do estado e a existência da escravidão são inseparáveis**” (ANDRADE, 2012, p. 26). Observando seu movimento e desenvolvimento histórico, podemos analisar a persistência do Estado como instrumento de dominação. Todavia, devemos mencionar importantes conquistas possibilitadas pelas disputas internas no Estado (disputas entre as classes no interior do estado) com efeitos, entretanto, parciais e temporárias. Dessa forma, a superação radical do Estado demanda a transformação radical das relações sociais capitalistas, na busca de uma nova sociabilidade, cujo fundamento não seja a exploração do homem pelo homem.

Observamos aqui como as teorias de transição dialogam com a realidade histórica, como não se resumem a uma simples passagem de um modo de produção a outro, mas também da mudança radical na sociabilidade e como resultante das contradições internas, podemos analisar o processo de crise do modo de produção capitalista e uma das consequências que é o fenecimento do estado, demonstrando o caráter provisório da tomada de poder e suas limitações no processo de transição, não existindo um capitalismo dócil ou manipulável, ou seja, a destruição do estado deve ser compreendida como um processo em que desaparecerão os principais sustentáculos do modo de produção capitalista. A seguir analisaremos algumas ferramentas de transição durante as experiências de tentativa de superação do modo de produção no século XIX e suas consequências nos séculos XX e XXI.

3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PARA A TRANSIÇÃO

Durante a vida de K. Marx e sua parceria teórica com F. Engels houve somente uma experiência comparável à autodeterminação da classe operária, que precedeu a criação de conselhos populares e operários, a exemplo dos Sovietes. Foi a experiência da Comuna de Paris, em 1871, completamente espontânea e popular, o que para Marx representou um salto qualitativo do movimento revolucionário, como um marco do poder popular exercido democraticamente de maneira direta.

A partir da comuna de Paris, o marxismo passou a refletir sobre a forma de transição com base nos comitês operários e populares. Algumas das principais experiências com os comitês foram no processo da Revolução Russa, de 1917, na revolução alemã no início do século XX e no processo intenso de mobilização das fábricas em Turin-Itália nos anos 1920.

Na Rússia, o primeiro Soviete foi criado em 1905, nos idos de outubro, em São Petersburgo. Mesmo que de atuação não muito duradoura, cumpriu importante papel durante a revolução de 1905. Segundo Trotsky, a função do soviete foi organizar os trabalhadores, dar direção às greves e manifestações políticas, armar a classe trabalhadora e proteger a população de *pogroms*. Era considerada uma autêntica democracia, já que não se estruturava como os parlamentos à época. Considerado como um “governo dos trabalhadores em embrião” tinha suas bases na classe operária, não prescindia de uma burocracia profissional e destacava-se pela possibilidade de destituição de seus representantes.

Muito embora a palavra de ordem da “Revolução de Outubro de 1917” fosse “todo poder aos soviets”, nem Trotsky e nem Lênin se dedicaram à elaboração teórica especificamente sobre essa forma de organização. Lênin, por sua vez, via nos soviets a potencialidade de conquista do poder pela classe trabalhadora e extinção do Estado burguês, mesmo que depois tenha retrocedido sobre a função dos conselhos na União Soviética, considerava a sua expressão como espaço de radicalização da democracia, superando-se a democracia burguesa e, ao mesmo tempo, preparando a transição para o socialismo, como uma forma intermediária entre o regime Capitalista e o regime Comunista.

Abandonando a perspectiva de uma transição por meio dos conselhos, Lênin vai se contrapor aos anarquistas, e mesmo aos sindicalistas, optando por teorizar sobre a necessidade de centralização do poder político, denominado como *centralismo democrático*. Trotsky, mesmo concordando com Lênin durante um longo período, principalmente durante a Revolução de 1917, apontou, entretanto, que os conselhos eram representativos de uma *dualidade de poder*, ou seja, ou o antigo modo de governar destruiria os conselhos, ou estes seriam fundamentais para destruírem o antigo aparato governamental e seus reflexos na dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Após a tomada de poder na União Soviética, Lênin ressaltou por diversas vezes a impossibilidade de conciliar o “poder soviético” com a democracia burguesa, porque aquele seria o verdadeiro representante da classe trabalhadora. Chegou a justificar a dissolução da Assembleia Constituinte sob o argumento de que os soviets eram formas mais elevadas de democracia, sendo que o poder político era exercido em seu âmago pelos próprios trabalhadores(as). Conforme expresso em *As tarefas imediatas do poder soviético*, o caráter revolucionário da revolução russa-proletária repousaria em primeiro lugar em que os eleitores são a classe trabalhadora, excluindo-se a burguesia.

Após 1918, uma onda revolucionária abateu sobre a Europa Ocidental, na qual os conselhos populares dos trabalhadores foram proeminentes ferramentas de organização da luta da classe operária. Na Alemanha, a ala da direita partidária do partido social-democrata via-os como transitórios até a instalação do poder parlamentar, contraposta, entretanto, por teóricos de centro como Karl Kautsky e Max Adler (1919), que tentavam conciliar as proposições contraditórias referentes ao papel e função dos conselhos operários, ampliando assim sua participação nos processos revolucionários. Esses autores foram veementes críticos ao aparelhamento dos Soviets pelo Estado, enfatizando que não seria possível dissociar a burguesia dos processos de organização do poder político, posição conservadora que, embora deva ser registrada, não aponta uma forma de transição ao socialismo, muito menos de radicalização da democracia, podendo ser classificada como revisionista. Porém, acertadamente, especulou-se teoricamente que a ditadura de um partido se daria sobre a totalidade do proletariado.

Antônio Gramsci foi o primeiro a formular uma teoria apartada de questões políticas imediatas, observando a natureza dos conselhos e suas relações com outras formas de

organização da classe operária. Para o autor, os conselhos operários não eram apenas instrumentos para impulsionar a luta de classes, mas um modelo de Estado proletário, sendo, portanto, sinônimo de organização dos conselhos e do Estado operário. Ainda, para ele, era necessária a coordenação e cooperação entre várias instituições dos trabalhadores, com a finalidade de assumir funções de administração e controle, genuinamente democráticas. Nessa mesma esteira, o autor realiza uma crítica à democracia industrial, aquela que seria realizada pela organização e coordenação política dos sindicatos.

Há que se realizar aqui uma distinção entre conselho de trabalhadores, politicamente orientados, e conselho de fábrica, orientados pela administração econômica das fábricas (representantes da “democracia industrial”). Karl Korsch, em sua obra *O caminho para o socialismo (Der Weg zum Socialismus)*, afirmava que o estabelecimento dos comitês de fábrica alçava o ambiente fabril a uma monarquia constitucional, onde a soberania jurídica é compartilhada entre o patrão, que representa os interesses de quem governa, como uma espécie de monarca hereditário, e o comitê de fábrica, desempenhando uma função semelhante ao parlamento, para além desse estágio o que se vislumbra é a constituição republicana na indústria, onde o patrão desaparece e a direção econômica e técnica da indústria é relegada a um conselho administrativo (BOTTOMORE, 1988).

Depois do fracasso das revoluções na Europa Ocidental e a derrocada do poder dos soviets na URSS, surgiram poucos textos relevantes sobre a importância dos conselhos como alternativa de organização da classe trabalhadora, que tenha como finalidade a extinção do Estado como forma que sustenta o Capitalismo. Outros autores criticam fortemente a incapacidade da URSS em manter a organização autônoma dos conselhos e terem lhes relegado um papel secundário na superação do modo de produção Capitalista.

3.1 Os Conselhos operários e de Fábrica

Os momentos de crises do modo de produção capitalista inspiram novas formas de organização da classe trabalhadora, possibilitando o debate de sua superação, por uma forma nova de sociabilidade. Nesse aspecto, os conselhos populares e operários constituem relevante instrumento de experiência histórica para que se vislumbre formas de transição das relações sociais capitalistas. A articulação do todo das lutas sociais, de cunho emancipatório, nos dá a possibilidade – ao contrário do que nos possibilita a crise própria e permanente do capitalismo

–, de recorrer ao fio mais tênue do tecido social e da luta de classes para entender a enorme relevância, pela prática política e social, permitida pelos movimentos de conselhos populares e operários para a análise do processo de transição e seu desenvolvimento, observando esse processo como processo histórico-concreto e não mera possibilidade ideológica, inserindo na história a questão do poder prático-político da classe trabalhadora. Portanto, esse subtítulo se dedicara a observar apontamentos teóricos realizados por vários intelectuais ao longo da história, formando o arcabouço do que se denomina hoje “*comunismo de conselhos*”, título cunhado aos que se dedicaram a analisar o conselho como forma de transição.

Preliminarmente cabem algumas considerações sobre o que denominamos de “*comunismo de conselhos*”, corrente marginalizada teórica e praticamente durante o século XX, devido ao processo de personificação de ideias e pessoas, relegando ao esquecimento importantes pontuações acerca dos conselhos operários e populares. Os principais autores dessa corrente teórica e prática são, entre outros: Pannekoek, Korsch, Rühle, Gorter, Canne-Meijer, Mattick. A história desta corrente está imbricada com a própria história do movimento operário. Aqui estamos falando de uma interligação orgânica entre a luta travada praticamente pelo proletariado e a teoria revolucionária que expressa os interesses dos trabalhadores (MAIA, 2010), o que vale observar é que as ideias não se desvinculam da realidade que lhes dão origem.

Numa sociedade cindida em classes sociais, como a sociedade capitalista, a explicação de determinados fenômenos vai variar de indivíduo para indivíduo, de grupos social, e principalmente, de classes sociais. De modo consciente ou não as teorias-ideologias são perpassadas pela questão de classe social. No capitalismo podemos dizer que existem principalmente duas classes sociais principais: a burguesia, auxiliada por grupos sociais secundários, e o proletariado. A burguesia tem como interesse manter o *status quo* e com isso as relações de produção e reprodução do capitalismo, já ao proletariado e seus grupos sociais auxiliares (campesinato, lupemproletariado entre outros) tem que expor a realidade concreta de sua existência com interesse na alteração do sistema.

Constitui o *comunismo de conselhos*, portanto, uma perspectiva teórica que procura aprofundar o marxismo e atualizá-lo com relação aos acontecimentos sociais e históricos do século XX. A luta de classes foi bem explicitada por Marx e Engels no século XIX, quando dessa elaboração existiam grupos e tendências socialista, que, no entanto, não vislumbravam no proletariado a constituição de uma sociedade futura. Marx dedicou-se a combater essa

perspectiva reafirmando a importância do movimento operário para uma sociedade em que os trabalhadores se associariam de modo livre.

Os conselhos não são uma forma acabada, mas constituem a gênese de uma forma, um princípio norteador para as práticas concretas. O comunismo de conselho é a expressão teórica do movimento dos trabalhadores em sua forma atualizada, em que as organizações do século XX encontram sua realidade revolucionária e mais radical (MAIA, 2010). O conjunto de teóricos marxistas denominados de *conselhistas*, utilizando-se do materialismo histórico-dialético, expressando a realidade concreta do movimento operário do século XX e ainda observando suas cisões e confluências, analisaram o fenômeno, mesmo que temporário da *classe em si* tornar-se *classe para si*, o que faz com que a classe operária e os teóricos representantes de seus interesses não devam retrocedam ou abrir concessões, ao preço da desonestidade prática e teórica.

Somente os trabalhadores podem liberta-se a si mesmos, essa frase vem dos *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores*, redigido por Karl Marx, defendendo a ideia de que somente a classe trabalhadora poderá efetivar um processo revolucionário e nenhuma outra o fará em seu nome (MAIA, 2010). Um dos princípios defendidos pelos conselhistas é o da *ação direta*, não nos mesmos termos empregados por teóricos anarquistas, aqui trata-se da ação do movimento proletário, organizado em conselhos, portanto em contraposição à burguesia e suas classes auxiliares. Ação direta nestes termos é a própria organização dos conselhos, como autodeterminação da classe trabalhadora, o que expressaria a concepção mais acabada da *classe para si*.

Assim os conselhos firmam-se como ferramentas de organização de classe em um longo processo de lutas e criação dos próprios trabalhadores. Um exemplo encontra-se nas denominadas “*greves selvagens*”, em que a direção e organização do processo grevista não passam pela mediação de qualquer outro órgão senão aqueles oriundos do próprio processo de greve organizado pelos trabalhadores. Durante a história vários órgãos foram criados pelos trabalhadores em luta e sua maior expressão são os conselhos populares e operários (MAIA, 2010).

O pensador polonês Oskar Answeiler, em sua obra *los soviets en Rusia* (1975), afirma que a conceituação sobre o que são conselhos deve estar localizada no tempo histórico e suas

peculiaridades segundo o desenvolvimento da luta de classes. Reserva, entretanto, algumas características que lhes são comuns: 1- União com uma determinada classe social explorada; 2- Democracia radical enquanto sua construção e; 3- Surgimento como uma forma revolucionária. Guardadas as devidas proporções históricas identifica o autor três principais formas de organização que correspondem àquelas características: Conselho= Comuna = Povo organizado em um sistema de poder (exemplo: comuna de Paris de 1871); Conselho = Comitê revolucionário= órgão dirigentes da luta revolucionária durante um curto lapso temporal (exemplo: Conselhos de soldados durante a revolução inglesa); Conselho = Comitê operário= Organismos representativos dos interesses do proletariado (Exemplo: A comissão de Luxemburgo em 1848).

Em suas minúcias os conceitos guardam certa característica difusa e especificamente nos conselhos russos (soviets) passa-se pelas três formas organizativas, ou seja, como comitê revolucionário, comitê de trabalhadores e como sistema de poder. Os diferentes órgãos tidos como precedentes ao entendimento da experiência soviética não são suficientes para explicá-la, são inclusos aqui para demonstrar que existe certa analogia, quando determinados grupos sociais se colocam em luta (luta de classes) e sua forma de organização, assegurando algumas similaridades (ANWEILER, 1975).

Karl Marx (2011) foi um dos importantes interpretes sobre o fenômeno histórico-social da *Comuna de Paris*, em 1871, salientando sua importância e relevância para a luta social da classe trabalhadora e contribuindo em sua construção teórica sobre estado e democracia, como observado no início deste texto. Assim, para o autor, a comuna coloca em cheque o pensamento burguês ante a traição nacional na França ao realizar o embate público sobre a conquista do poder político e do governo. Aqui há uma relevante descoberta histórica com relação ao processo de transição, a classe trabalhadora não pode simplesmente ocupar o Estado e sua máquina e colocá-la em funcionamento por seus próprios objetivos, portanto, aqui, segundo o marxismo, deve haver a destruição do aparato estatal.

Marx vai realizar uma digressão sobre o poder na França desde sua revolução burguesa, bem como das revoluções de 1830, 1848 e os acontecimentos durante o ano de 1852. Analisa a República parlamentarista como um pântano de classe ao mesmo tempo em que representa a unidade da burguesia. Isto comprovado pela ascensão do II Império e o sucesso da estratégia de se apoderar do poder estatal, consolidando-se, assim, a burguesia como classe dominante.

Essa situação foi colocada sob a luz quando os prussianos se fizeram presentes na França, assim como a subserviência do Império Francês fez com que a sociedade que acabou com a exploração do Feudalismo passasse a exercer a opressão contra a classe trabalhadora. A comuna constituía um contraponto ao Império Francês, foi a inauguração da “República Social” que a insurgência da revolução de fevereiro provocou, libertando-se do exército e compondo, majoritariamente, a Guarda Nacional. Desmantelar o exército foi um importante imperativo estratégico para que a Comuna, desconstituindo esse instrumento do Estado Burguês, constituísse o povo em armas. O poder operário se organiza em conselhos, eleitos, pelo processo do sufrágio universal por toda Paris, todos os mandatos, todavia, revogáveis a qualquer momento em que o povo considerasse pertinente. A principal característica da Comuna de Paris foi expurgar a forma de governo parlamentar e organizar-se como “corporação de trabalho”, exercendo funções legislativas e executivas ao mesmo tempo (PINHEIRO; MARTORANO, 2013).

A decisão de considerar a destruição do aparato de opressão foi tomada pelos conselhos da Comuna, adotando assim uma série de contramedidas aos abusos de padres e da própria igreja católica, retirando-lhe a propriedade e bens, afastando a igreja das escolas, livrando-se, de um modo geral, de toda a ideologia teológica-confessional.

A Comuna como um movimento concreto e vivo se colocou contrário ao poder vigente. Puderam assim constituir um governo dos operários, o que revela a possibilidade de que os trabalhadores organizados podem exercer de fato uma democracia radical e direta; a autodeterminação dos produtores, um novo tipo de democracia; determinada pelos interesses dos trabalhadores como classe dominante. A mudança nas relações sociais, dessa forma, reflete mudanças nas relações de trabalho, rumo à sua emancipação, à abolição da propriedade privada e tendo como bandeira de futuro uma sociedade baseada em um novo modo de produção e relações sociais: o comunismo. A abertura histórica nos possibilita pensar em outras formas de organização e, assim, construir juntamente com a classe operária uma verdadeira e concreta alternativa de sociabilidade.

Em relação ao Conselho Operário de São Petersburgo, cabe aqui uma observação prático-teórica realizada pelo teórico e revolucionário Leon Trotsky, durante os 50 (cinquenta) dias de sua duração, entre 13 (treze) de outubro a 03 (três) de dezembro de 1906, quando foi dissolvida a assembleia do conselho pelo governo russo. As tarefas práticas do conselho consistiam em: dirigir as greves políticas; organização dos trabalhadores em diversificadas

manifestações; o armamento da população para que pudessem resistir aos ataques das tropas do Czar (Imperador Russo). O autor diferenciou essa forma de organização de outras, o denominando de “órgão de poder”, cujo objetivo é a luta pelo poder revolucionário. Assim, para os teóricos marxista-comunistas, os conselhos se constituem como órgãos do poder revolucionário que emergem em um processo de transição.

O principal objetivo que caracteriza os conselhos, na concepção de Trotsky, é a sua função de desorganizar o aparato político-estatal da burguesia, por meio das greves políticas com adesão massiva dos trabalhadores. Para esse intento, a classe trabalhadora deve estar fortalecida em seu movimento de paralisação, para que possa suportar os impactos desta na produção. Sendo assim, afirma Trotsky, que ao mesmo tempo em que realiza a desorganização do poder estatal, superando a lógica intrínseca do sistema, a “organização da greve deve assumir funções estatais. O Conselho de São Petersburgo nos possibilita perceber que ao desorganizar o “Estado absolutista”, a organização da greve assumia cada vez mais o que era denominado pelo autor de “ordem democrática” no cotidiano da classe trabalhadora das cidades (PINHEIRO; MARTORANO, 2013).

As práticas revolucionárias tiveram início na espécie de conflito de rua com o poder monárquico, mostrando-se eficazes, juntamente com a greve política, reafirmando os conselhos como organizações de caráter revolucionário e uma nova forma de democracia, o poder organizado pelos próprios trabalhadores, mesmo que ainda à época ainda existisse o poder do absolutismo sobre o povo, mesmo que sob o controle das tropas pelo Czar.

Este Conselho de São Petersburgo representava a classe trabalhadora em uma cidade russa na qual era a maioria e sua influência era muito forte entre os trabalhadores, entretanto, posteriormente ao processo de radicalização que se dá com a Greve de Outubro, observou-se a influência da pequena-burguesia no contexto de emancipação da classe operária, ainda próximo às classes retardatárias, remanescentes do feudalismo e longe de entender a importância do processo de desenvolvimento das lutas travadas pelos conselhos.

Os influxos desse processo possibilitaram a Trotsky observar a impossibilidade de um conselho dar resolução a algumas pendências do processo, era a representação da revolução limitada à cidade. Todavia, mesmo que de pequena duração, foi uma importante experiência de organização da classe trabalhadora como classe dirigente do processo de transição. A existência

histórica do Conselho de São Petersburgo possibilitou a compreensão das contradições desse processo: o tsarismo se mostrou incapaz de reagir ao ataque de outubro, a existência de um exército camponês rebelado nas áreas urbanas, o prestígio do conselho, a presença real e ideológica da burguesia, os conselhos buscavam influenciar o exército e os camponeses. Ante a repressão a função tática era desenvolver suas formas de organização, estar presente no interior do partido revolucionário sem, entretanto, abrir mão de suas ações conspirativas, avançar na agitação política e conter os ataques contrarrevolucionários (PINHEIRO; MARTORANO, 2013).

Os liberais adotaram, entretanto, outro tipo de estratégia: a denominada estratégia dos “pés ligeiros”, que se resume em sair do confronto para se reorganizar e se preparar para novos confrontos. O conselho ante a um cenário histórico como esse, se incumbiu da tarefa de lutar pelo poder como fator central da luta revolucionária, naquele determinado momento histórico. Era necessário, entretanto que o conselho se organizasse nacionalmente e definisse táticas de enfrentamento ao aparato estatal. E o elemento central para tanto, nos permite analisar sob a ótica de L. Trotsky, era a greve política como condição para estruturação dos conselhos.

Outro teórico e revolucionário russo, V. Lenin dedicou parte de sua análise intelectual a diferenciação entre democracia burguesa e ditadura do proletariado. Inspirado na observação de K. Marx a respeito dos eventos da *Comuna de Paris*, passa a avaliar o caráter eminentemente opressivo e classista em que se encontra o parlamento burguês. Identifica dessa forma o discurso geral sobre a democracia com seu caráter de sustentar a dominação política e ideológica, afirmando assim a distância fundamental entre a comuna e o parlamento. Afirma que, defendendo a “democracia em geral”, nada mais fazia a burguesia que defender seus próprios interesses de classe, como pressuposto para dirigir seu projeto de poder, ao mesmo tempo em que mantinha seus privilégios. O autor também defende que o conselho é um instrumento da classe trabalhadora para a organização interna, como preparação ao processo de transição, com a consequente destruição do aparato estatal, sendo a “ditadura dos conselhos” um novo tipo de democracia.

As características do processo de transição não podem iludir a classe obreira para que recue diante de uma farsa de liberdade, porque nem mesmo em seu momento revolucionário a burguesia demonstrou apreço por uma verdadeira democracia. A democracia burguesa é

exercida de modo unilateral, com apoio de outros setores tenta refrear a tentativa de que se constitua um poder que seja realmente exercido pelos trabalhadores organizados.

No processo de desenvolvimento, tanto da comuna, como dos conselhos, não haveria meio termo, observa Lênin que somente a pequena-burguesia poderia nutrir a esperança em uma terceira via. Assim, os soviets (Conselhos) deveriam exercer seu poder como classe dominante, isto porque constitui a maioria dos produtores. A organização dos conselhos deveria tomar para si, como objetivo, o papel de dirigir o processo de transição, é o que permitiria a degradação de todo o conjunto de poder material, político e jurídico da classe burguesa. Cabe então, à classe trabalhadora organizada a supressão do estado, observado pela ótica dos conselhos populares e operários como força motriz do processo transição.

Vale ressaltar nessas diversas análises a do teórico Grigory Zinoviev que realiza sua observação analítica acerca dos conselhos populares e operários nos idos de 1920, principalmente com relação ao surgimento dos conselhos em 1905 como parte do processo revolucionário na Rússia. Para o autor, os conselhos só deram passos firmes pelo seu intento de conquistar o poder político, como princípio adota a perspectiva que as condições para revolução só poderiam estar presentes com a criação dos conselhos e com objetivo revolucionário, nesse sentido cita a orientação do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) de 1916 para que os conselhos fossem criados após o estopim do processo revolucionário.

Além das afirmativas relacionadas ao momento da criação dos conselhos, o autor enfatiza os momentos de contradições internas enquanto marchavam contra o Czar, impostas em um primeiro momento. Foram retomadas as organizações de conselhos em meandros do ano de 1917, após o fracasso do golpe de Kornilov. A confirmação da possibilidade real de transformação radical é reafirmada pela análise das experiências austríaca e alemã.

Observamos na Rússia que não há possibilidade nesse momento histórico de uma conciliação entre conselho operário e ditadura da burguesia. Os impasses não foram sanados sequer pela denominada terceira via, proposta pelos teóricos Kautsky e Hilferding, pois inevitavelmente em uma luta de classes uma das partes deve sucumbir para que a outra possa exercer seu poder político.

Para Zinoviev existem algumas condições objetivas para a criação dos conselhos operários, são elas: ascensão revolucionária das massas com uma grande capacidade de organização da classe trabalhadora; crises econômica e política que possibilite que surja um novo poder; o amadurecimento dos trabalhadores e da militância, inclusive a partidária, em torno de uma ação organizada que tenha como objetivo a tomada de poder (PINHEIRO; MARTORANO, 2013).

Assim, Zinoviev salienta que, se houver, contudo, fracassado essa perspectiva, há que tomar como elemento revolucionário toda agitação e propaganda política, a fim de informar e conscientizar a maior parte dos trabalhadores que o único substituto ao clássico estado seriam os *soviets* (conselhos operários), como fenômeno de transição ao comunismo. Há que se revelar que determinadas condições colocam em marcha os conselhos operários, o processo revolucionário.

A revolucionária polonesa Rosa Luxemburgo contribuiu sobremaneira para a construção teórica acerca dos conselhos populares e operários, sua avaliação sobre o processo da revolução russa, bem como do caráter da constituinte de 1917 é significativo para o debate acerca da democracia e o imediatismo de algumas questões que se colocam aos bolcheviques durante esses processos. Salienta a autora, ao analisar as posições de Lênin e Trotsky, com relação a dissolução da constituinte, que estes argumentavam que a composição social da mesma mantinha apoiadores de Kerensky, e ainda pronunciamentos pró *narodnikis*, que a constituinte representava um passado superado, detém-se ela nos argumentos diferenciados de Trotsky quando este afirma que qualquer processo eleitoral geral de representação popular não fazia sentido para os interesses da revolução.

Prossegue Rosa Luxemburgo afirmando o caráter “esquemático” das proposições de Trotsky, já que, para ele, o corpo representativo é um retrato inerte do momento em que se colocaram em marcha vários processos sociais.

Discordando dessa assertiva, Milton Pinheiro afirma:

[...] as experiências históricas demonstram que a “**opinião popular banha constantemente os corpos representativos, penetra neles, e os dirige**”. Sem querer entrar no processo comparativo por ser este, nesta questão, anacrônico, diria que, no espaço da luta política hodierna, esse pretensão procedimento popular pouco se confirma”. (PINHEIRO; MARTORANO, 2013, p.17).

Assim, a autora polonesa acredita que os efeitos dos processos revolucionários têm eco na sociedade como um todo, influenciando sobre o corpo parlamentar. Justamente por isso, as eleições revigoram, pelo processo eleitoral, o seu potencial de abalar essas estruturas. Deste modo, apresenta uma versão radical do processo, sem observar, entretanto, a capacidade de reação da burguesia. Há ainda que revelar sua postura crítica contra a eliminação geral da democracia, afirmando que esta prática, empobrece de certo modo a vida política das classes exploradas. Nesse mesmo sentido critica essas posições que viam na dissolução do parlamento uma forma de ancoragem dos conselhos populares, critica, ainda, a base do direito eleitoral soviético, por não ter caráter universal, sendo negado a uma parcela da população.

Como explana Milton Pinheiro:

[...] Conforma-se na elaboração de Rosa a defesa das liberdades democráticas como embrião para fazer avançar a transição. Ela afirma, ainda, que, ao sufocar a vida pública, seca-se a fonte da experiência política, tão necessária ao processo de transição. (PINHEIRO; MARTORANO, 2013, p.19).

A crítica realizada pela autora se radicaliza ao denominar como “absurdos” a não realização de processos eleitorais durante o período de transição, por serem considerados apartados da realidade em constituição. Para ela, é anacrônico que o pensamento avance unilateralmente no futuro socialismo e não durante o processo de transição. Duramente vai questionar a posição de Trotsky relacionada a importância do voto operário e camponês. A defesa por direitos acirrou esse debate por ser considerada como manutenção do aparato burguês.

Todavia, a nosso ver, deve a “democracia em geral” ser combatida durante o processo de transição, por falsear a realidade dos interesses da burguesia como interesses de todo o tecido social, como *interesses do bem comum*. Para afirmar sua condição no processo revolucionário, era necessário aos bolcheviques o acúmulo de experiência e conhecimento, reconhecendo que a liberdade só é liberdade se realizada para todos independente de agrupamentos políticos, liberdade como realidade social-concreta.

Sendo assim, para Rosa Luxemburgo, quando houver a conquista do poder pelo proletariado é sua tarefa criar a “democracia socialista” em substituição a democracia burguesa,

não eliminando, todavia, “toda democracia”, enfatiza que a ditadura deve ser uma “obra da classe e não de uma pequena minoria de dirigentes agindo em nome da classe”. Essa consideração é uma reflexão ainda mais necessária depois de acontecimentos contrarrevolucionários que colocaram fim a experiência russa e no leste europeu no final do século XX.

Rosa Luxemburgo também propõe algumas medidas para que se assegure o processo revolucionário, desarticulando a lógica do estado burguês, bem como o seu aparato estatal. Isto constituído em forma de liga, a *Liga Espártaco*, cujo programa continha medidas políticas e sociais. Uma delas era a eleição a cada três meses dos delegados que compunham o corpo do Conselho Central, cujo intento era acompanhar constantemente o Comitê Executivo e manter contato intenso com o conjunto de trabalhadores que compunham os diversos conselhos. Medidas essas assemelhadas àquelas que foram tomadas durante o período em que resistiu a *Comuna de Paris*.

Otto Rühle (2013), marxista alemão, foi outro contribuinte teórico e prático com relação ao comunismo de conselhos, objetivando em sua análise a transformação destes durante o período revolucionário. Assevera o autor, que toda organização de tipo centralizador, ao assaltarem o poder estatal, fadaram em aderir ao burocratismo. De modo a exemplificar, ele cita os sindicatos e partidos, e afirma que sua manutenção na estrutura social do modo de produção capitalista não poderia ser de maneira diferente. Discorrendo sobre a burocracia como uma ditadura de partido faz um retrospecto dialético da revolução russa. Assim na Rússia, em processo revolucionário, não existiriam conselhos propriamente ditos, mas extensões da burocracia do partido e do Estado. Colocando-se em oposição aos partidos, estes, a burocracia e o partido, seriam um verdadeiro impedimento para a existência dos conselhos.

A argumentação de Otto Rühle é perpassada pela ideia lógica de que seja qual for o governo ele encontra-se refém das “sinecuras” e dos vícios que são típicos da ordem burguesa, não faz maior distinção ao defender que a superação do partido é condição elementar da revolução, do sistema de conselhos e do próprio socialismo. Por fim, considera ainda que a melhor forma de organização da classe trabalhadora é a que surge das fábricas tomando como exemplo as “organizações de fábricas reunidas na *Allgemeine Arbeiter-Union*” (PINHEIRO; MARTORANO, 2013).

Rühle apresenta, ainda, uma perspectiva singular quando aponta criticamente o partido e o parlamento, numa situação em que ambos se condicionam, não havendo outra forma de se fazer política que não a forma burguesa. Com base nessa discussão, realizará a análise do processo de transição da revolução burguesa à revolução operária. Afirma, nesse sentido, que todo o aparato jurídico se orienta pelo modo de produção vigente, com intento de preservar e garantir a dominação de classe. O fenômeno jurídico tem como objetivo realizar a defesa da classe dominante economicamente. Os princípios ideológicos burgueses, desse modo, objetivam a manutenção do controle político-estatal sobre o complexo social.

A perspectiva liberal que orienta a política tem como manifestação real a defesa da democracia em geral, como a forma política que dá sustento à dominação ideológica. Para Rühle, a sociedade não é compactada em suas relações, permitindo que os vários interesses, mesmo da classe burguesa, também se apresentem de distintos modos, criando, desta maneira, frações de classe com interesses próprios, que observam o parlamento como um local a ser ocupado, mesmo que para tanto seja necessário a articulação interfrações, gerando *acordos espúrios*. O autor condiz com a maior parte da tradição marxista, a respeito da relação entre estado e a burguesia.

Entretanto, Rühle tona universal a noção que seja qual for o bem superior e elevado que defendesse, qualquer programa que fosse apresentado, toda palavra de ordem bonita que utilizassem- a luta, todavia, era válida na medida que representasse a influência política de determinados interesses econômicos, de outro modo, para esse autor os partidos no parlamento sempre defendem interesses econômicos, isso não acontece de modo diferente com a classe trabalhadora e seus representantes parlamentares.

Nos escritos de Rühle, podemos analisar uma eloquente crítica à maneira como se realiza a política na sociedade burguesa, mantendo no parlamento um enorme balcão de diversificadas negociações onde, por óbvio, o objeto é negociar e vender. Observando o parlamento sob essa ótica – um mero mercado político para realização de negócio – enfatiza a necessidade essencial de que sua extinção seja considerada como um avanço da luta operária. Dessa forma, a manutenção dos partidos levaria à manutenção do parlamento, que serve apenas, como vimos, como suporte à burguesia e seus negócios.

Ainda em Rühle, observamos a intenção de criar uma relação indissociável entre partido, autoritarismo e centralização, considerada uma demanda da classe burguesa, mesmo quando há alternância de poder no aparato estatal, ganhando corpo e importância o aparato interno denominado como burocracia. O movimento do partido, nesse sentido, é sempre dirigido de maneira vertical e de cima para baixo, acontecendo o mesmo com o estado.

A conclusão a que chega o autor é da impossibilidade de uma representação real do proletariado por qualquer espécie de partido, cita como exemplo a conduta partidária durante a revolução alemã de 1918, registrado nas páginas do periódico *Vorwärts*, quando os partidos impediram que grande parte dos trabalhadores passasse das meras palavras de ordem para a ação direta, a questão que se coloca é a função prática do partido durante o processo revolucionário. Dessa forma, para Otto Rühle, não existe operador político com características de organizador coletivo no processo revolucionário: o método político da burguesia dominou, até então a prática dos “revolucionários”, a burocracia de aparelhos como o sindicato e do partido não são capazes de romper com a zona de conforto da negociação. Portanto se o partido é um instrumento da sociedade burguesa com a superação desta o fim do partido é também uma realidade.

Numa perspectiva diferente, temos o pensador e intelectual italiano Antonio Gramsci, que observou a importância do partido como operador político, analisando os conselhos operários pelo ângulo da tomada de poder do estado. Esta análise tem princípio nas transformações que decorrem do aperfeiçoamento do modo de produção, impondo, dessa forma, novas dinâmicas de compreensão – por parte dos marxistas – dessa nova realidade histórico-concreta, com o intuito de entender as mudanças sociais que modificaram o trabalhador, fazendo surgir o indivíduo-cidadão que, engendrado no processo concorrencial, levou ao individualismo. Esta concentração de capital aumentou os privilégios das classes dominantes, dificultando a luta e a resistência das classes exploradas, que devem buscar a solidariedade entre si. Assim, a unidade de classe se torna um elemento de caráter essencial à uma revolução proletária.

Devido aos interesses da classe burguesa, o estado se tornou protagonista da história, é um aparelho que reúne condições para que a burguesia possa exercer seu domínio e disciplina. Contextualizado, desse modo, os trabalhadores encontram-se dispersos em um ambiente proeminentemente concorrencial. A segunda internacional estabeleceu parâmetros corporativos

para a vanguarda do proletariado, deixando-se levar por uma espécie de sindicalismo apolítico e produzindo equívocos de natureza espontânea sem conseguir, entretanto, formar a classe trabalhadora para o processo revolucionário. Esse tipo de conduta sindical não combatia a existência do estado e negava travar a necessária luta política.

Dessa forma, para A. Gramsci, existe uma importância fundamental do partido transformando sua missão, tornando-o mais consciente de seu movimento no interior da luta de classes. Assim ao centralizar a luta pela tomada do poder do estado os comunistas não devem abandonar as demandas corporativas, mas sim entendê-las de modo crítico. O movimento de luta da classe trabalhadora pelo Estado não será apenas a substituição de pessoal administrativo e nem de modelo, mas a construção de um arcabouço paradigmático que será responsável por atender as novas características da sociedade em transição (PINHEIRO; MARTORANO, 2013).

Para Gramsci, a forma política de transição é designada – em decorrência da concorrência econômica – pela experiência associativa da classe trabalhadora, essa mesma experiência será a substituta do estado. Nesse sentido os trabalhadores criam instrumentos, que nas lacunas estatais, podem gerar novos órgãos da classe trabalhadora, surgindo ao lado dos que existem – do aparato do estado burguês- que será desconstruído por essa disputa. Nessa perspectiva durante o processo de transição essas instituições proletárias surgirão das fábricas ou locais de trabalho.

Portanto, afirma Milton Pinheiro que:

No desenvolvimento hodierno das lutas de classes, com base no pensamento de Gramsci, a disputa pelo poder se dará na dualidade entre organizações que sairão do ambiente fabril, que construirão o Estado operário e o parlamento burguês. **A forma organizativa do proletariado no circuito de produção será o modo de disputa com a forma política burguesa, que é o parlamento, a hegemonia e a direção moral da sociedade.** (PINHEIRO; MARTORANO, 2013, p. 26).

Outras ponderações teóricas do pensador Italiano são de extrema importância, aquelas expressas na revista revolucionária *L'Ordine Nuovo (entre meados de 1910 a 1920)*, inclusive contrapostas as de sua maturidade, dedicada à análise teórica dos conselhos de fábrica. Salienta o autor que a revolução operária não será um ato de arbítrio de uma determinada organização designada como revolucionária. Esta decorre de um processo histórico longo e conforme as

transformações da produção (forças e relações entre o proletariado), bem como o momento histórico-social tais como “*tipo de propriedade individual, tipo de produção capitalista, sistema de fábricas, tipo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar*” (GRAMSCI, 1981).

No domínio e predomínio econômico e político da burguesia, o real processo revolucionário acontece, segundo A. Gramsci (1981), sub-repticiamente, na escuridão das fábricas, bem como na obscuridade de consciência das multidões destroçadas pelo capitalismo, que as sujeita às suas leis: não sendo controlável ou mesmo documentável, mas serão num futuro, quando seus elementos constitutivos forem desvelados pelo desenvolvimento a partir do qual a classe operária ocupa o processo de produção.

Durante o liberalismo econômico no processo histórico dominado pela classe burguesa, a célula elementar do estado é representada pelo proprietário, que subjuga na fábrica a classe trabalhadora. O proprietário é sinônimo neste momento de empreendedor, de industrial: sendo que o poder industrial tem como sua fonte a fábrica, sendo que o operário não consegue libertar sua consciência da persuasão do proprietário e suas necessidades, identificando assim a pessoa com a figura do industrial, do gerente responsável pela produção, responsável também pelo seu salário, pão, roupas e teto (GRAMSCI, 1981).

Na fase imperialista do processo histórico da burguesia, o poder industrial já não se associa a determinada fábrica separando-se dela para a formação de um truste, em um monopólio, ou banco e até mesmo na burocracia estatal. É assim que o poder industrial torna-se irresponsável e por isso mais autocrático, desapiadado, e conseqüentemente mais arbitrário, todavia, o operário encontra-se menos sob sugestão direta do “chefe”, o que possibilita que nessa nova fase histórica nasçam inestimáveis conquistas de autonomia e de iniciativa.

No decorrer da construção de um sistema representativo próprio, a classe obreira executa a primeira expropriação da máquina, do seu mais importante instrumento de produção: a própria classe operária, que busca emancipação, adquirindo consciência de sua unidade orgânica no enfrentamento ao capitalismo. A classe assim afirma que o poder industrial deve retornar a sua fonte: a fábrica, como célula de um novo estado, um estado operário, com base em um novo sistema de representação: o sistema de conselhos. Na medida em que é criado, também cria as condições de sua dissolução e de incorporar-se como um sistema internacional.

Temos que tomar em consideração os apontamentos realizados pelo intelectual e pensador húngaro *György Lukács*, se posicionando no debate sobre os conselhos operários desta forma: a expansão da luta de classes cresce desbloqueando um conjunto de espaços onde ela pode aparecer, assim contribui para desvelar e destruir os espaços no estado, bem como delimitar as suas fronteiras. Luta-se contra o estado, todavia, esse também cumpre seu papel como arma na luta de classes, ou seja, o Estado é perpassado pela luta de classes.

O autor, dessa forma, buscando certa distância de alguns teóricos oportunistas da II Internacional (Kautsky e Bernstein especificamente), refere-se ao estado como essencial a revolução operária, todavia, não aquele estado burguês, ao qual capitularam muitos reformistas à época. Ainda, muito influenciado por Lênin, vai reconhecer a influência de Marx sobre este, salientando em sua análise o caráter proletário-revolucionário com relação à questão do estado, afirmando que o posicionamento leninista não constituiu uma abstração do processo de transição-revolucionário, mas que as questões que foram levadas ao debate, eram problemas pontuais que partiram da luta dos trabalhadores no enfrentamento da classe dominante, objetivando a tomada do poder. A partir de um cenário aberto, amparado pelas análises marxistas, Lênin avançou nas questões referentes ao estado, sendo que essa questão tem que ser objeto de crítica diária da classe operária e não apenas um objetivo final.

Na perspectiva do intelectual húngaro os conselhos operários representam o todo da classe trabalhadora, cujo objetivo é a desorganização do estado burguês. Nesse conflito de interesses e desorganização, deveriam os conselhos resistir às tentativas de retomada de poder pela classe burguesa. Aqui aparecem os conselhos como aparelhos do estado, de um espectro da organização da luta de classes. Observando os conselhos em 1905, os define como um contragoverno, para enfrentar o poder estatal da burguesia. Nesse ponto o autor diverge de Martov, para quem os conselhos seriam instrumentos de luta, sem tornarem-se aparelhos do estado, para aquele isso afastaria os trabalhadores da luta revolucionária e conquista real do poder pelos trabalhadores.

Nesse momento do debate surge uma questão problemática que seria: o papel dos sindicatos e partidos. Lukács realiza uma crítica aos que querem substituir esses instrumentos pelos conselhos, cometendo equívocos sobre o que seria de fato um momento revolucionário. Reafirmando sua posição que os conselhos seriam aparelhos do estado, enquanto o estado fosse

instrumento da classe obreira na luta de classes. Para tanto, recorre a teorias leninistas apontando a capitulação à burguesia de reformistas e oportunistas, pari passo critica a ideia de democracia dos social-democratas, com proposições de agitações pacifistas, e outras formas de transformação sociais não revolucionárias, defende assim uma crescente onda revolucionária até a tomada do poder, conforme Milton Pinheiro.

A democracia pura e formal é o campo dos reformistas, ilusão do voto do cidadão abstrato, sendo considerados por Lukács como átomos do todo estatal, ao contrário das pessoas concretas, aquelas que assumem lugar na produção social e tem seu ser social determinados por essa posição ocupada. Portanto o pensador identifica um domínio da minoria burguesa e sua desorganização ideológica, com relação a democracia, para que sendo pura e formal possa ser instrumento de regulação da vida social. Os conselhos nessa situação de desorganização devem apresentar-se como estado proletário, influenciando sobre os trabalhadores, e tendo no conselho um paradigma de transição devem avançar para pôr fim a burguesias em todas as suas nuances.

Observa György Lukács que o sistema de conselhos, agindo de forma autônoma e educativa tem como objetivo incentivar uma articulação entre a “unidade indivisível entre economia e política”, associando assim a existência imediata das pessoas, bem como seus interesses cotidianos com questões mais amplas, decisivas da totalidade, assim contribui para que se evite a burocratização.

Para Lukács, baseado em Lênin, o estado proletário é um estado de classe e, portanto, não é falseado como um estado de todos, como assim o faz a burguesia, demonstra assim a atualidade dos debates abertos sobre a revolução e a problemática do estado e do socialismo, sendo o conselho a gênese dessas possibilidades.

Após a queda do socialismo realmente existente, na então união soviética, e nos demais países do leste europeu, a questão dos conselhos se tornou estrutura de balanço para a classe trabalhadora e suas perspectivas de intenções. O pensador alemão Karl Korsch, contribuiu muito para a possibilidade de novas experiências de transição, discutindo os conselhos operários e abrindo caminho para a discussão sobre a autonomia operária de outras maneiras, possibilitando a visualização de formas de organização da classe trabalhadora no processo de transição. Examina o autor os processos de socialização, iniciados por uma nova

regulamentação, incluindo aqui a socialização dos meios de produção e a emancipação do trabalho, o que posteriormente implicaria a socialização do trabalho.

O pensador alemão classifica a produção como *relações de produção*, sendo a tomada dos meios de produção a primeira etapa do processo de socialização do trabalho propriamente compreendido. Contrapõe para isso a ordem capitalista (privada) e o processo de socialização (agrupamentos de produtores e consumidores). Observando *O manifesto comunista* o autor vai perscrutar que o movimento da sociedade se dá pelo antagonismo do trabalho, por um lado, e do capital, por outro. Para K. Korsch o capital vai se estabelecer como dominação provada da produção social, consolidando “a propriedade privada” e o “trabalho assalariado não livre”. Essa forma de produção social histórica é o capitalismo.

O processo de socialização durante a transição vai representar a extinção do antagonismo entre trabalho e capital. Para uma sociedade em transição é de extrema importância a socialização dos meios de produção associada a políticas sociais. O autor apresenta aqui um debate sobre a desapropriação, bem como as formas associadas e mistas de propriedade, escrutinando as ideias de reformistas como Eduard Bernstein. Dirige sua crítica contundentemente a denominada política social com a manutenção da propriedade privada, que intenta amenizar as contradições entre capital e trabalho. Para K. Korsch a socialização só é viável por uma mudança radical, as medidas que se propõe a humanizar a propriedade, não podem ser consideradas nem socialismo, nem socialização

Entendemos que em seu desenvolvimento o processo de socialização evidenciaria uma contradição entre produtores e consumidores, entre necessidades reais e abstratas. Não pode esta contradição ser um fator de abertura para a instauração do capitalismo de estado, em razão dos próprios interesses da classe trabalhadora no período de transição, não se trata aqui de dar outro aspecto ao capitalismo- um novo capitalismo- mas extirpar toda essa possibilidade. Num contexto de socialização, produtores e consumidores, devem, por meio da regulação social, integração e complementação, durante o período de transição dirimir esse resultado da divisão social do trabalho. Podemos perceber que o protagonismo para resolução de questões referentes a este processo deve vir da classe trabalhadora.

Anton Pannekoek, pensador holandês, é de suma importância para o debate acerca dos conselhos operários, trata o sistema de conselhos como um modo de autogoverno, que objetiva

a organização da produção, seria, portanto, o sistema social do comunismo, fazendo aqui uma distinção sobre o capitalismo de estado, que se configuraria pela ditadura do partido, principalmente na União Soviética. Nos estudos do autor os conselhos são a forma de organização que substituirá, enquanto autogoverno dos trabalhadores, as antigas formas de governo do “Velho mundo”. Conceitua assim o intelectual o que sejam conselhos operários: “[...] a forma organizativa durante o período de transição, na qual a classe trabalhadora luta pelo poder, destrói o capitalismo e organiza a produção social” (PINHEIRO; MARTORANO 2013).

Milton Pinheiro, fundamentado em Pannekoek, afirma que:

Sendo assim, o autor faz um estudo comparativo entre os conselhos e os ‘governos existentes’, tendo como elemento empírico a pesquisa entre os conselhos operários e os parlamentos, extraíndo que, **‘dessa forma, a política, a atividade do Estado e do parlamento, pode ser caracterizada em sentido amplo como meio de ajuda para a produção’**. (PINHEIRO; MARTORANO 2013, p. 32).

Para o intelectual holandês no modo de produção capitalista política e economia estão correlacionadas, acreditando, todavia, que quando o controle das vidas estiver por conta da própria humanidade, se dará passagem da necessidade à liberdade e que durante esse período a autonomia ainda tem uma característica vaga, relativa, que se constitui por afirmar a liberdade. Entretanto, a qualidade do que a burguesia e os conselhos vislumbram sobre a política, coloca as claras a percepção formal e utópica que contem a formulação da liberdade burguesa.

Pannekoek observa que na prática dos conselhos, não há distinção entre a atividade política, como se fosse uma tarefa relegada aos especialistas, e as tarefas econômicas, como obrigação dos trabalhadores. No momento de transição o que existirá é uma comunidade onde política e economia encontram-se indissociáveis, inseridas em uma nova dinâmica do trabalho produtivo-prático. Considerados nesse contexto os conselhos não são nem políticos, nem econômicos, mas sim um sistema de mediação, ligação e debate social, sendo que sua ação atua na mudança de consciência, quando estas transmutam num movimento de prática comum, sem a separação por especialização. Afirma Milton Pinheiro que: “A partir dessa formulação, avançando no método comparativo de pesquisa, **o autor identifica o parlamentarismo como sendo um sistema político de negócios que envolvem pessoas separadas. Nessa lógica, o povo é a soma de indivíduos isolados**”. (PINHEIRO; MARTORANO, 2013, p. 32).

Os conselhos exerceram a democracia operária. O autor implementa seu debate inserindo os critérios de escolha dos conselheiros, participação e relação entre os delegados eleitos e os eleitores e ainda a autoridade moral com a finalidade de assegurar as decisões dos conselhos, não havendo poder separado, mas sim unificado.

Por fim pudemos observar como a teoria sobre o governo dos trabalhadores poderá se organizar no período de transição, com ênfase no comunismo de conselhos, como modo de exercício da ação direta da classe trabalhadora, sua relação interna e uma forma de organização que possa oferecer a unidade necessária para o planejamento das tarefas cotidianas de socialização e transformação do modo de produção capitalista. Analisamos as questões que envolvem a Democracia, o estado e as relações da classe trabalhadora em experiências concretas e nos principais pensadores sobre a temática.

Nessa análise enfatizamos a organização partidária, seu desenvolvimento e suas limitações em conduzir um processo amplo de transição, havendo proeminência das formas de transição nos conselhos populares e operários como ferramentas de organização e desenvolvimento, tornando possível uma nova forma de organização com intuito de superação do modo de produção capitalista, que foi, entretanto, relegada ao esquecimento e a cooptação por forças políticas durante seu surgimento evitando seu desenvolvimento histórico. No próximo capítulo observaremos as experiências das organizações partidárias, sua gênese e desenvolvimento.

O denominado “sistema de conselhos” para Otto Rühle corresponde a própria natureza da luta de classes, tanto como a possibilidade política de uma futura sociedade comunista, enfatizando que Marx asseverava que à classe trabalhadora não basta simplesmente a tomada do poder governamental, da máquina do estado capitalista, para a efetivação das múltiplas tarefas revolucionárias, que somente podem ser resolvido na organização dos conselhos.

Ainda para o autor a ideia de conselho surge na comuna de Paris, os combatentes desta, denominados *communards* perceberam a necessidade de uma destruição resoluta da máquina burocrático-militar do estado, isso ao invés de “trocar apenas de mãos”, como uma forma de se alcançar a verdadeira revolução popular. Assim nessa experiência histórica a máquina do estado foi substituída por uma organização materialmente diferente a “Comuna”. Marx apontava uma das características distintivas da comuna como sendo seu caráter “legislativo e executivo”

concomitantemente. Outras medidas adotadas pelos revolucionários da Comuna parisiense como por exemplo a substituição do exército armado pelo povo em armas, e a desmobilização do aparato policial, caráter revogável dos funcionários públicos e administrativos, salários definidos com base no salário pago aos demais trabalhadores.

A organização em conselhos toma verdadeiro protagonismo histórico nas revoluções de 1905 e 1917 na União Soviética, não porque aos trabalhadores faltassem outros meios organizativos, mas por necessidade de classe, o que os impeliram a criação e organização próprias, os “Sovites” ou Conselhos operários. Isto porque nem os partidos políticos nem outra espécie de organização pode oferecer ao proletariado uma ferramenta, não somente de tomada do poder estatal, mas sua substituição e sua supressão.

3.2 Organizações Partidárias e seus limites

Conceituar os partidos políticos constitui uma grande dificuldade, graças à diversidade de partidos e suas denominações, por vezes em contradição com suas práticas ou programas, bem como sua semelhança com outros tipos de organizações que exerçam funções da mesma categoria, o que acaba por obscurecer a sua objetividade conceitual.

Tomemos como ponto de partida a revisão de uma literatura clássica em Ciência Política sobre os partidos políticos, que não podemos iniciar sem citar a obra de Robert Michels [1911] *sociologia dos partidos políticos*. Sua obra é um importante marco que serve até hoje para análises de organizações e distribuição de poder nas agremiações políticas. O autor foi influenciado por pensadores como *Ostrogorski, Mosca e Pareto*, enquanto analisava o partido socialdemocrata alemão (SPD), observava que em qualquer partido, mesmo os de origem democrática, há uma tendência ao desenvolvimento de uma estrutura burocrática e uma oligarquia de sua direção, é o que podemos denominar de “*lei de Michel*”, ou ainda de “*Lei de ferro da Oligarquia*”.

O autor enfatiza que a incapacidade de auto-organização das massas vinculada a exigência técnico-administrativas de uma organização complexa como um partido político remete a uma estrutura extremamente burocratizada, onde o comando é exercido por um grupo de dirigentes profissionais, mais preocupados com a manutenção de suas posições internas, bem como a sobrevivência da organização, que com os ideais que remontam a sua criação. Disso

decorre, conseqüentemente, a autonomização da liderança em relação às bases partidárias, bem como uma flexibilização dos fundamentos ideológicos e programáticos do partido. A “*lei de ferro*” elaborada por Michels é a tradução teórica de um processo em que o desenvolvimento partidário se torna incompatível com manutenção de estruturas de controle interna dos líderes por seus filiados e, ainda mais relevante que isso, que as massas são apenas capazes de *substituir as antigas por novas elites*.

No início de 1950, Maurice Duverger, em sua obra *Os partidos políticos*, retoma preocupações teóricas de Michels, com a gênese e fundamentos dos partidos políticos, em um debate que ocupou importante espaço na agenda teórica da segunda metade do século XX. O autor foi um dos primeiros a tentar sistematizar a diversidade de partidos, elaborando para isso uma tipologia, esboçando uma teoria geral dos partidos políticos. Uma das principais contribuições teóricas do autor foi levar em conta como variável de análise a origem do partido e sua correspondente base social.

Partindo de uma observação dos partidos da Europa Ocidental, combinando elementos históricos, ideológicos e organizacionais, o pensador sistematiza elementos normativos sobre as agremiações partidárias e seu desenvolvimento em democracias de tipo representativa, dois tipos se destacam das análises de Duverger: o *partido de quadro* e o *partido de massas*.

O *partido de quadros* tem origem no século XIX como associações de notáveis e perdura até o século XX sob a forma de partidos conservadores e liberais. Segundo Oswaldo E. do Amaral (2013, p.14), são algumas características centrais dessa espécie de partido: “[...] a) origem interna ao parlamento; b) organização interna de baixa intensidade; c) fraca articulação entre as instâncias organizacionais; d) estrutura nacional descentralizada; e) ausência de critérios claros de adesão; f) financiamento partidário dependente de alguns grandes doadores privados; g) concentração do poder decisório nas mãos da elite parlamentar”.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX houve a expansão do sufrágio incorporando grande contingente ao processo eleitoral, determinante para que surgisse o *partido de massa*. Essa expansão contribuiu para o crescimento dos partidos *socialistas* e *comunistas*, que estando mais próximos a concepção de partido de classe marxista, trouxeram consigo grande parte do eleitorado então incluído no processo eleitoral, o contingente de trabalhadores que é característico do *partido de massa*, evidenciando o recorte ideológico

realizado por Duverger. Para Oswaldo E. do Amaral (2013, p. 14) são as principais características desse tipo de partido: “a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os membros do partido; f) forte doutrinário; g) subordinação dos parlamentares ao partido”.

As distinções tipológicas realizadas por Duverger o levou a considerar o partido de massa mais adequado à democracia representativa. Para o pensador, essa expansão dos partidos de massa levaria a uma adaptação por parte dos partidos de quadros arcaicos, adotando algumas características dos partidos de massas, então seus concorrentes diretos, o que foi denominado como “contágio pela esquerda”.

Todavia nos anos 1960 a perspectiva teórica dominante na literatura científica sobre a generalização dos *partidos de massa* vai se alterando incorporando novas perspectivas com a observação por alguns autores da transformação de comportamentos e práticas organizacionais de alguns partidos na Europa Ocidental. Um dos pioneiros em analisar e propor um novo modelo teórico dos partidos políticos foi *Kirchheimer* (1966), ao longo de uma série de artigos onde desenvolve o conceito de partido *catch all*. Conforme o teórico o crescimento econômico conjuntamente com o estabelecimento do estado de bem-estar social culminou na atenuação dos conflitos de natureza social e políticos, gerando um fenômeno de diminuição da importância ideológica e a distinção entre classe no plano das organizações partidárias. No diapasão dessas mudanças os partidos de massa transformavam-se em agremiações com ideologias diluídas com uma tendência acentuada a preocupações estritamente eleitorais. Podemos observar pelas características desse tipo de partido que representa uma inversão nas proposições de Duverger, segundo Oswaldo E. do Amaral (2013, p.15): “a) desideologização do discurso partidário; b) fortalecimento da liderança; c) declínio da importância da militância de base; d) apelo eleitoral pluriclassista; e) abertura de grupo de interesse variados”.

Já nos anos de 1980 o pensador Angelo Panabianco retoma a preocupação com os partidos políticos em uma análise que conjuga, com o fito de entender o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos, o *modelo genético* e o nível de institucionalização das organizações partidárias. Oswaldo E. do Amaral (2013, p.15) apresenta três fatores que caracterizam o *modelo genético*, são eles:

“[...] a) O desenvolvimento da organização partidária a partir da *penetração territorial*, quando um centro de controla a expansão para a periferia (formação de associações locais e intermediárias do partido, quando a expansão acontece espontaneamente por ação das elites locais, que posteriormente se unem a uma organização nacional; ou da combinação dos dois processos; b) Presença ou não de uma instituição externa que legitime o partido (igreja, sindicato, etc.). A partir dessa característica originária é possível distinguir os partidos entre aqueles de *legitimação interna* e de *legitimação externa*; c) Caráter carismático ou não do partido, que pode ser verificado a partir da identificação da agremiação como um veículo construído para a afirmação da liderança carismática”.

O pensador entende por *institucionalização* o processo de “estabilização da organização partidária” a qual deixa de representar os interesses de seus filiados e passa a ter um fim em si mesmo. Os objetivos não mais se distinguem da própria organização, que assim sai de um *sistema de solidariedade*, em que os objetivos são coletivizados e se manifesta a ideologia (como objetivos coerentes e explícitos) e passa para um *sistema de interesses*, em que se sobredeterminam os seletos interesses e a ideologia é latente (objetivos vagos e, muitas vezes, contraditórios). Segundo análise de Oswaldo E. do Amaral (2013, p. 16) o processo de *instiucionalização* de Panabianco pode ser exposto em duas dimensões, como segue: “a) o grau de *autonomia* em relação ao ambiente, entendida como a capacidade do partido em controlar os recursos necessários para o seu funcionamento; e b) o grau de *sistemicidade*, compreendida como a coerência estrutural interna do partido”.

O modelo que Panabianco estabelece tem como objetivo fornecer uma teoria geral do modo de organização dos partidos políticos, o que permite a elaboração de tipologias das mais diversas conforme a combinação entre as variáveis mencionadas. Segundo seu quadro teórico, o autor realiza importantes hipóteses explicativas para a mudança ocorrida nas organizações partidárias, requalificando desta forma, de maneira importante, o modelo de partido *catch all*.

O pensador concorda com as proposições de *Kirchheimer* acerca da conversão dos *partidos de massa* ao modelo de partido *catch all*. Todavia, por centrar sua análise teórica em questões organizativas, enfatiza a gradual profissionalização das organizações partidárias, resultado do aumento da influência dos especialistas possuidores de conhecimento técnico. Disso advém a requalificação dos partidos *catch all* para *profissionais-eleitorais*. São as principais características desse tipo de partido, como observa Oswaldo E. do Amaral (2013, p.16): “a) papel central exercido pelos profissionais b) eleitoralismo, laços verticais fracos; c) predominância dos representantes públicos; d) financiamento por meio de grupo de interesse e fundos públicos; e) ênfase em questões de grande apelo eleitoral”.

As razões para a mudança dos partidos mais próximos ao modelo *burocrático de massa*⁶ em agremiações de modelo *profissional-eleitoral* são identificadas pelo *locus* onde se inserem. Levando-se em consideração essa observação podemos situar duas mudanças ambientais que dão origem a este processo: A primeira está relacionada ao aspecto estrutural, vinculada a própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, que acabou por afetar os sistemas de estratificação social (por exemplo: a redução dos trabalhadores do setor secundário, aumento do segmento de serviços, dentre outros), bem como a maneira de inserção política dos diversos grupos ocupacionais. Essa alteração de cunho ambiental influi sobre as agremiações político-partidárias modificando o cenário político e ainda as características sociais do eleitorado. A segunda transformação está associada a reestruturação da comunicação política afetada pelos meios de comunicação de massas. A mudança no modo de se comunicar gera um “terremoto organizativo”, os antigos papéis burocráticos são substituídos por novas figuras profissionais, que recebem um peso crescente. A intensidade e velocidade dessas mudanças estariam associadas ao grau de institucionalização da agremiação partidária, bem como a estrutura do sistema partidário. Panabianco, citado por Oswaldo E. do Amaral (2013), ainda afirma que é muito comum a sobreposição de características dos modelos, provocando tensões e conflitos internos nos partidos.

Nos anos de 1990 Katz e Miar (1994; 1995) realizaram significativa contribuição aos estudos teóricos sobre os partidos políticos partindo de críticas à literatura então existente e às pesquisas que tratavam de modo comparativo os partidos políticos. Numa primeira alteração de perspectiva substituíram a análise dos partidos com relação a sociedade para os partidos e a relação com o estado. Os autores afirmam que as conjecturas acerca dos partidos políticos encontravam-se estanques, presas a concepções antigas, a exemplo da concepção de *partido de massa*, apontados como modelo ideal de organização partidária. Esse equívoco impossibilitava ampliar a percepção e análises sobre as alterações ambientais e acentuava o declínio dos partidos, sem perceber as mudanças que aconteciam, principalmente na Europa Ocidental. Assim os pensadores puderam, em suas concepções teóricas, avaliar a emergência de um novo tipo de partido, o *partido cartel*. Seria uma linha evolutiva entre alguns tipos de partido como *partido de quadro, de massa e cath all*.

⁶ O modelo burocrático de massa definido por Panabianco em pouco difere das especificações feitas por Duverger.

O que define o partido de tipo *cartel* são suas relações com o estado com a finalidade de aquisição de recurso que financiam as atividades partidárias e são responsáveis pela sua sobrevivência, conforme aponta Oswaldo E. do Amaral (2013, p. 17) são os principais indicadores dessa dependência:

“[...] a) A garantia de acesso a meios de comunicação de massa, especialmente à televisão, proporcionada pelo Estado por meio de regulamentação ou cessão direta em canais estatais para comunicação com o eleitorado; b) O Estado é um importante mantenedor dos recursos humanos à disposição dos partidos. Assessores de parlamentares e membros do Executivo são pagos com recursos estatais e os funcionários do partido são mantidos em grande medida, graças a repasses financeiros provenientes do Estado; c) A atividade e a organização partidárias são cada vez mais moldadas a partir da regulamentação estabelecida pelo Estado; d) O Estado confere legitimidade aos partidos políticos perante a sociedade civil quando estes ocupam cargos públicos; e) Os partidos utilizam recursos estatais para a distribuição de incentivos seletivos a seus membros ou grupos sociais que os apoiam (patronagem partidária)”.

Esse vínculo aprofundado entre os partidos políticos e o estado tem consequência tanto para a democracia representativa quanto para as disputas interpartidárias. Esse novo modelo de partido realiza mudanças significativas nas relações entre sociedade civil, partido político e estado. No momento histórico em que prevaleciam os modelos de *partido de massa* e *catch all* estes eram intermediários entre a sociedade civil e o estado. Todavia com essa predominância do modelo de *partido cartel* é o estado que age como intermediário entre a sociedade civil e os partidos políticos e ainda com relação as disputas interpartidárias mais relevante que vencer as eleições é a garantia dos recursos estatais para a sobrevivência da organização. Portanto interessam mais aos partidos políticos a cooperação para a manutenção dos recursos estatais e o impedimento de *outsiders* por meio de restrições legais.

Os pensadores enfatizam que uma série de fatores, sejam eles, sociais, históricos, culturais e políticos, bem como as características dos partidos de modelo *catch all*, foram as causas para a ascensão desse novo modelo de partido. Fatores como a diminuição da participação da população das atividades partidárias, um eleitorado cada vez mais volátil, e ainda, o distanciamento dos partidos com suas bases, proporcionaram que os partidos políticos estreitassem suas relações com o estado. A evolução dos partidos políticos na democracia representativa ocidental é resultado de um processo dialético, em que cada modelo de partido produz seu antípoda e conseqüentemente um novo modelo de agremiação partidária.

Essas novas perspectivas teóricas acabam por sugerir uma ampla requalificação dos partidos políticos, não podendo dizer que há um declínio, mas adaptação e mudanças conforme o modo de produção. Mais observável se analisarmos os partidos políticos não em sua unicidade, como indivisíveis, mas portadores de três características internas distintas, que interagem entre si, como explicita Oswaldo E. do Amaral (2013, p.18) : “ a) *Party in public Office*, a face pública do partido, representada pela organização no governo ou no parlamento; b) *Party on the ground*, a base partidária, composta pelos militantes e filiados e, de uma maneira mais ampla, por contribuintes e eleitores fieis; c) *Party in central Office*, a direção nacional do partido, composta tanto pelos principais dirigentes partidários, como membros de diretórios e executivas nacionais, quanto pelo alto escalão da burocracia partidária”.

Há uma concepção que muitas das vezes se demonstra equivocada, aquela que trata o partido político como “parte política”. Evidentemente que a origem filológica da palavra “*partido*” deriva da palavra “*parte*”, entretanto, nem todo movimento é um partido político, mesmo constituindo parte da política. É o que se dá, por exemplo, com o movimento eco-socialista ou ambientalista, que constituem parte política, apesar de não serem, necessariamente, partidos políticos. É preciso, portanto, compreender a especificidade do *partido político moderno*, perceber como se distingue das demais organizações políticas e sociais, encontramos referências ao “Partido de César” e ao “Partido de Napoleão”, mas não significa que existiram partidos políticos nessa época. A primeira observação cabível é que os partidos políticos são fenômenos modernos, produtos típicos da sociedade moderna e do capitalismo, associam-se assim a formação do modo de produção capitalista e ao Estado burguês.

Partido no sentido apontado acima, como “partido de César”, referia-se a uma posição, o mesmo se dá com relação à obra de Karl Marx, *O manifesto do partido comunista*, em que o autor está se referindo a um grupo de pessoas com a mesma posição, não há ainda uma noção moderna de partido político. Aqui podemos afirmar que, modernamente, partido não é parte e nem posição, também não corresponde a noção de partido político aquela que o define como grupo organizado a procura de poder. Um “grupo guerrilheiro” nesse sentido tem o mesmo propósito e não é definido como partido. Aqui também cabe considerar que não são partidos políticos aqueles agrupamentos reunidos em torno de um programa político de forma organizada, assim também o são organizações da sociedade civil, como por exemplo sindicatos,

associações e movimentos populares. Nildo Viana caracteriza os partidos políticos modernos como organizações burocráticas que tem como objetivo a conquista do Estado e tentar legitimar essa luta pelo poder político por meio da *ideologia da representação* expressando o interesse de uma ou outra classe ou fração de classe, quatro elementos os caracterizam: **a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base de sua busca de legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe.** (VIANA, 2003, p. 11).

A *burocracia* aqui se refere à distinção entre dirigentes e dirigidos, há uma relação de tomada de poder e concentração por parte dos dirigentes, que não é transmitida aos dirigidos. Outras instituições na modernidade também são observadas como instituições burocratizadas, como as igrejas, as escolas e o estado e seus aparelhos ideológicos, por exemplo. A eficiência na procura pela disputa do poder político-estatal cria organizações políticas (partidos políticos) que demandam recursos dos mais variados – humanos e financeiros –, disciplina interna e unidade. Assim sendo, sem os elementos característicos de uma burocracia, os partidos como organizações não almejavam sucesso em suas empreitadas eleitorais. Michels observa que a eficiência e a eficácia dos partidos políticos exigem sua burocratização, com uma notoriedade quando se trata dos partidos que pretendem “representar” a classe trabalhadora. A medida que o partido político se desenvolve para uma forma organizativa mais sólida, podemos observar a tendência em substituir chefes ocasionais por chefes profissionais. Por menos complexa que seja a organização partidária, exige um determinado número de pessoas que dediquem toda sua atividade ao partido (VIANA, 2003).

A separação interna no partido se dará entre dirigentes e dirigidos, os primeiros “líderes” ou “chefes” (esses constituem a *burocracia partidária*) e os segundos “base-social” ou “liderados”. Os dirigentes organizam as ações partidárias em seu conteúdo e forma, formando uma espécie teórica, identificada pelo sociólogo Robert Michels como “*linha férrea da oligarquia*”, em que o poder é monopolizado por uma oligarquia de burocratas. A burocratização nos partidos conservadores é menos tensa, pois recrutam seus dirigentes nas camadas privilegiadas capitalista, não havendo dessa forma oposição que dificulte esse processo.

Nildo Viana afirma:

Assim, o partido político é uma organização burocrática porque isto é necessário para atingir o seu objetivo, que é a conquista do poder do Estado. A burocracia partidária ao conquistar o poder remete grande parte de seus membros para os quadros da burocracia estatal. **Mas nenhum partido pode conquistar o poder do Estado sem uma ‘base social’, ou seja, sem o apoio das ‘massas’ ou de classes e frações de classes.** Na democracia representativa somente se conquista o poder do Estado através do processo eleitoral, ou seja, somente conquistando o apoio de um número considerável de eleitores é que se pode ascender ao poder. **Num golpe de Estado, é necessário possuir um mínimo de apoio popular e ter o respaldo de forças militares (estatais ou não).** (VIANA, 2003, p. 14).

Pelo que observamos, para que sejam eleitos, os partidos conservadores devem utilizar de métodos ardilosos, para dissimular (esconder deliberadamente) seus reais interesses, pois mesmo em momentos de golpe militar de caráter partidário, fingem e aparentam ser representantes do “povo”, das “massas” ou da “nação”. Esse falso interesse é mascarado pela *ideologia da representação*.

Uma das principais características distintivas da classe capitalista é possuir os meios de produção – terras, máquinas, fábricas e maquinário –, enquanto à classe operária ou trabalhadora só lhe resta a venda de sua força de trabalho – capacidade física-intelectual para execução de atividades. Obviamente, os compradores dessa força de trabalho são os pertencentes à burguesia ou classe social burguesa e o pagamento do trabalhador se dá no limite das necessidades historicamente determinadas, para que o trabalhador sobreviva e possa continuar trabalhando/produzindo.

No processo de exploração capitalista – em que os meios de produção não acrescentam valor à mercadoria, enquanto o trabalho humano torna-se o único a acrescentar valor às mercadorias. O trabalhador recebe uma pequena parte do valor acrescentado por seu trabalho à mercadoria como salário, o restante é apropriado pelo capitalista.

A classe trabalhadora resiste, mesmo quando não completamente consciente do processo de exploração, a que está submetida. São lutas por reajustes ou correção, que se chocam com o interesse da burguesia em manter ou reduzir a parcela destinada aos salários. A classe operária, todavia, não luta apenas para diminuir a tensão exploratória do modo de produção capitalista, em determinados momentos históricos, luta mesmo para o abolir, tomando, em parte, o controle da produção em determinadas unidades por meio de greves ou na construção de conselhos populares ou operários.

Essa luta não se limita ao local de trabalho, se expandindo e tornando-se complexa em todo o tecido social, com a participação de outras classes sociais, como o campesinato e, ainda, a própria burocracia constituída como fração de classe. Aqui, observamos a função do Estado que, como um dos sustentáculos do modo de produção capitalista, busca centralizar em si as classes em conflito. Desse modo, procura institucionalizar a luta de classes, utilizando-se da democracia representativa, enquanto essa forma compatível com a acumulação de capital, ou pode assumir formas diretas de coerção, como nos regimes ditatoriais.

Nesse sentido, para além das limitações de caráter jurídico, existem limitações de mais relevância que são as concretas, essas limitações se constituem em limites financeiros, intelectuais, entre outros, impedindo que as classes oprimidas (classe trabalhadora, campesinato, entre outras) participem com igualdade de condições das diversas disputas políticas com a classe capitalistas e suas auxiliares.

As classes sociais, portanto, se organizam em diversas instituições, inclusive nos partidos políticos. A maioria dos partidos é criada pela classe dominante e suas classes auxiliares, que acabam por hegemonizar o processo. Cabe aqui salientar que a fração de classe burocrática existente no estado se desdobra também em partidos políticos, formando, assim, um subgrupo em seu agrupamento de interesses, a burocracia com interesses partidários. Dessa forma, a burocracia expande seu alcance e se engendra nas organizações político-partidárias. Esse agrupamento de interesses, a burocracia partidária, partilha do objetivo comum de todo o sistema de organizações partidárias: a conquista do poder do estado, utilizando-se da *ideologia da representação*.

A burguesia tem como interesse principal a reprodução do sistema capitalista e atender interesses de suas frações intestinas. Todavia, quantitativamente, é insignificante seu potencial de votos quando se trata de eleições pelo sistema de democracia-representativa, por isso, ela precisa manejar a conquista de votos da classe trabalhadora e outros setores explorados, omitindo o seu verdadeiro interesse num sistema de dissimulação-simulação.

A perspectiva da tomada do poder estatal, em menor ou maior gradação, está presente inclusive nas menores organizações partidárias, tais como meras siglas adjuntas, que abrem negociações por parcela do poder político-estatal na forma de “alianças políticas”. Há na

história que se revelar a existência de partidos, bem como agrupamentos de siglas, que aspiram a tomada do poder estatal por meios de golpes de estado, ou mesmo pela via da democracia representativa, como por exemplo, podemos mencionar o Partido Nacional Socialista ou nazista, na Alemanha.

Da observação da composição social, analisamos a existência de duas tendências: os partidos mais homogêneos e os menos homogêneos. Os partidos com características conservadores possuem maior homogeneidade, ao contrário dos partidos socialdemocratas que são mais heterogêneos. Os partidos que em sua composição apresentam tendências homogêneas, não condizem com a presença de indivíduos de uma mesma classe, mas que os indivíduos que o compõem, partilham do mesmo interesse de classe ou de fração de classe. Há, a título de exemplo, a presença de proletários e pequenos proprietários nos partidos burgueses, que não expressam o interesse de sua classe, mas sim o interesse da classe a que se vincula determinado partido político.

Nildo Viana observa que os indivíduos proletários que integram os partidos políticos burgueses modelam seus interesses que são definidos a partir da ideologia dominante. Se para a classe trabalhadora como sujeito histórico cabe abolir o modo de produção capitalista e instaurar a autogestão social, o interesse dos indivíduos que são incorporados pelos partidos políticos burgueses é a ascensão social, distanciando do objetivo de sua classe, seu objetivo passa a ser a conquista de uma melhor posição na própria estrutura da sociedade burguesa.

Muitos pesquisadores tomaram o partido socialdemocrata como modelo exemplar de um partido heterogêneo. Isto não se deve somente pela variedade de indivíduos de variadas classes ou frações de classes, mas também por que, oriundos de diversas classes, contraditoriamente expressam o seu interesse de classe e isso resulta em um conflito interno maior, conseqüente da interação no interior desse tipo de partido de muitos grupos internos.

Do ponto de vista da composição de classe, observamos que no interior dos variados partidos existem indivíduos de diversas classes, a diferença fundamental consiste em seu caráter homogêneo, em que prevalece a perspectiva de uma única classe – são denominados de *monoclassistas* –, e os heterogêneos, em que se trava uma luta interna pela hegemonia partidária. O que não quer dizer em absoluto que não haja disputas internas nos partidos

monoclassistas, mas as disputas se dão por divergências dentro da própria classe, ou como esboçadas na teoria sociológica, são “disputas de clãs”.

Vale observar como esse fenômeno (a burocracia partidária) se dá originalmente na socialdemocracia. Os dirigentes são compostos de seus quadros internos, no entanto há predominância entre esses dirigentes de indivíduos oriundos da pequena-burguesia, sindicalistas e intelectuais, o que não obsta a presença de membros vindos do proletariado em cargos de direção, mas influem em sua estruturação. Dessa forma a presença de indivíduos de origem proletária em cargos de direção partidária nos partidos social-democratas não tem qualquer relevância. São enfáticos nesse sentido Duvenger e Michel ao analisar que elevar a condição de um operário ao cargo de dirigente partidário significa que alterou sua condição de classe tornando-se um burocrata, há uma observável adesão à ideologia dominante quando os indivíduos oriundos da classe operária chegam ao poder.

Podemos observar que esse processo também acontece com membros de outras classes sociais, que passam a integrar a direção partidária, exceto o agrupamento de interesses designado como burocracia, que já estão insertos nesse processo de “metamorfose psicológica”. Dessa maneira no partido político moderno seus membros, muito embora recrutados em todas as classes sociais, em sua composição social total, podemos considerar insignificante a participação de membros oriundos da classe trabalhadora, exclusivamente para o exercício de funções burocráticas, a maior parte deles é recrutadas dentro dos quadros “aptos”, ou seja, os mais tecnicamente treinados.

Uma vez após a formação da burocracia partidária, ela se torna um núcleo quase intransponível, assumindo a função de grupo de interesses homogêneo no partido. A questão da maioria dos componentes da direção partidária serem originários das classes privilegiadas ou da burocracia interna deve-se a composição social do partido em questão, o socialdemocrata. Existe uma massiva filiação de trabalhadores e suas frações de classe (lupemproletariado, campesinato, entre outros), entretanto, a minoria integra a direção partidária. Só podemos entender esse fenômeno se analisarmos as condições de vida da classe operária, marcada pela exaustão, ausência de tempo livre, preocupações com necessidades imediatas. São esses alguns dos motivos que impedem a participação ativa, ao contrário da direção, que é assalariada para cumprir tarefas vinculadas aos cargos ocupados, já que membros de outras classes (privilegiadas e auxiliares) podem dedicar mais tempo livre à luta cotidiana. Sua condição de

vida lhes permite, ainda, investimentos tanto em contribuições financeiras ao partido, quanto em sua formação intelectual. Michels funda sua concepção de hierarquia no interior dos partidos políticos no que denominou de “superioridade intelectual dos chefes profissionais”, complementada pela suposta “incompetência formal e real das massas”, o saber dessa forma assume uma determinada importância na dominação burocrática, todavia os saberes são diferenciados e se relacionam com a capacidade dos indivíduos.

Assim, há uma parcela da burocracia partidária oriunda do operariado, mas que dele se separa ao passar a pertencer à burocracia. Outra parcela, mais significativa, em geral, é oriunda de setores de classe com formação intelectual-escolar que facilitam sua posição de liderança e burocracia. O exercício cotidiano da política exige a existência da burocracia assalariada, que passa a ter seus próprios interesses, nem sempre orientados e coincidentes com a base do partido.

Não há uma real incompetência formal, intelectualmente observada na classe trabalhadora e suas frações, sua capacidade intelectual em nada se difere da capacidade intelectual dos dirigentes partidários. A diferença reside no desenvolvimento intelectual que cada indivíduo será submetido e conseqüentemente as possibilidades de acúmulo teórico para sua participação partidária qualificada. Observa-se aqui um impedimento prático-social, e não de características genéticas ou biológicas, são afastados pela própria prática concreta de tomada de decisões na forma atual de organização dos partidos políticos.

Existe uma cisão entre os interesses dos trabalhadores e dos intelectuais e burocratas no interior do partido. Há que se revelar que os intelectuais têm experiência e desenvolvem pesquisas, isso faz parte do seu cotidiano. E mesmo o trabalhador com consciência de classe avançada não detém a mesma experiência, demonstrando algumas vezes desinteresse mesmo pelo método de “acúmulo de conhecimento” convencional, o que de modo algum significa que o discurso do mais simples trabalhador seja qualitativamente inferior ao discurso proferido por burocratas.

Para Nildo Viana a linguagem utilizada como expressão dos discursos políticos está ligada à complexidade das formas de expressão da realidade e suas manifestações podem ser discursos simples ou complexos. O discurso científico, de modo exemplificar, caracteriza-se

pela utilização de uma linguagem complexa organizada sistematicamente, já o discurso popular se realiza em uma linguagem simples, sem formar, todavia, uma perspectiva de conjunto da realidade. Utilizar “palavras difíceis” pode provocar a falsa percepção de que quem fala o faz com conhecimento de causa ou fornece a aparência de autoridade científica para quem profere o discurso. A linguagem simples, todavia, pode expressar a realidade e ter a aparência, por ser popular, que não tem correlação com a realidade como ela é. Uma linguagem complexa pode expressar um falso saber e uma linguagem simples ou popular pode representar um saber verdadeiro (VIANA, 2003).

O que acontece é que existe um maior convencimento interno nas disputas ideológicas no interior dos partidos políticos por quem realiza um pseudo discurso científico, o que se torna evidente pelo *falso argumento da autoridade* e que vai dar ares de notoriedade a um saber que nem sempre corresponde à realidade.

Outro fator que vai reforçar a presença da burocracia partidária é a inevitável hierarquia que se dá entre o conjunto total de filiados e sua direção partidária, que acontece não só na complexidade do discurso, mas principalmente na eficiência política do discurso. Aqui o saber está relacionado a um tipo específico de saber: o *saber funcional acumulado*. Estes possuem um saber acumulado com relação aos regimentos, resoluções, programas, normas parlamentares e discussões acadêmicas, o que os torna hábeis em assuntos burocráticos.

Sobre a função dessa específica forma de saber exercida por lideranças com mandato parlamentares, nos aponta Michels que os parlamentares tornaram-se profissionais na arte de conduzir assembleias, bem como aplicar e interpretar regulamentos, em momentos oportunos propor moções, por fim, utilizar uma variedade de artifícios com a finalidade de evitar a discussão sobre pontos controvertidos, para que seja palatável e conquistar votos de uma maioria que lhe seja hostil, ou pelo menos para reduzir a maioria ao silêncio. Para tanto utilizam de vários meios: como o modo hábil e, às vezes, ambíguo de voto, até mesmo a ação sugestiva que se exerce sobre a multidão por meio de insinuações que, muitas das vezes não tenham relação com a questão, não deixam de impressionar a audiência (VIANA,2003).

Nesses termos, saber funcional acumulado pode ser observado para além de sua competência técnica, incluindo o instrumental para o seu desenvolvimento próprio, dominando a linguagem e as informações necessárias, erudição (falsa ou verdadeira), técnicas matemáticas

e científicas. Sua principal característica é a funcionalidade, ou seja, tem como objetivo interferir em algo – especificamente aqui, nos referimos ao complexo-social capitalista. O saber funcional é valorizado em nossa sociedade moderna, ao contrário do saber não-funcional, mítico, folclórico entre outros. O acúmulo dessa espécie de saber se dá de maneira histórica, durante a vida de um indivíduo ele adquire saber funcional, os de origem burguesa e suas classes auxiliares com muito mais alcance e profundidade teórica que os indivíduos oriundos da classe trabalhadora. O saber funcional tem princípio na própria família que repassa essa acumulação de geração em geração. Não podemos olvidar, entretanto, que a escola frequentada pelas crianças das classes privilegiadas reforça esse processo de acumulação de saber funcional, sendo que as crianças das classes exploradas, sem esse respaldo familiar, tem dificuldade maior em obter “sucesso escolar”, geralmente já esperam o “fracasso escolar”.

A partir desta constatação, alguns sociólogos teorizaram sobre o capital cultural e linguístico, como o francês *Pierre Bourdieu* que define o sucesso na vida escolar ao maior ou menor grau de acúmulo de saber funcional, assim como a aquisição de “bens culturais e simbólicos”. O repertório de palavras pode expressar de modo exemplar essa diferença: um indivíduo comum possui cerca de 300 (trezentas) palavras em seu repertório linguístico, enquanto um cientista ou pesquisador possui 30.000 (trinta mil) palavras, conforme apontado por Nildo Viana. Esse *saber funcional acumulado* facilitado às classes privilegiadas e suas auxiliares, sem dúvida, simplifica o ingresso de seus indivíduos nas direções burocráticas dos partidos.

Dessa forma, o partido político se torna um instrumento, para muitos integrantes das classes exploradas e suas classes auxiliares, de ascensão social, seja galgando um cargo na estrutura interna do partido, seja pleiteando um cargo eletivo, ou, ainda, pela nomeação de parlamentares ou membros do poder executivo, que concentram em torno de si alguns grupos de interesse. Assim consideradas, essas tendências resistem a propor uma desburocratização do partido político, um trabalho de consistência com os reais interesses da classe trabalhadora e, do mesmo modo, colocar como objetivo a tomada do poder político-estatal para que seja destruído e não reproduzido (não mais como sustentáculo do modo de produção capitalista), para além das necessidades imediatas da classe trabalhadora, isso vai expressar o caráter revolucionário ou reformista do partido ou da tendência interna.

3.2.1 Origens dos Partidos Políticos modernos

O século XIX foi o momento histórico do surgimento dos partidos políticos modernos, no bojo da luta de classes desenvolvida no período e também de adaptação de formas capitalistas de regularização das relações sociais, tais como formação do estado capitalista e da democracia burguesa. Denominaremos partidos primários, aqueles surgidos nesse período na Europa Ocidental. Já os países que se encontravam em transição ao capitalismo ou capitalismo retardatário, tais como os países latino-americanos e demais países do capitalismo periférico, tenderam a ter como referência esses partidos primários. O sociólogo Maurice Duverger, citado por Nildo Viana, afirma que:

Em 1850, **nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito.** Em 1950, estes funcionavam na maior parte das nações civilizadas, os outros se esforçavam por imitá-las. (DUVERGER apud VIANA, 2003, p. 42).

Ao lado da burguesia, o proletariado combatia o absolutismo e o modo de produção feudal, buscando de alguma maneira se tornar autônomo, como por exemplo, os *sans-collotes* durante a revolução Francesa. Em 1871, não obstante, foi o ápice da tentativa de autodeterminação da classe trabalhadora culminando na primeira experiência revolucionária de cunho proletário, a Comuna de Paris, combatida de maneira violenta e de modo sangrento, pela burguesia e suas classes auxiliares. A burguesia, com essa experiência, adquiriu conhecimento passando a procurar métodos e meios para controlar a classe operária não só ideologicamente, mas por meio de instituições sociais que pudessem por freios aos interesses da classe trabalhadora e suas aliadas.

O acometimento da crise de acumulação extensiva de capital, que dominava o processo produtivo desde o desenvolvimento da revolução industrial, quando podemos observar conquistas das lutas obreiras pela diminuição da jornada de trabalho, bem como pela experiência histórica da Comuna de Paris, acabou por impor um novo regime de acumulação. Passa-se, deste modo, ao regime de acumulação intensiva do capital, que é caracterizada pela mudança nas relações de trabalho, o Taylorismo generalizado. No plano das relações internacionais há um predomínio do neocolonialismo e na estrutura do estado adota a característica liberal-democrático.

As mudanças históricas provocaram alterações em outras formas de regularização das relações sociais. A democracia censitária, fundamentada no nível de renda transforma-se em democracia partidária, criando dessa forma os partidos políticos. Essa nova composição estatal recuava ante o proletariado, fazendo concessões, mas ao mesmo tempo procurava retirar eficácia dessas mesmas medidas concedidas, criando mecanismos de integração da classe trabalhadora ao seu processo de reprodução.

Sindicatos e Ligas políticas foram as primeiras instituições que se colocaram ao lado do proletariado, contando em seu conjunto com pessoas vindas de diversas classes sociais, estas pessoas ao lado de alguns membros do proletariado produziram teoricamente tanto o socialismo utópico e, ainda, posteriormente o marxismo.

Até a II internacional a corrente social democrata abrigava em suas fileiras as lideranças revolucionárias. Posteriormente parte dessa liderança acabou por abandonar a ideia de revolução, trocando-a por projetos de reformas e alterações no âmbito do capitalismo, na perspectiva de mudanças tão substanciais que alterassem a qualidade do sistema econômico e possibilitassem boas condições de vida à classe trabalhadora.

As bases que fundamentaram a criação dos partidos políticos socialdemocratas (denominados também de socialistas, operários, trabalhistas e etc.) encontram-se na conjunção entre as primeiras instituições políticas, como os sindicatos, e o socialismo como sua fundamental base teórica. Na história, observamos que o primeiro partido com elevado número de adeptos seria o partido socialdemocrata alemão, formado por “*lassalistas*”⁷ e “*marxistas*”, que em 1914 possuía mais de um milhão de filiados.

Vários partidos socialdemocratas foram formados na Europa ocidental, numa conjuntura em que inexistia a democracia-representativa-partidária. Lutar pelo sufrágio universal, juntamente com a radicalização do movimento operário, bem como a necessidade intrínseca da classe capitalista em legitimar sua dominação, além da necessária racionalização do processo de produção, inspiraria o surgimento da democracia burguesa partidária.

⁷ Ferdinand Lassalle (Breslávia em 11 de abril de 1825 - Carouge, 31 de agosto de 1864) foi um teórico socialista, escritor e político alemão de origem judia. Considerado um precursor da social-democracia alemã, foi contemporâneo de Marx, e ambos estiveram juntos durante a Revolução Prussiana de 1848 até romperem relações, em 1864.

Funcionando inicialmente de modo restrito, possibilitando o voto para aqueles que possuíam determinado nível de renda, excluindo dessa forma as classes mais exploradas no processo de produção e relações de produção (proletariado, campesinato, dentre outras), bem como as mulheres e os jovens. Denominada de democracia censitária, seria substituída pela democracia partidária liberal, abolindo o critério de renda, por diversas pressões populares, permanecendo, entretanto, o critério de idade e de gênero.

Já os embriões dos partidos políticos burgueses se encontravam nas denominadas “sociedades de pensamento”, clubes políticos e comitês eleitorais. A democracia burguesa do início do século XX ainda não havia se estabilizado ou se consolidado completamente. A classe burguesa, assim como o estado, ainda não havia conseguido a unidade organizacional para impedir ou fazer cessar qualquer tentativa de mudança radical da sociedade moderna. É somente após a segunda grande guerra que a democracia burguesa ganha seus contornos definitivos, garantindo, dessa maneira, a reprodutividade do modo de produção capitalista. Assim, qualquer tentativa de mudança deverá se contrapor à democracia burguesa, deve criar um sistema de autogestão e autogoverno da classe trabalhadora, a democracia proletária, fundada na organização dos conselhos populares e operários.

Essa evolução leva à criação e expansão de partidos de novo gênero: “os partidos burgueses (que se nomeiam liberais, republicanos, democratas, democratas cristãos, católicos, nacionalistas, sociais, progressistas, conservadores, etc.), os partidos social-democratas e os pequenos partidos” (VIANA, 2003, p. 46).

Para além da Europa, salvo os Estados Unidos, onde o surgimento dos partidos políticos foi quase concomitante aos da Europa, emergem os partidos denominados de “origem secundária”. Há uma inspiração no modelo europeu adaptado às realidades nacionais dos países onde não há uma completa transição ao capitalismo, ou capitalismo retardatário. Na maioria desses países, o aparecimento dos partidos políticos precede mesmo a consolidação da democracia partidária, como foi o caso brasileiro, por exemplo.

Maurice Duverger, citado por Nildo Viana, classifica os partidos modernos em dois tipos: “Os partidos políticos de origem parlamentar e eleitoral são de **origem interior** e os partidos cuja origem ocorre em movimentos ou entidades da sociedade civil são de **origem exterior**”. (VIANA, 2003, p. 48, grifo nosso)

Podemos acrescentar aos partidos originários internamente os criados pelo estado e/ou corporações militares, resultantes de rupturas durante períodos ditatoriais. Aqueles de origem parlamentar ou eleitoral surgiram da formação de comitês ou grupos eleitorais, o que remonta à formação da democracia burguesa. Os demais partidos, que seguiram posteriormente a essa consolidação da democracia burguesa, devem sua existência a fusões, cisões e retomadas de legendas em momentos históricos específicos, como a saída de um regime ditatorial.

Os partidos originários exteriormente têm como maior exemplo o partido socialdemocrata. Apresenta sua origem em sindicatos operários, como o partido trabalhista inglês, bem como outros partidos, somando outros setores da sociedade. Há ainda os oriundos de “sindicatos patronais” (partidos burgueses), os de movimentos sociais – como é o caso dos partidos verdes –, categorias ou setores sociais e os de grupos intelectuais, dentre outros de “origem exterior”.

4. DITADURA DO PROLETARIADO OU SOCIALISMO DEMOCRÁTICO?

O papel do Estado, bem como o da democracia e a consequente estratégia para a construção do socialismo (por meio de reformas ou revoluções) foi um debate pujante no interior do marxismo na virada do século XIX para o século XX e durante as primeiras décadas do século XX, retomado posteriormente em meados de 1970. As questões que nortearam o debate são: A constituição do socialismo poderia se dar por meio de reformas econômicas e sociais ou somente seria possível pela revolução social, de ruptura completa? Sobre esta questão polemizaram Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein. Outra questão refere-se a democracia como um valor universal (“método” democrático) em contraposição à ditadura, ou, ainda, se a ditadura do proletariado é uma forma de democracia direta (ou de massas) e, se realmente é assim, qual é o grau de participação dos grupos que divergem das posições adotadas pelos dirigentes? Debruçaram-se sobre estas questões diretamente V. Lenin, em oposição à direita de K. Kaustsky e a sua esquerda Rosa Luxemburgo.

Eduard Bernstein (1850-1932) foi, entre os intelectuais marxista, o primeiro a romper de maneira explícita com a perspectiva revolucionária e de extinção do Estado. O autor rejeita a tese de colapso do modo de produção capitalista expressa por K. Marx e F. Engels na obra *O Manifesto comunista* (1848),. Defendia ele que a única maneira de realizar as transformações sociais seria por intermédio do parlamento, fundadas em reformas sociais. Assim o socialismo poderia ser realizado pelo que se denominou “via pacífica”, porque, para o autor, a democracia constituiria uma garantia a toda “humanidade” preponderando o processo decisório que leva em consideração a maioria, bem como resguardaria, para essa concepção teórica, as minorias. Segundo seu entendimento a democracia não está vinculada a classes ou grupos e subgrupos sociais, tem um caráter de “consciência geral”, ou seja, universal.

Dessa maneira a democracia sendo universal e alheia as classes sociais, atingindo-as do mesmo modo, tornar-se-ia uma alternativa, garantindo a transição de uma ordem moderna para uma mais “evoluída”. Seria então o marxismo, nesta perspectiva, um “legítimo herdeiro” do liberalismo e não do igualitarismo de J.J. Rousseau, ou mesmo dos socialistas não científicos. Assim o socialismo não estaria vinculado a transformações materiais, como a apropriação da produção pelos produtores (classe trabalhadora) e também não seria uma disputa pelo poder

político, mas sim uma questão moral, desta forma Immanuel Kant é evocado como o precursor do socialismo por Eduard Bernstein.

Rosa Luxemburgo logo tomou a frente na realização de uma crítica marxista aos pressupostos teóricos defendidos por Eduard Bernstein, o que realizou em sua obra *Reforma ou revolução?* (1899) refutando cada argumento deste. Um dos fundamentos críticos levantados pela autora diz respeito a capitulação à concepção liberal-legalista, da sociedade moderna burguesa por Bernstein. Enquanto a revolução social representa uma descontinuidade e cisão, uma transformação social material e ideológica, o legalismo vai representar a continuidade das relações de poder sob o manto dos direitos e seu pressuposto universalismo. Vale aqui destacar uma aproximação da “via pacífica” com o liberalismo, desde que esta não concentra suas análises teóricas nas classes sociais e suas interações/conflitos, mas sim nos indivíduos isoladamente considerados, abandonando um conceito central no marxismo, qual seja, a luta de classes.

Após dez anos desse debate, novamente se colocava em discussão a ditadura do proletariado e sua correlação com o Estado, agora a partir de uma experiência concreta, a revolução russa de 1917. A tomada do Estado pelos bolcheviques e a tentativa de instauração de uma ditadura do proletariado foi um marco delimitador entre socialistas e comunistas, bem como entre revolucionários e reformistas, delimitação esta que teve como origem o debate sobre a primeira Grande Guerra em 1914.

Karl Kaustsky (1854-1938) em sua obra *A ditadura do proletariado* (1918) realiza uma crítica contumaz aos primeiros momentos da revolução russa, para tanto o autor retoma as posições teóricas defendidas por Bernstein no que concerne à oposição entre ditadura e democracia, mas, ao contrário deste, não retoma a associação entre socialismo e liberalismo. Para ele existe uma oposição intensa entre o que cunhou de “método democrático” em contraposição ao “método ditatorial”, além de uma leitura positiva da Comuna de Paris em detrimento da revolução russa. O amago do argumento do autor situa-se na impossibilidade do socialismo sem a democracia, assim como Bernstein, ele acredita que o sufrágio universal permitiu que a classe trabalhadora pudesse “usar a palavra” e que seria a democracia o indicador de maturidade do proletariado.

O embate teórico com Lenin foi inevitável, o que culminou em uma cisão entre socialistas e comunistas e, de certa forma, perdura até os dias atuais. Lenin, baseado na obra da maturidade de Karl Marx, defendia a ruptura revolucionária e a constituição da ditadura do proletariado. Em sua obra *O Estado e a Revolução*, que foi escrita as vésperas do processo revolucionário de 1917, já mencionada neste trabalho, retoma as posições marxistas sobre o Estado, ou seja, deste como uma ferramenta de opressão das classes subalternas pelas classes dominantes. Resultante dessa análise seria necessária a substituição do Estado capitalista por um Estado de transição, o que foi denominado de “não estado”, cuja principal tarefa seria a destruição do próprio Estado, bem como da democracia, sendo esta uma das formas de governo do Estado. Assim nega a existência de um princípio universal de democracia, baseado nas obras de K. Marx e F. Engels, o que o coloca em um campo de oposição a K. Kaustsky. A democracia teria um caráter de classe, seria a democracia para uma determinada classe, do mesmo modo a ditadura é relacional e não possui um conceito geral, o que diferenciaria a ditadura conservadora ou reacionária de uma ditadura da classe trabalhadora.

Segundo Luiz Eduardo Motta (2014, p. 24):

“[...]A ditadura não é uma forma de governo, como também a democracia, já que há uma distinção para Lênin entre o que é a democracia burguesa e os seus limites em relação à democracia revolucionária na qual haja uma **ampla participação dos setores subalternos a partir da formação de novas formas de práticas políticas** [...]”.

Lenin defende novas formas de participação política, para além do parlamento e dos partidos políticos, defende que a participação da classe trabalhadora se dê por meio dos conselhos operários e populares, como modo de ampliar a democracia, a palavra de ordem da revolução russa, não por acaso era “Todo poder aos soviets!”.

Rosa Luxemburgo (1871-1919) critica implacavelmente alguns posicionamentos adotados pelo grupo dirigente da revolução russa, mesmo não se colocando em completa oposição ao processo revolucionário russo. Sua defesa da democracia supera os horizontes da democracia burguesa, identificando o socialismo como a verdadeira concepção de democracia. Em sua obra *A revolução russa* a autora aponta como equívocos a dissolução da Assembleia Constituinte e a supressão da “democracia em geral”, porque sem esses mecanismos mínimos eleitorais o que subsistiria seria, o que foi denominado pela autora de “socialismo por decreto”. Para ela a ditadura do proletariado, distintamente da dominação de classe burguesa, necessita

de uma intensa formação-educação de toda massa do povo e mobilização-participação popular, é o “elemento vital” para que subsista. Rosa Luxemburgo dizia que liberdade para os partidários do governo e partido, por mais numerosos que seja, não é liberdade.

A falta de participação da classe trabalhadora nos processos decisórios ou mesmo a ausência de autonomia dos conselhos operários e populares, fortalece o processo de burocratização do partido e do Estado, o que resulta em uma ditadura burguesa de notório corte jacobino, represando a participação popular e conseqüentemente impedindo o crescimento da vida pública. O equívoco que cometem V. Lenin e L. Trotsky é o mesmo que comete K. Kautsky, opondo ditadura a democracia, enquanto este naturalmente inclina-se a democracia de caráter burguês, aqueles se decidem pela ditadura, que restrita a um grupo dirigente não é nada mais que uma forma de ditadura burguesa. Rosa Luxemburgo avalia que ambas as posições encontram-se diametralmente opostas a uma real política socialista. A autora afirma que a ditadura do proletariado é o máximo desenvolvimento da democracia, não se comparando a democracia burguesa e nem flertando com uma ditadura “partidária-burguesa”.

Após um hiato o debate em torno da ditadura do proletariado e do socialismo pela via democrática retoma em meados dos anos 1970 na Europa, principalmente na França e na Itália, fomentado por intelectuais vinculados a partidos socialistas e comunistas e de pequenas agremiações revolucionárias. A este respeito salienta Luiz Eduardo Motta (2014, p. 26) que: “[...] Participaram desse debate Norberto Bobbio, Pietro Ingrao, Santiago Carrillo, Enrico Berlinguer, Valentino Gerratana, Rossana Rossanda, Christine Buci-Glucksmann, Luciano Gruppi, Lucio Lombardo Radice, Bernard Edelman, Giacomo Marramao, David Kaisergruber, Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, entre outros”. Todavia o maior destaque se dá ao debate que acontece no interior do marxismo althusseriano, entre aqueles que defenderam a ditadura do proletariado, o próprio L. Althusser (1918-1990) e E. Balibar (1942) e o mais eminente defensor do socialismo democrático, Nico Poulantzas (1936-1979).

O debate não se restringiu a Europa, e teve como fator inicial a vitória eleitoral do Partido Comunista Italiano, que defendia o socialismo pela via democrático-parlamentar, demonstrando certa autonomia em relação ao posicionamento político da então URSS. Esta posição influenciou outros partidos comunistas europeus, de modo particular os partidos comunista francês e o espanhol. Este fenômeno foi classificado como “eurocomunismo”. Todavia o termo é genérico, abrangendo diferentes posições teórico-políticas de vários partidos

comunistas europeus e mesmo partidos socialistas, dando origem a duas tendências, a de esquerda e a de direita.

A tendência a direita concebe a transição democrática ao comunismo de forma progressiva e gradual, por meio de uma ampla aliança anti-monopolista, orientada pelo partido comunista, com a manutenção do aparato de Estado - o concebendo como um conjunto de instituições “neutras” - ainda apregoando o fortalecimento do parlamento como mecanismo de controle sobre o Estado e a economia, incorporando os sindicatos na concepção e planejamento de políticas econômicas. Sinteticamente observa o processo de construção do socialismo democrático com uma lenta marcha por meio das instituições da sociedade civil-política. Já a tendência a esquerda, como observa Luiz Eduardo Motta (2014, p.27): “[...] tende a ver a transição como uma longa série de rupturas, com base nacional-popular, numa ampla aliança que envolva tanto os novos movimentos sociais como uma união de classes organizada de modo plural”. Existe aqui um compromisso de transformação do aparato estatal, como fundamento do processo democrático, uma reestruturação (do Estado e da economia) que se daria sobre a base de uma democracia de base (direta), de movimentos de autogestão e autogoverno, tais como os conselhos operários e populares e a unificação de um fórum parlamentar.

Fica claro o posicionamento reformista da tendência à direita ao observar os apontamentos de Enrico Bellinguer (1922-1984) em um de seus artigos onde afirma que: “A primeira necessidade baseia-se em assegurar o correto e normal funcionamento das instituições democráticas e em garantir um clima cívico na luta política” (MOTTA,2014). Encontramos a mesma perspectiva teórica dessa tendência na obra de Santiago Carrillo “*Eurocomunismo e Estado*” (1977) - sistemática exposição de uma vertente mais reformista- em que o autor vai delinear os principais argumentos teóricos e práticos do “eurocomunismo” ante a democracia e a ditadura do proletariado, defendendo aquela como um valor universal e o Estado “democrático” como reflexo dos anseios do povo, ocultando o caráter da luta de classes, conferindo assim ao estado uma aceção aproximada das perspectivas institucionalistas. O contra-ponto desta perspectiva encontra-se na obra de Pietro Ingrao, para quem as proposições teórico-práticas devem estar ancoradas nas ações de massas, cujo objetivo é reinvenção das instituições e não apenas a manutenção destas, existe aqui uma perspectiva de classe do processo democrático.

Louis Althusser (1918-1990), filósofo representante da corrente denominada “estruturalismo marxista”, sempre teve um posicionamento crítico no interior do Partido comunista francês (pelo menos desde os anos de 1960), como exemplo podemos apontar seu apoio ao maoísmo e a Revolução Cultural chinesa, entretanto, até então não havia encaminhado nenhuma crítica contundente ao Comitê Central sobre o posicionamento político interno do partido e sobre as posições políticas da então URSS. Com a adesão do Comitê Central ao eurocomunismo, insurgiu contra essa posição, por ele considerada reformista, realizou suas observações teórico-críticas conjuntamente com E. Balibar, após a exclusão do termo ditadura do proletariado do programa aprovado por ocasião do XXII Congresso do Partido Comunista Francês, em que a democracia adquiriria um caráter de valor universal e era alçada a objetivo central do programa. Sua crítica se fundamenta no valor científico marxista do conceito de ditadura do proletariado, e ainda na experiência da Revolução Chinesa como uma alternativa de transição por sua contundente crítica à burocratização do partido revolucionário e do Estado.

Para o autor o abandono do termo/conceito de ditadura do proletariado pelo partido comunista francês se deve, por um lado, à renúncia da observação real/concreta das relações de classe e às influências burguesas sobre a teoria e prática política dos partidos revolucionários. Com relação a este aspecto, segue de modo bem próximo a posição maoísta, entendendo que o partido revolucionário não é impermeável às contradições e, muito menos, à ideologia burguesa, que influi sobre setores do partido que acabam por adotar posições de direita no interior do próprio partido revolucionário. Coloca-se assim em oposição às concepções stalinistas, por sua recusa em aceitar as contradições internas do próprio partido. Althusser aceita que na teoria marxista não existe de modo sistematizado uma teoria do estado, mas que está em formação, pela leitura dos clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lenin e mesmo Mao) e pela análise das experiências do socialismo realmente existente em diferentes formações sociais. Essas oposições teórico-críticas encontram-se no contexto de sua obra “*textos sobre a crise do marxismo*” incluindo os seguintes artigos: “[...] 22º Congresso; O que não pode haver no partido comunista; ‘O marxismo como teoria finita’; ‘Enfim, a crise do marxismo’; ‘O marxismo hoje’; e o inédito ‘Marx dentro dos seus limites’; todos textos escritos entre os anos 1977 e 1978 [...]” (MOTTA, Luiz Eduardo, 2014, p.30). Já E. Balibar realiza essa crítica em sua obra *Sobre a ditadura do proletariado* (1976).

Desta forma L. Althusser vai demarcar seu posicionamento e intervenção no XXII congresso do Partido Comunista Francês, onde, embora houvesse um contexto favorável às

experiências socialista nos países do denominado “terceiro mundo”, podemos citar como exemplo o processo de descolonização de países africanos (Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo verde), a vitória do Khmer Vermelho no Camboja (antes da veiculação das informações sobre o genocídio) e as lutas sociais e políticas na América Latina. Era, porém, evidente a crise que o socialismo vivenciava nos países do Leste Europeu, o que demonstrava um esgotamento político e teórico do stalinismo. Assim observa o autor que o abandono da ditadura do proletariado é um ato simbólico que tem como condão apresentar uma pretensa ruptura com o passado, ao mesmo tempo em que estrutura a criação de uma espécie de “socialismo democrático”, que seria diferente do modelo soviético experimentado no Leste Europeu. Insta salientar que a dominação burguesa exerce influência econômica e ideológica, não apenas política e parlamentar, assim a resposta a esta dominação pela classe trabalhadora e grupos sociais associados seria a construção da ditadura do proletariado, amparada por um sistema de conselhos operários e populares.

A forma política dessa ditadura ou dominação da classe trabalhadora é segundo K. Marx a “*democracia social*” ou, para Lenin, “*democracia de massas*”, e ainda, a “*democracia até o fim*”. Mas não se resume apenas à dominação sob uma determinada forma política, é também, e ao mesmo tempo, dominação de caráter classista na produção e na ideologia. A revolução por estes motivos não tem uma forma tática-prática *a priori*, isto significa que não se pode descartar de antemão a violência revolucionária como prática revolucionária e nem outras alternativas revolucionárias. A ditadura do proletariado, portanto, não é um conceito que possa ser descartado pois encontra-se vinculado ao arcabouço teórico desenvolvido pelo próprio Karl Marx, a partir de 1845, defende também a derrubada do aparato estatal como prática política no período de transição. Salienta Althusser que destruir o Estado burguês, substituindo pelo Estado da classe operária e de suas aliadas, não significa adjetivar de “democrático” todos os aparelhos de Estado já existentes, é mais que uma ação formal e com possibilidades reformistas, deve-se revolucionar na estrutura, em sua prática e ideologia, suprimir alguns aparelhos, criar outros e transformar as formas da divisão do trabalho nos aparelhos repressivos, políticos e ideológicos, revolucionando os seus métodos de trabalho e a ideologia burguesa que determina suas práticas, assegurando novas relações com as massas a partir de iniciativas destas, baseado na nova ideologia proletária, com a finalidade de preparar o “enfraquecimento do Estado”, sua substituição pelas organizações de massas como os conselhos populares e operários (MOTTA, 2014).

Para L. Althusser é claro que o socialismo se constitui por uma ruptura radical com a política e o Estado modernos. Novas práticas políticas e ideológicas são criadas nesse período histórico de transição, de modo exemplificar podemos mencionar os Conselhos operários e populares, em que a participação das massas nos processos de decisão política, associados a execução direta, dessas mesmas decisões, são imprescindíveis para que se impeça a manutenção de práticas política e ideológicas burguesas, tais como a burocratização dos partidos revolucionários e do Estado de transição.

O autor em sua obra *“Marx dentro dos seus limites”* reafirma a primazia do conceito de ditadura do proletariado na teoria e política marxista. Para tanto vai apontar um corte epistemológico entre as obras da juventude e as obras da maturidade de Karl Marx, a partir do texto *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, o Estado passa a ser concebido como um aparelho, não mais um reflexo do processo de alienação. Essa concepção do estado tem por objetivo demonstrar que este encontra-se separado, ou seja, não é idêntico a política, muito menos a vida genérica da humanidade como espécie, é sim um instrumento de perpetuação e manutenção da dominação de uma classe social sobre as demais com interesses antagônicos, dentro do contexto de luta de classes. Portanto a conquista do Estado pela classe trabalhadora é essencial porque, segundo Louis Althusser: “[...] não que o Estado seja universal em ato ou no todo, não que o Estado seja ‘determinante em última instância’, mas porque é o instrumento, a ‘máquina’, ou o ‘aparelho’, do qual tudo depende quando se trata de mudar as bases econômico-sociais da sociedade, isso quer dizer, das relações de produção” (MOTTA,2014).

A separação do Estado do todo social em absoluto significa sua autonomia. Sem qualquer óbice teórico podemos constatar uma pluralidade de aparelhos de Estado, tais como os ideológicos, os repressivos e os políticos, todos cumprem a mesma função, qual seja, a de manutenção do poder da classe dominante. Por mais separados e diferenciados entre si que sejam os aparelhos do estado, são orientados e adaptados por um mesmo centro articulado, o próprio Estado. Althusser quer demonstrar dessa forma que a “separação” do Estado tem um novo sentido teórico, seu corpo tem como objetivo a transformação de energia, sendo um “corpo especial” no mesmo sentido que possui um “metal especial”, de onde a natureza de especialidade está em seus diferentes agentes: policiais, militares, agentes de justiça, agentes das diversas ramificações da administração. Essa “energia específica” é o poder legal, a capacidade de produzir força (violência) fundada nos processos legislativos.

Para além desta constatação, Althusser enfatiza que a ditadura do proletariado não pode ser confundida com um simples regime político, por constituir-se como uma forma de dominação de classe, abrangendo um conjunto de formas, econômicas, ideológicas e políticas. Como observa Louis Althusser: “[...] *Nesse conjunto, as formas políticas ocupam um setor mais ou menos extenso, mas sempre subordinado ao conjunto das formas. E o Estado torna-se então esse aparelho, essa máquina, que serve de instrumento à dominação de classe, e à sua perpetuação [...]*” (MOTTA,2014). Portanto o conceito de ditadura no marxismo não pode ser restrito ou reduzido, pois existem variadas formas de dominação que ultrapassam a própria concepção política e as formas sociais do Estado. Isto significa dizer, que concordando com K. Marx e V. Lenin, o autor afirma que o objetivo da ditadura do proletariado é a forma mais ampla de democracia, ou para dizer de outra maneira, a forma política da ditadura do proletariado converte-se na mais ampla forma de democracia. Nessa expressão a forma política é reconduzida ao seu lugar teórico, já que não resume todas as formas de dominação à forma política e não resume a dominação política a pura violência, segundo aquela violência típica de uma ditadura enquanto regime político.

Entretanto apesar da separação política do Estado isso não resulta necessariamente numa relação estanque com a sociedade. Althusser nesse sentido vai elaborar uma crítica tanto a Hegel, quanto a Gramsci pela diferenciação que operam com relação a sociedade política e sociedade civil, porque, para o autor, o Estado mantém uma relação de interpenetração na sociedade civil, não só pela regulação mercantil e jurídica (dinheiro e direito), mas também pela intervenção dos aparelhos repressivos, e ainda, pelos aparelhos ideológicos. O Estado segundo essa concepção teórica sempre foi “ampliado”, não sendo um fenômeno recente e nem restrito aos países de “democracia avançada”, todavia as formas dessa ampliação não são as mesmas historicamente, variando desde o Estado absolutista ao moderno Estado Imperialista.

Na conjuntura do final dos anos de 1970, influenciado pela emergente crise do socialismo no leste europeu e ascensão do programa de reformas proposto pelo eurocomunismo, L. Althusser vai demarcar sua oposição teórica, de ruptura com as tendências de manutenção do socialismo realmente existente e a implantação do socialismo pela via reformista, sendo influenciado pelos princípios da Revolução Cultural Chinesa com relação a separação do partido revolucionário do aparato estatal. Essa posição é convergente com o grupo italiano, que reunia a esquerda revolucionária, denominado *Manifesto*, sendo uma de suas principais lideranças a jornalista feminista Rossana Rossanda (1924-2020). A convite desta o

autor escreveu o artigo “*O marxismo como teoria finita*” (1978), desencadeando um frutífero debate entre os intelectuais italianos e franceses, sendo objeto de diversas críticas dos que defendiam o socialismo por uma via pacífica e também daqueles que se contrapunham afirmando uma teoria marxista do Estado. A crítica principal deste artigo diz respeito a incorporação e conseqüente fusão do Estado com o partido revolucionário, que se demonstrou como obstáculo ao avanço da transformação social no período de transição socialista ou ditadura do proletariado.

Dessa maneira o partido revolucionário não poderia ter as mesmas características que os demais, um mero apêndice político-ideológico do Estado, típico nas modernas repúblicas parlamentares, limitado a uma espécie de representação e aos procedimentos administrativos-parlamentares. O partido revolucionário deve atuar também exteriormente ao Estado, fomentando a auto-organização da classe trabalhadora por meio da criação e desenvolvimento dos conselhos operários e populares, o que impulsionará a ação de destruição-transformação dos aparatos do estado capitalista, bem como a extinção do novo Estado revolucionário. É importante salientar que, segundo Luiz Eduardo Motta (2014, p.34) “[...]o nó górdio da questão é o próprio Estado: seja sob a forma política da colaboração de classe ou da gestão da ‘legalidade’ existente, seja o partido ‘se transformando no Estado’; e o dique de contenção a essa burocratização do partido-Estado está no seio do movimento de massas”.

Vale destacar que Louis Althusser realiza uma contundente oposição ao idealismo presente em Marx, difundido por intelectuais que defendem uma “ontonegatividade”, sobremaneira por aqueles de recorte lukascianos, rejeitando a existência da política na fase superior do comunismo, denominado por estes como “reino da liberdade”. A concepção idealista do marxismo olvida que em uma sociedade comunista permanecem as relações de produção e, por consequência, as relações sociais e ideológicas. A extinção do Estado não resulta na extinção da política. Deste modo a política não será mais a política que surgiu da modernidade burguesa, mas seria uma política diferente, sem Estado e amparada na auto-organização dos trabalhadores (na política que emergirá dos conselhos operários e populares), lembrando que mesmo na sociedade capitalista, Estado e política não podem ser confundidos. Portanto, segundo Luiz Eduardo Motta (2014, p. 36): “Se o marxismo é a teoria das distintas práticas articuladas (ideológicas, políticas, econômicas, teóricas), **é certo que não desapareceriam num momento comunista, mas sim que teriam outra qualidade, outro**

conteúdo, se entendermos que os processos são constituídos por rupturas e não por continuidades”.

Étienne Balibar (1942), filósofo e professor universitário, converge com os apontamentos críticos e teóricos propostos por Louis Althusser ao grupo de Georges René Louis Marchais (1920-1997) no interior do Partido Comunista Francês no que concerne a identificação da ditadura do proletariado com um regime político ou a uma forma de Estado. Em sua obra *Sobre a ditadura do proletariado* reafirma teoricamente a ditadura do proletariado como um conceito e aponta que não há distinção entre socialismo e ditadura do proletariado, ou seja, para o autor são sinônimos. E realiza a diferenciação entre teoria marxista do Estado e ideologia burguesa, quando demonstra que toda democracia é uma espécie de ditadura de classe, quer seja ela oriunda de uma minoria (burguesa) ou da maioria (proletariado). Assim *Estado de direito* é um conceito falso, porque há uma impossibilidade de um Estado sem lei, sem organização normativa, mesmo que seja um Estado proletário, ou seja, o modo de imposição de poder estatal é o direito, não podendo ser ele mesmo o alicerce desse poder. O fundamento real só pode estar situado em uma relação de forças historicamente concebidas, ampliadas para o conjunto de ação e intervenção do Estado, ou seja, do conjunto da vida social, isto se explica pelo caráter pretensamente universal do Estado a qual não se escapa qualquer aspecto da vida social, principalmente da “vida privada”. Uma teoria do Estado de fato só pode estar situada no interior de um realismo político, porque é o conflito de classes que vai definir como força motriz da história, sendo que o Estado ocupa lugar privilegiado monopolizando o uso da violência.

Assim para Étienne Balibar a questão não se trata de apontar que o Estado só age pela violência, mas enfatizar que o Estado está assentado numa relação de forças entre as classes, não em um interesse público e vontade geral abstratos. A violência aqui consiste em que essa relação não é efetivamente limitada por nenhuma lei ou legislação, um ordenamento jurídico, que longe de por em causa essa relação violenta, nada mais fazem do que sancioná-las.

Outro importante intelectual que contribuiu com esse debate foi o filósofo e sociólogo grego Nico Poulantzas (1936-1979) alinhando-se a corrente de esquerda do movimento eurocomunista. A sua defesa do socialismo democrático não é semelhante àquela realizada pela vertente eurocomunista defendida por Belinguer e Carrillo, e muito menos a realizada pela social-democracia. Embora o autor tenha se afastado teoricamente do leninismo isso não

afastou sua posição comunista, divergência restrita apenas ao “momento do socialismo”. Teoricamente aproximou-se de Rosa Luxemburgo e sua posição com relação ao partido de vanguarda revolucionária e sua função no processo de transição, bem como as críticas realizadas aos primeiros empreendimentos da revolução russa, dando ênfase na ação das massas, destacando nos anos 1970 o surgimento de novos movimentos sociais, tais como feministas, de qualidade de vida, ecológicos, comitês de bairro (uma espécie de conselho popular), por cidadania entre outros. Podemos observar esta crítica ao leninismo e inclinação ao luxemburguismo em sua obra *O Estado, o poder e o socialismo* e num conjunto de entrevistas e artigos publicados entre 1977 e 1980.

Embora haja divergências teóricas entre Louis Althusser e Nico Poulantzas, haviam algumas importantes convergências, tais como a crítica ao partido político revolucionário e sua tendência a burocratização e absorção pelo Estado, bem como a ênfase no papel dos movimentos de massas, auto-organização da classe trabalhadora para a construção de uma alternativa socialista. A diferença consiste no caráter de importância das lutas externas ao Estado para aquele, enquanto este defendia a internalização da luta de classes nos aparelhos de Estado. Para além desta questão, ambos também encontram soluções teóricas diferentes com relação a identidade entre socialismo e ditadura do proletariado, para Althusser essa tese se demonstra adequada, enquanto para Poulantzas, o marxismo comporta transformações epistemológicas o que possibilita a criação de novos conceitos e abandono de outros, como por exemplo o conceito de ditadura do proletariado, é o que defende em seu artigo “*Há uma crise no marxismo?*”

O socialismo democrático como estratégia política está vinculado a mudanças que o autor fora realizando no desenvolvimento do conjunto de sua obra teórica com relação a natureza do Estado. Se a princípio o *Estado capitalista* era observado com um grau-nível do modo de produção capitalista, aos poucos vai adquirindo um caráter relacional. Isto significa que o Estado não é um “sujeito autônomo”, como apregoam os socialdemocratas, bem como não constitui um instrumento de classe, como salientado pelos clássicos do marxismo, homogêneo e impermeável as contradições sociais.

Segundo a acepção teórico-relacional de Nico Poulantzas o Estado capitalista é interpenetrado por fissuras e contradições, ele é atravessado pela luta de classes e, para além deste aspecto, sua ossatura material-concreta constitui-se da divisão social do trabalho, ou seja,

isso quer dizer que no Estado encontram-se as relações de produção que serão reproduzidas por ele mesmo. No Estado capitalista, portanto, condensam-se relações de forças materialmente, constituindo uma verdadeira arena de lutas entre as classes sociais antagônicas e os diferentes grupos sociais, isto porque nem todas relações de poder e conflito podem-se reduzir as classes sociais, ou mesmo resumir-se na contradição entre relações de produção e forças produtivas. O Estado capitalista comporta em si mesmo uma multiplicidade de conflitos e relações de poder em seus diversos aparatos, sobredeterminados, todavia, pela política de divisão social do trabalho, bem como pela luta de classes. Dessa forma os agentes do Estado, mesmo aqueles oriundos do aparelho repressivo, não estariam imunes aos diferentes conflitos, limitados, entretanto, pela ideologia dominante que se funde e se corporifica na ossatura do Estado, esses agentes do estado são, portanto, afetados também pelas lutas populares.

A posição do autor é nítida quando, fundamentado em Rosa Luxemburgo, em oposição a V. Lenin, defende a coexistência entre a democracia representativa e a democracia direta como forma de viabilizar a transição socialista. A questão para Nico Poulantzas é:

“[...]como compreender uma transformação radical do estado articulando a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa e das liberdades (que foram também uma conquista das massas populares) **com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores**, esse é o problema essencial de uma via democrática para o socialismo e de um socialismo democrático” (MOTTA,2014).

Assim não é uma estratégia de duplo poder que deve ser constituída, ou seja, a tomada externa do poder estatal, mas a articulação entre as lutas no interior do Estado e as externas a ele. Essa articulação, em seu aspecto interno não se resume a luta no interior do espaço físico deste, mas está situada no campo estratégico que representa o Estado, cuja finalidade não é a mera substituição do Estado burguês pelo Estado proletário por meio da acumulação de reformas, nem a tomada individual de cada aparelho do Estado, mas sim uma luta de resistência, que acentue suas próprias contradições e que possa ser fundamento de uma profunda transformação estatal. Ao mesmo tempo deve coexistir uma luta paralela e exterior, criando uma série de formas de auto-organização e autogoverno da classe trabalhadora e grupos sociais associados, podemos aqui mencionar como exemplo a constituição dos conselhos operários e populares, que não tem por objetivo a formação de um duplo poder, mas atuaria de modo articulado com a estratégia de resistência interna.

Para Nico Poulantzas a corrente à direita do eurocomunismo defendia explicitamente a proposta de K. Kaustsky de uma revolução gradual, progressiva, pacífica e nos marcos da legalidade burguesa. A corrente a esquerda era aquela cuja proposta de revolução social se dá na democracia de base (direta) ou mesmo na auto-organização e autogoverno da classe trabalhadora, que vai incorporar ao Estado as rupturas e as transformações sociais. Desse ponto de vista não se apoia na “quebra do Estado”, embora estivesse consciente do problema de uma transformação social radical, não somente nos aparelhos ideológicos do Estado, mas também em seus aparelhos repressivos. A estratégia, no entanto, não seria do enfrentamento frontal, mas de aprofundamento da crise do Estado, com alteração substantivas das forças favoráveis a classe trabalhadora em seu interior.

Não pode, para autor, haver uma quebra imediata das instituições representativas no processo de transição, isto porque apoiar-se em uma democracia direta, em processo de construção não impediu que as experiências de socialismo realmente existentes se resumissem-se ao fortalecimento da burocracia estatal e partidária. Aponta Luiz Eduardo Motta (2014, p. 42) que: “[...] Há a necessidade de manter a democracia representativa no período de transição, **não obstante esse sistema representativo tenha de ser transformado e não seja uma mera reprodução do parlamentarismo burguês**”. Sendo assim a quebra do Estado só tem sentido real se o ponto central for a transformação das relações de produção. O momento de ruptura não seria único, de exclusão do Estado, já que essa mesma ruptura cruzaria o Estado. Portanto a destruição do mesmo continua sendo válida como horizonte de transformação profunda da realidade social.

Passa ao largo de representar uma perspectiva reformista, porque a construção do denominado socialismo democrático tem também por objetivo o fim do Estado. Todavia essa transformação e desaparecimento só podem apoiar-se em uma intervenção e auto-organização e autogoverno da classe trabalhadora também no interior do Estado, representados pelos conselhos operários e populares na estrutura do estado (unificando legislativo e executivo), associados a propostas próprias de abertura do Estado. Trata-se, para Nico Poulantzas, de colocar-se em uma perspectiva global de desaparecimento do Estado, esta perspectiva vai comportar dois processos distintos: a própria transformação do Estado e o desenvolvimento de uma espécie de democracia direta na base social. É na desarticulação desses dois movimentos que se fundaram importantes cisões no movimento operário.

Defender a ditadura do proletariado (democracia direta), no atual contexto de crise política e social, corresponde a desvelar, pela teoria política marxista, as práticas de poder que são reproduzidas em nome da democracia-liberal capitalista. A organização da classe trabalhadora no estado e também exterior a este, ou seja, a ditadura do proletariado associada a uma política de auto-organização e autogoverno em conselhos operários e populares, evidencia a impossibilidade de uma democracia burguesa para todos porque seus aparatos reproduzem as desigualdades sociais, política e econômicas. Esse é um posicionamento marxista diante de uma espécie de democracia (burguesa) substancializada pelo liberalismo (neoliberalismo) amparadas em princípios abstratos que não correspondem à realidade concreta. A igualdade jurídica, um dos pilares da democracia burguesa é sem sombra de dúvidas falsa, “vive-se” desigualmente acreditando categoricamente nessa imagem distorcida de “realidade igualitária”. A potência teórico-política do marxismo com relação a crítica ao Estado e a democracia burguesa consistem em seus arsenal destrutivo e desobstrutivo da modernidade burguesa, bem como sua proposta de alternativa político-social de criação de novas formas de organização do estado, amparadas pela auto-organização e autogoverno da classe trabalhadora em conselhos operários e populares que representam uma ruptura com o capitalismo e sua diferentes perspectivas fundadas no indivíduo, isoladamente considerado.

5 DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA SOCIALISTA

O estado capitalista tem como característica, dentre outras, a participação de vários atores sociais e da opinião pública (*doxa*) na composição e avanços da denominada democracia burguesa, principalmente se comparada a seus regimes políticos antecessores desde a oligarquia feudal, a monarquia liberal e, enfim, o próprio estado capitalista. Dessa maneira observamos a consolidação da democracia representativa burguesa, que em seu regime político é caracterizada, entre outras coisas, pelo sufrágio universal, o pluralismo partidário e o estado democrático de direitos (visto como a consolidação universal dos pretensos avanços históricos). Entretanto, como observado por Karl Marx, a democracia concreta, como ferramenta de ação coletiva, somente seria viável com a intensa intervenção da classe trabalhadora, até que duas dimensões, a social e a política, fossem indissociáveis em uma unidade prática de ação.

A democracia observada em Marx é, ao mesmo tempo, conteúdo e forma, composta fundamentalmente pelo estado, institucionalizado, mas também pelo universo social e político, diferente qualitativamente da democracia representativa burguesa. Para o marxismo a democracia não é tão somente uma modalidade de representação, já sua modalidade representativa pressupõe, entretanto, dois grupos sociais bem definidos a classe dominante apoiada por um amplo setor burocrático e a classe dominada. Rossi Henrique Soares Chaves & Gustavo Silva Noronha, afirmam que: “‘[...] **a democracia, tal como o Estado, apenas pode ser entendida tomando-se como referência essencial o fundamento socioeconômico que a sustenta**’ [...] **chama atenção assim ao papel representado pela democracia burguesa no avanço do Estado capitalista**”. (CHAVES; NORONHA, 2010, p. 10).

O estado capitalista foi concebido para que as tensões internas do modo de produção capitalista fossem atenuadas, oferecendo, assim, estabilidade à reprodução sistêmica. Todo instrumental ideológico estatal tende à institucionalização e cumpre uma função determinante na consolidação e manutenção do modo de produção-reprodução capitalista, como por exemplo, o aparato jurídico, em que se estabelecem as normas burguesas institucionais. A lógica estatal inclui em seu arcabouço de regras de funcionamento a dominação de classe, o que leva inevitavelmente a produção e reprodução das contradições intrínsecas. Marx e Engels n’*O Manifesto do partido comunista*, diz que:

Finalmente, desde o surgimento da grande indústria e do mercado mundial, ela [a burguesia] conquistou no Estado representativo moderno o domínio político exclusivo. O poder do Estado moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa. (MARX, Karl, 2008, p.11).

A partir de uma conjectura intervencionista do modelo Keynesiano ou mesmo do modelo liberal clássico, a função do estado é ser garantidor do desenvolvimento do mercado, com ênfase a seu máximo potencial de acúmulo, instrumento da reprodução do capitalismo. Geralmente os governos, por essas limitações, não incorporam os interesses da classe trabalhadora, porque esses interesses levariam o estado a uma contradição interna, sendo contrário a sua própria dinâmica social de funcionamento.

Assim por muito tempo a ortodoxia marxista, autores como o próprio Lenin, percebia no estado um objetivo de conquista e direcionamento de poder, que passaria a ser realizado, não mais pelos precedentes e procedimentos da classe burguesa, mas eminentemente pela classe operária, o que nessa concepção impediria a continuidade do processo de reprodutibilidade. Na experiência soviética podemos observar pela primeira vez na história a gestão do partido proletário à frente da máquina estatal, o que poderia ser considerado o fim do capital, sem, entretanto, extinguir-se o imperativo do capital. Eram os limites histórico-concretos que se colocavam ao avanço do processo revolucionário. Segundo Chaves e Noronha, a derrota da experiência soviética: “Com a queda do muro de Berlim e o cessar da guerra fria em 1989, **a democracia burguesa foi proclamada cada vez mais como um valor universal a ser perseguido construindo seus calendários e ritos institucionais de forma sólida**”. (CHAVES; NORONHA, 2010, p. 13).

A orientação democrática se tornava então uma ideia que se vincula ao próprio sistema econômico em processo de internacionalização. Assim, capitalismo e democracia passam a serem consideradas ideias complementares. A pretensa vitória sobre o “socialismo”, a partir de 1989 (aqui entendido como socialismo realmente existente), fez com que o capitalismo se proclamasse como o único sistema capaz de sustentar os valores democráticos, com o devido resguardo das garantias e liberdades individuais, somada a execução de “interesses públicos” (gerais ou genéricos). O que se observa, não obstante a tentativa de aumento da participação no estado, importante em determinados aspectos da luta de classe, como nas necessidades imediatas do proletariado, é um colapso na representatividade a partir da implantação dos

diversos projetos liberais e neoliberais, uma eminente crise política, em uma sociedade que se vê pouco ou nada representada em seus governantes.

Nesse momento histórico não se aponta exatamente para as problemáticas determinantes, ou seja, a crise estrutural do capitalismo, para além das questões de marco legal ou a funcionalidade da democracia no capitalismo, a real questão deveria ser orientada no sentido das estruturas de tomadas de decisão e o controle exercido pelo estado. As tensões internas se observadas sob o materialismo histórico tornam o estado burguês mais insustentável, ante as suas próprias contradições.

Mészáros enfatiza que o problema consiste em que, independentemente da enorme evidência do fracasso da democracia representativa em todos os países, inclusive a sua transformação periódica em formas ditatoriais há uma defesa cega desta. A posição que defende a democracia representativa sofre de duas grandes fraquezas: A primeira diz respeito a uma quantificação mecânica e fetichista, quando afirmam que diferentemente de estados pequenos é inconcebível qualquer outra espécie de democracia, que não a representativa. A segunda diz respeito a restrição da problemática ao domínio *político/institucional*, sendo que esta é incomparavelmente mais ampla e fundamental.

Karl Marx abordou a questão de maneira contundente ao apontar como a possibilidade de formação da democracia burguesa a cisão entre *citoyen*, o cidadão comum, aquele da vida pública e, o *bourgeois*, aquele sujeito da vida privada (o burguês), que foi citado pela primeira vez na constituição francesa de 1793. O primeiro está associado e é dotado de direitos políticos, que ganha força com os denominados “direitos humanos universais”, enquanto este é dotado de interesses econômicos que emergem da sociabilidade capitalista.

Rossi Henrique Soares Chaves & Gustavo Silva Noronha expõem que:

[...] a expressão democracia burguesa expressa a **“forma política da dominação de classe da burguesia com base na dominância das relações de produção capitalistas”**, [...] ainda exemplifica ao mostrar que **“embora o parlamento seja formalmente aberto a todas as classes e grupos sociais são as classes dominantes que sempre conseguem nele a aprovação de medidas favoráveis aos seus interesses de conjunto”**, ou seja, o resultado do desenvolvimento do capitalismo resultou no fato de que o *bourgeois* é quem guia e influencia as ações políticas do Estado capitalista, cabendo ao *citoyen* apenas a defesa de seus ‘direitos universais’ e da escolha na mudança de gestão do Estado burguês. (CHAVES; NORONHA, 2010, p. 13)

Por esse motivo o revolucionário e pensador Lênin apontava para dois tipos distintos de formas políticas democráticas, sendo a democracia burguesa, típica do capitalismo e do estado burguês, e a democracia proletária. Não existe para o autor uma democracia propriamente no capitalismo, sendo a democracia burguesa uma “democracia classista”, assim sendo, observa Lênin que: “[...] **o parlamento burguês é uma instituição alheia, um instrumento de opressão dos proletários pela burguesia, uma instituição de uma classe hostil, da minoria exploradora**”. (CHAVES; NORONHA, 2010). Já a democracia operária ou da classe trabalhadora seria aquela desenvolvida durante a experiência soviética, fundada na participação qualificada da classe obreira, camponeses e operários, ampliando sua representatividade e diluindo a burocracia czarista.

De outro modo Décio Saes demonstra que embora a democracia burguesa seja constituída numa forma de estado burguês (de classe), o resultado, a própria democracia burguesa, é um complexo social de luta de classes, concebendo dessa maneira a democracia burguesa não somente como um produto da classe dominante, incluindo aqui um processo de lutas econômico-político-sociais que contou com a participação social da classe trabalhadora. De outra feita, a mesma democracia torna-se ilusória ao proletariado, ao induzir a classe trabalhadora a acreditar que, segundo Décio Saes: “[...] **o povo representado no Estado é o meio adequado para a transformação de uma sociedade de classes, fundada na exploração do trabalho alheio, numa democracia socioeconômica; e de que os direitos políticos constituem a condição de satisfação das suas aspirações igualitárias**” (CHAVES; NORONHA, 2010).

Existem especificidades econômicas e históricas que determinam cada realidade social, influenciando na direção tanto da classe trabalhadora quanto dos partidos políticos, em que algumas características podem ser moldadas sob a forma democrática, sem, entretanto, lhe corresponder uma forma-estatal ou política própria, tornando assim o termo democracia uma indefinição real-concreta, como Marx a denominou de “democratismo”. A luta pela transformação radical da sociedade não pode encontrar seu limite em formas políticas apologéticas, nem mesmo sequer na “democracia representativa”. A busca por soluções momentâneas a problemas reais, que necessitam de transformações sociais de caráter radical da sociedade, é absolutamente formal, porque não se pode encontrar no estado burguês o que não lhe é próprio. É preciso superar o

debate maniqueísta que vincula ditadura a um projeto centralizador e unipartidário em contraposição a democracia universal e pluripartidária.

A limitação das soluções de nossos graves problemas à igualdade puramente formal, bem como a óbvia falta de equidade substantiva na esfera pública de regulação do Estado, realizada pelos apologistas da “democracia representativa”, evidentemente são irrealizáveis.

É necessário que se rompa esse círculo vicioso, cujos processos decisórios alienados são sobrepostos as pessoas. A questão que se coloca não diz respeito a escolha entre “*democracia direta*” ou “*democracia representativa*”, mas sua auto realização da regulação do seu modo de existência pelos indivíduos como condição de uma **democracia substantiva**, contrastando com o vácuo legislativo político da “*democracia representativa*”, facilmente corruptível. Assim a única forma de construir a democracia substantiva, substituindo a democracia representativa é instituindo uma forma de tomada de decisões da qual a recalcitrância é ausente, isto porque os indivíduos sociais definem para si a lei, podendo também modificá-la autonomamente, sempre que as autodeterminações de seu sociometabolismo assim exigirem.

A garantia de organização da classe operária em partidos políticos, mesmo que sob regimes pretensamente democráticos, não deve resumir as lutas operárias a um simples aumento de representatividade, porque a transformação social radical do modo de produção é um debate muito superior a esta forma de “democratismo” e não deve encontrar limites nas autorizações jurídico-formais do estado, onde a liberdade formal é uma liberdade vigiada e sempre tolhida em momentos de crises agudas do sociometabolismo capitalista.

Neste diapasão, é impossível imaginar que somente um modo de produção pode dispor da democracia, e mesmo que a democracia burguesa é sua melhor forma, ou ainda, que deva ser ignorada. O que se deve relevar é que todo modo de produção encontra uma forma melhor de governo, conformando-se a sua estrutura. A democracia burguesa permitiu que os estados nacionais capitalistas pudessem se adequar de maneira embrionária, hoje, todavia, demonstra limitações e sua incompatibilidade com a atual economia, isto porque os interesses capitalistas circundam em *lobby*, em uma defesa incomensurável dos grandes interesses capitalistas. Uma demonstração prática é observável na forma como, internacionalmente, as decisões de chefes de estado são baseadas na prática lobista do grande capital.

Podemos observar a diferença entre os tipos de democracia na assertiva de Chaves e Noronha, que:

Com isso, o fortalecimento da democracia direta-proletária estaria intrinsecamente ligado ao socialismo, ou seja, no desvelamento e/ou supressão dos interesses do capital e das relações econômicas de dominação. À medida que essa luta avance, é possível fortalecerem-se as condições concretas de participação direta do povo no Estado, suprimindo a sociabilidade e a democracia burguesa (CHAVES; NORONHA, 2010, p. 17).

A questão que se coloca é que a democracia burguesa não corresponde ao ápice da emancipação política humana por ser uma correlata necessária ao funcionamento do estado capitalista. O cerne da problemática consiste em que a real superação da democracia burguesa será possível com a superação do modo de produção capitalista e o surgimento de novas formas de sociabilidade política. Todo arcabouço institucional coloca-se a serviço da manutenção da ordem econômico-social burguesa, cuja finalidade é sustentar os antagonismos de classes. Uma alternativa deve, indubitavelmente, se opor a sustentação de toda essa estrutura econômica e social, independentemente de qualquer espécie de participação institucional, somente assim será possível a construção de novas formas políticas, correlacionadas a uma oposição aos interesses burgueses, e da teoria liberal no âmago da própria sociabilidade capitalista. Essa oposição deve ser realizada pelas classes exploradas organizadas, pois não será possível uma transição social fundada em crença ou imaginário de uma sociedade coletiva comum, mas sim na potência crítica e prática das determinantes sociais com capacidade destrutiva e de caráter insustentável que operam no interior do capitalismo.

O sentimento de não representação se torna cada vez mais comum. A esse respeito Lênin citado por Rossi Henrique Soares Chaves & Gustavo Silva Noronha nos diz que: “[...] **Se todos os homens participarem efetivamente na gestão do Estado, o capitalismo não mais poderá se manter. E o desenvolvimento do capitalismo cria os pressupostos necessários para que «todos» possam efetivamente participar da gestão do Estado**”. (CHAVES; NORONHA, 2010, p. 20). Assim, o filósofo húngaro Lukács vai ressaltar que a cisão entre *bourgeois* e o *citoyen* serviu somente para que se determinasse a preponderância daquele sobre este, indo além, destaca que a democracia burguesa não necessita, essencialmente, promover essa divisão, mesmo porque, o *bourgeois* não se reconhece no ideal de cidadão, do *citoyen*, e ainda porque a

universalização deste conceito pode levar entraves ao desenvolvimento e acúmulo de capital, gerida pelo *bourgeois*.

A democracia, portanto, não constitui um “valor universal”, como foi sustentada por alguns partidos da II Internacional, que em tese a ampliação e o fortalecimento institucional da democracia burguesa resultariam no socialismo, tratando de colocar a forma política democrática “acima do capitalismo ou socialismo”; a história, todavia, demonstrou o fracasso dessa estratégia e a maior parte dos partidos socialdemocratas sucumbiu à adaptação a forma política do capitalismo.

Conjecturar um programa socialista, sem sombra de dúvida passa pelo debate acerca da democracia, não no entendimento da mesma como um valor, mas sim em suas características políticas burguesas e a compreensão dos limites impostos à emancipação política por essa via.

Para Lukács a essência do avanço socialista consistiria numa espécie de avanço da “democracia na vida cotidiana”, que é expressa nos conselhos operários, que deveria expandir seu alcance e autogestão da “vida cotidiana” até os processos decisórios mais amplos. A grande medida social da comuna de Paris é sua própria realização, as medidas isoladamente não poderiam apenas representar uma tendência de um governo do e pelo povo.

Observar as experiências de participação direta da classe operária é extremamente importante para poder se pensar alternativas na atualidade, bem como suas práticas políticas. A democracia operária se distancia da defesa de valores burgueses, centralizando no valores criados pela própria classe trabalhadora, sem uma exata qualificação. Representar o interesse operário, quer dizer, também, dar voz a frações sociais sub-representadas ou esquecidas pela política institucional; é a superação da própria concepção de *bourgeois* e *citoyen*; é a distribuição equitativa do produto social; a formação de indivíduos conscientes sobre a posição de classe que ocupam no tecido social.

Essa nova experiência de democracia terá como resultante a superação histórica sustentável dos conflitos que estão estruturalmente estabelecidos nas células construtivas da ordem social capitalista, responsáveis pela centrifugalidade de suas próprias determinações sistêmicas incuráveis.

Na transição só é possível a socialização, não só dos meios de produção, mas também dos meios de governar, se houver participação, sendo condicionada a esta, como primeira etapa num processo transitório complexo que altere toda estrutura social existente no modo de produção capitalista. Os conselhos operários e outras formas de participação orgânica e direta nos apontam como solução a adaptação dessas experiências às novas realidades, lembrando que toda reorganização do modo de trabalho, não altera substancialmente a posição de classe dos trabalhadores, a organização e participação das classes exploradas apontara o horizonte do desenvolvimento da transição a uma nova espécie de democracia, que conjugue participação direta e socialismo, para que se almeje a completa exasperação do modo de produção capitalista e das desigualdades sociais por ele perpetradas e mantidas.

Aqui pudemos observar como a possibilidade de alteração qualitativa da democracia pode dar suporte a um processo transitório em que a democracia se radicalize e tenha como característica principal o socialismo e suas formas correlatas de transição, ferramentas como os conselhos populares e operários ainda podem contribuir para que se alcance o horizonte socialista mirando a superação real do modo de produção capitalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para o socialismo é um processo complexo-social que não se resume a uma simples receita, um passo-a-passo. É um fazer prático-concreto que encontra resistência sistêmica do modo de produção social capitalista e seus indissociáveis meios de manutenção e ampliação. As diversas crises cíclicas do capitalismo demonstram as contradições internas e a crise sistemática demonstra a inviabilidade de manutenção de um sistema político-econômico que tem como pressuposto a máxima acumulação de capital em detrimento da própria existência e sobrevivência de grande parte da humanidade.

Desde seu surgimento em decorrência de um movimento político-econômico complexo, a transição do sistema feudal de modo de produção ao modo de produção capitalista, este mostrou por diversas vezes sua capacidade de adaptação. As emergências de outras formas correlatas sustentaram o processo de adaptabilidade do capitalismo, surgindo desse modo as formas: políticas, modos de governar, forma estatal, o estado propriamente dito, o aparato jurídico-formal, a forma jurídica. Entretanto, nada disso passou incólume na prática e na teoria, a resistência adotou diversas formas ao largo e ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo.

A democracia representativa ou burguesa, desde cedo demonstrou seus limites claros: *democracia formal*, amparada por uma realidade disforme e desigual, na qual os interesses da classe operária são pouco ou sub-representados. A questão que se coloca aqui não é uma ode contra a democracia, pelo contrário, o que se questiona é: democracia (representativa ou burguesa) para quem? Seu ressurgimento como modo de governo, esconde suas reais funções, a manutenção do modo de produção capitalista, bem como seu modo de reprodução social, dessa forma a luta de classes torna-se aos teóricos universalistas⁸ um conceito arcaico e sem amparo lógico em um complexo tecido social que se pode observar que não existe democracia econômica, que a manutenção do lucro supera todos os apelos à humanidade de um sistema que tem por finalidade uma sociabilidade burguesa, cindindo o “*cidadão*” do “*indivíduo privado*”, por outro lado, a qualificação da democracia poderá ser sustentáculo de novas formas de organização e sociabilidades, uma etapa em que os trabalhadores não sejam mais tolhidos da

⁸ Aqueles que observam a democracia como um valor universal.

participação mas a integrem de modo a unificar as necessidades reais, uma democracia do trabalhador (operariado). Deste modo a democracia burguesa pode ser o ovo da serpente que chocará “*democracias autoritárias*” ou poderá ser substituída por uma nova forma de participação política direta da classe trabalhadora, para tanto novas e velhas formas de participação direta devem dialeticamente criar a síntese desse novo processo social.

A *Comuna de Paris* (1871) foi a primeira experiência histórica de um governo autodeterminado pela classe trabalhadora e pelo trabalho associado, que assume as funções estatais socializando as decisões políticas e demonstrando a viabilidade da participação direta das classes exploradas. Todavia, essa experiência, como outras, foi sufocada em sangue pela associação da classe dominante francesa com outras frações de classe. O desenvolvimento da exploração capitalista foi seguido por muitas formas de resistência, o surgimento dos partidos que pretendiam representar a classe operária, demonstrou a sua ineficiência prático-concreta em longo prazo, por serem incorporados pela lógica e ideologia burguesa, de ferramenta de transformação social, passaram a ser parte do complexo parlamentar, que em última instância integra todo arcabouço de sustentação-manutenção da ordem social burguesa, mesmo que se considerem os avanços em conquistas sociais, sempre parciais e primeiras a serem descartadas em momentos de crise de acumulação de capital.

Os conselhos populares e operários que emergiram do processo de organização da classe trabalhadora no início do século XIX, não só por apelo as demandas sociais, mas sim por uma necessidade prático-concreta, comprovaram a possibilidade de um processo organizativo, que tivesse a possibilidade de romper com a representatividade parlamentar, ao mesmo tempo em que não deixaram de reivindicar medidas que suprissem necessidades imediatas das classes exploradas. No desenvolvimento histórico foram sendo substituídos por órgão de representatividade indireta, atingidos pelo “*democratismo*” foram relegados a uma mera experiência histórica, não sendo observados, a não ser por alguns teóricos, a sua proeminente e imanente forma (e possibilidades) de superação-transição do modo de produção capitalista.

Os partidos políticos nascem e se desenvolvem em torno de diferentes agrupamentos de pensamentos, têm como gênese a ideia da “representação”, pretendem representar interesses de classe, frações de classe e mesmo de agrupamentos sociais. No seu bojo está uma série de regulamentos, o que institucionaliza os partidos mais radicais e revolucionários ou os relegam lugar secundário na política representativa. Criam dessa maneira uma burocracia interna, que

para o seu funcionamento demanda “especialistas”, sejam intelectuais de suas classes ou membros das próprias classes populares, cindindo então a relação entre representantes e representados, dirigentes e dirigidos. Tem como ferramenta social possibilidades de colocar em pauta os interesses da classe que representa, não possui a capacidade, todavia, de por si só realizarem o processo de transformação radical da sociedade, encontram limites que são impostos pelas necessidades de acumulação do capital, seja pelo enrijecimento do estado, ou pela prática de escrutínio público lançados em momentos conservadores, por partidos da ordem burguesa e seus associados. Cumpre uma função de extrema importância que é a possibilidade de ampliar o diálogo e a consciência de classe, incorporando demandas de organizações diversas da classe trabalhadora, tratando-se de um partido que pretende representá-la, atuando em duas frentes ao lado dos movimentos de base, como os conselhos populares e operários e, quando da tomada do poder estatal, de encontrar maneiras de contribuir com sua extinção ampliando o processo de controle e decisão pela classe que guarda em si a transformação, a classe trabalhadora-operária.

O Estado deve fenecer, mas isso não será por um golpe de sorte, como instrumento complexo-social, é ferramenta de dominação que reflete em seus aparelhos a luta de classes. Sua conquista significa a conquista do poder político, que não se deve limitar a este ou aquele modo de governar, mas sim uma demonstração de sua incapacidade sistêmica da resolução dos problemas sociais, é sim *“uma montanha que devemos conquistar”*, mas não somente para que se finque uma bandeira, mas para que se possa ampliar o horizonte das perspectivas de sua própria superação e ver além dos limites estabelecidos de manutenção e sustentação do modo de produção capitalista. As diversas crises cíclicas demonstram que os estados, como agentes econômicos, são demandados a sanar problemas econômicos, salvando entidades privadas e garantindo a estabilidade momentânea do modo de produção e reprodução capitalista, o que gera uma sobrevida e naturalizando a sua existência. A transformação é um movimento necessário e impulsionado pela luta de classes e o processo de adaptação não é linear, não existe um progresso sempre, desse modo a aleatoriedade dos elementos pode fazer ressurgir formas políticas e estatais das mais abjetas e retrógradas possíveis.

A democracia de base ou democracia direta está amparada em um sistema articulado de conselhos operários e populares, como forma de auto-organização da classe trabalhadora e orientação de política no interior de um Estado socialista. Fica evidente no debate travado entre reformistas e revolucionários do início do século XX, quando a tomada do Estado pelos

bolcheviques suscitou críticas, tanto pelos que defendiam a via pacífica para o socialismo (por meio de reformas sociais), quanto por aqueles que pensam num processo de ampliação da democracia a partir das “massas populares” e os defensores da tese de ruptura necessária com o Estado e com a democracia. Nos meados da década de 1970 esse debate retoma com a análise concreta de experiências de socialismo realmente existentes em declínio e a ascensão de uma estratégia dentro do parlamentarismo burguês, capitaneada pelas vitórias eleitorais do partido comunista italiano, que alçou a democracia como um valor universal, excluindo dos programas dos partidos revolucionários o termo “ditadura do proletariado”, o que foi denominado de “eurocomunismo”. Duas vertentes então apontaram soluções teóricas: a primeira delas defendia a ditadura do proletariado como um modo de romper com as estruturas sociais capitalista, externamente ao estado, ampliando-se a democracia direta e suas formas de auto-organização como os conselhos operários e populares; a segunda, o socialismo democrático, associava duas lutas uma no interior do Estado (já que esse seria permeável pela luta de classes) e outra externa (auto-organização da classe trabalhadora por meio dos conselhos operários e populares), já que ambas tinham por finalidade demonstrar e acentuar as contradições do Estado capitalista e as limitações da democracia burguesa.

Pensar uma nova sociedade vai além dos clichês revolucionários, é realizar uma crítica radical de práticas e teorias que insistem em que a única via é o melhoramento do capitalismo, “um capitalismo mais humano”, o que se demonstrou durante a pesquisa, não só é inviável, mas também como as concessões que lhes são permitidas encontram limites intrínsecos com a incompatibilidade de sua reprodução eficaz, ou seja, aquela capaz de realizar sua finalidade máxima: o acúmulo de capital. O socialismo, aqui entendido também como democracia direta ou radicalização da democracia é a via que se demonstra mais palatável quando se trata de um processo de transição. A democracia socialista tem a capacidade de fazer da tomada de poder estatal não um fim, mas um recurso para que surja uma nova sociabilidade, a construção do futuro não deve ser relegada a geração posterior, deve ter início imediatamente observando os movimentos concretos da classe operária que almeja, não só pão e terra, mas o paraíso.

Pelo exposto podemos observar que segundo I. Mészáro o modo de produção capitalista atingiu seus *limites absolutos*, ingressando desse modo em uma crise estrutural sem precedentes históricos, o que impõe à esquerda colocar novamente em seu horizonte a possibilidade concreta de transição, entendida como um processo que se pode denominar de *socialismo* ou *democracia socialista ou direta*, ampliando as formas de participação e organização da classe trabalhadora

enquanto sujeito histórico desse processo. Os conselhos operários e populares são ferramentas fundamentais para que se alcancem esses objetivos, no desenvolvimento do processo de transição e, posteriormente, também como forma social capaz de superar as limitações a que o estado encontra-se subjugado como sustentáculo da sociabilidade capitalista, possibilitando a organização dos trabalhadores livremente associados, base de uma nova espécie de economia e consequentemente de uma sociabilidade superior.

É necessário superar o modo de produção capitalista, necessidade esta apontada por muitos autores marxista, nesse sentido as experiências “conselhistas” observadas nesta dissertação indicam os Conselhos populares e operários como ferramenta não somente de organização interna da classe trabalhadora, mas como forma de organização de uma nova sociabilidade, diferindo-se do capitalismo, alterando não somente a divisão social do trabalho e a organização das forças produtivas, mas uma transformação substancial nas relações de produção.

Os Conselhos populares e operários, desde que garantida a sua autonomia, podem assumir importantes funções de desestruturação do Estado burguês, representando ao mesmo tempo a possibilidade de um Estado de transição (proletário) que também deverá ser extinto, num processo que não pode ser interrompido pela apropriação pelo Estado das funções de reprodução do modo de produção capitalista, mesmo sobre outros signos ou bandeiras, é a revolução social até o fim, a subversão da ordem social, a classe trabalhadora assumindo sua função de sujeito histórico e político.

Embora as funções do Estado tenham se ampliado desde o surgimento do capitalismo, isto de modo algum significa sua inevitabilidade, sua perpetuação em qualquer regime político e econômico. Desta forma os conselhos são importantes ferramentas para que se possa tomar o poder político do Estado e socializá-lo, este é o Estado proletário ou o *não-Estado*.

A retomada do protagonismo nos processos decisório, ou seja, de uma democracia direta possibilitada pela forma de organização dos Conselhos populares e operários demonstra a viabilidade de uma democracia que supere a democracia parlamentar (burguesa) e dá indícios da forma que assumiria a democracia durante o socialismo, que não se resume às experiências do socialismo realmente existentes, que dá ênfase ao plano econômico, mas entende a urgente necessidade de ampliação radical da democracia para que não haja obstrução do processo de

transição e possibilite um novo arranjo da divisão social do trabalho e transforme as relações de produção.

O intento desta dissertação foi demonstrar que os conselhos populares e operários podem ser uma ferramenta de transição, evidenciando a transformação substantiva do Estado e da democracia para que a fase de transição, o socialismo, seja efetivamente instituída e não seja obstaculizada, seja pela centralização burocrática do Estado ou pela centralização dos partidos políticos, que não obstante sua importância, significaram nas experiências denominadas de socialismo realmente existe a capitulação frente às tarefas da revolução social, instituindo um modelo híbrido que impediu os avanços da revolução socialista internacional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSWIELER, Oskar. **Los soviets en Rusia**. Madrid: Zero, 1975.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus, 1985.

CHAVES, Rossi Henrique Soares; NORONHA, Gustavo Silva. Democracia burguesa e as bases materiais para a construção da democracia proletária. In: **Revista brasileira de Administração política**. v. 10, n. 1, p. 9-26.

BALIBAR, Étienne (1975). **Cinco estudos sobre o materialismo histórico**. 2 vols. Lisboa: Presença, Martins Fontes.

_____ (1977). **Sobre o conceito de ditadura do proletariado**. Lisboa: Moraes.

BOBBIO, Norberto (1991 [1979]). **“Existe uma doutrina marxista do Estado?” em O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

E. DO AMARAL, Oswaldo. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura** In: **Revista debates** Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio; AMADEO, Bordiga. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2004). **O trabalho de Dioniso: para a crítica ao Estado pós-moderno**. Juiz de Fora: UFJF.

Marx, Karl. A Comuna de Paris. In: Viana, N. (Org.). **Escritos revolucionários sobre a Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. Carta a Weydemeyer. In: _____. ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1982. v. 1. p. 503 e ss.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

MAIA, Lucas. **Comunismo de Conselhos e Autogestão Social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Luiz Eduardo. **A respeito da questão da democracia no marxismo**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 19-51.

_____. **Sobre a transição socialista: avanços teóricos e os limites das experiências do chamado “socialismo real”**. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p. 419 - 441, Jul/Dez. 2013

NAVES, Marcio Bilharinho (Org.). **Análise Marxista e Sociedade de Transição**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NAVES, Márcio Bilharinho. Contribuição ao debate sobre a democracia. In: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v. 10, p. 111-128, 1981.

PANAGIANO, Maria Cristina Soares (Org.). **Marx e a crítica a experiência Soviética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

PANAGIANO, Maria Cristina Soares (Org.); MELO, Edivânia; ANDRADE, Mariana Cristina Soares de. **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano Calvin (Orgs). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

POULANTZAS, Nicos (1977). **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: Unicamp, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TIBLE, Jean. **Marx contra o Estado**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 53-87.

TONET, Ivo. **Sobre el socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIANA, Nildo. **O que são partidos políticos?** Goiânia: Edições Germinal, 2003.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania:** a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.